Mídia e poder
no Brasil e no mundo hoje

19º Curso
Anual do NPC

Rio de Janeiro

20 a 24/11/2013

20 NOVEMBRO QUARTA — COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

15h

A comunicação e a resistência das classes populares no século XXI

- **Joel Rufino dos Santos** - Historiador, doutor em Comunicação. Escritor e ativista negro.
- **Beto Almeida** - Jornalista TeleSUR

18h

A mídia da burguesia, a nossa e a formação das ideias

- **Gilberto Maringoni** - Jornalista, cartunista, professor da UFABC
- **Breno Altman** - Jornalista e editor do site *Opera Mundi* e da revista *Samuel*
- **Beatriz Bissio**- Mundo árabe: silêncios e estereótipos (UFRJ - foi editora dos Cadernos do Terceiro Mundo)

21 NOVEMBRO QUINTA — COMUNICAÇÃO E IDEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO

Comunicação, educação, cultura e ideologia

9h às 13h

. **Gaudêncio Frigotto** - Educação e política (UFF)
. **Mário Maestri** - Cultura e ideologia (UPF)
. **Andrelino Campos** - Criminalização da senzala (UERJ)
. **Ailton Krenak** - Questão indígena (Rede Povos da Floresta)
. **Vito Giannotti** - coordenador do NPC

14h às 17h

Regulamentação das Comunicações

- **Na Europa** - **Laurindo Leal (Lalo)** - Professor - USP
- **Na América Latina** - **Altamiro Borges** - Jornalista - Barão de Itararé
- **No Brasil** - **Bia Barbosa** - Jornalista - Intervozes

17h30

Discurso do medo na mídia como controle social

- **Orlando Zaccone** -Delegado de Polícia Civil - Caso Amarildo
- **Danielle Brasiliense** - professora Comunicação - UFF
- **Cecília Coimbra** -Grupo Tortura Nunca Mais

22 NOVEMBRO SEXTA — JORNALISMO, INTERNET, CULTURA E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

9h às 13h

Internet, juventude e mobilização social

- **Renato Rovai** - Jornalista - Revista Fórum
- **Carlos Latuff** - Cartunista
- **Bruno Lima** - Professor - Unisinos e ESPM-Sul
- **Filipe Peçanha** - Mídia Ninja

14h às 16h

Comunicação e cultura popular

- **Mano Teko** - Apafunk
- **Adenilde Petrina** - Comunicadora Popular
- **Repper Fiell** - Visão da Favela Brasil

16h30 às 18h30

O jornalismo no Norte e no Sul

- **Nilton Viana** - Editor Brasil de Fato
- **Alexandre Haubrich** - Jornalista - Jornalismo B - RS
- **Keka Werneck** - Jornalista - MT
- **José Rebouças** - Jornalista - RN

19h às 21h

Grandes reportagens

- **Mário Magalhães** - Jornalista-Autor do livro-reportagem *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*

23 NOVEMBRO SÁBADO — A COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL DE HOJE

9h às 13h

Experiências de comunicação dos trabalhadores no Brasil HOJE

- **Claudia Costa** - Jornalista - Conlutas
- **Paulo Salvador** - coordenador da Rede Brasil Atual
- **Valter Sanches** - Diretor -TVT
- **Renata Maffezoli** - Jornalista -Andes
- **José Rebouças da Costa** - Jornalista -Sintest-RN

14h às 16h

Oficinas

Oficina 1 **Atualidade do pensamento de Gramsci**
(Rodrigo **Castelo - Professor Uni-Rio**)
Oficina 2 **Cinema e saúde do trabalhador**
(**Beto** Novaes - Documentarista)
Oficina 3 **Linguagem: a eterna muralha**
(**Vito** Giannotti - Escritor e Coordenador do NPC)
Oficina 4 **Transmissão ao vivo (Rádio, TV e Internet)**
(**Arthur** William - Jornalista)

16h às 18h

Oficina 5 **Audiovisual**
(Coletivo **Tatuzaroio** - Jornalistas)
Oficina 6 **Aplicações das mídias digitais na comunicação sindical**
(**Arthur** William - Jornalista)
Oficina 7 **Diagramação**
(**Vito** Giannotti - Escritor e Coordenador do NPC)

24 NOVEMBRO DOMINGO — DOMINGO É DIA DE CINEMA

9h às 13h – 1964 – Um golpe contra o Brasil

Debate com:

- **Alípio Freire** - Jornalista, ex-preso político e diretor do documentário
- **Mauro Iasi** - Professor da UFRJ
- **Vito Giannotti** -Escritor e coordenador do NPC

ÍNDICE

20/11

COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

6 ..... A imprensa diária está morrendo?
Por Ignacio Ramonet

9 ..... Há quem negue a questão racial
Entrevista com Joel Rufino dos Santos

11 ..... Jornal, o fim de uma concepção
Por Gilberto Maringoni

14 ..... Islã em perspectiva
Entrevista com Beatriz Bissio

21/11

COMUNICAÇÃO E IDEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO

18 ..... Impasses e perspectivas da educação
Por Gaudêncio Frigotto

21 ..... Quilombos, favelas e os modelos de ocupação dos subúrbios
Por Andrelino Campos

29 ..... Nas comunicações, uma dívida histórica do Estado com a sociedade
Por Lalo Leal Filho

32 ..... Mídia na berlinda na América Latina
Por Altamiro Borges

36 ..... Por que precisamos de um novo marco regulatório das comunicações?
Por Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil

38 ..... As tragédias do bullying e o estado de cólera midiático
Por Danielle Brasiliense

41 ..... Mídia, medo e controle social
Por Cecília Coimbra

22/11

JORNALISMO, INTERNET, CULTURA E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

48 ..... A matriz libertária no Brasil e a nova articulação política da esquerda restante
Por Bruno Lima Rocha

51 ..... Em entrevista, Mano Teko fala do papel da Apafunk na luta pelos direitos do movimento
Por Boletim NPC

ÍNDICE

54 ..... Quando o novo já nasceu e o velho ainda não morreu
Por Renato Rovai

57 ..... Arte como ferramenta revolucionária
Por Repper Fiell

59 ..... O jornalismo no Norte e no Sul – o extremo Sul monopolizado
Por Alexandre Haubrich

62 ..... A relação direta da comunicação com a luta pela democracia real
Por Nilton Viana

65 ..... A dor da gente não sai no jornal: breve reflexão sobre a mídia em Mato Grosso
Por Keka Werneck

68 ..... Caixa-preta de um biógrafo falido (debate público, confissões privadas)
Por Mário Magalhães

23/11

A COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL DE HOJE

73 ..... Os desafios da comunicação sindical hoje
Por Claudia Costa

75 ..... Veículos de Comunicação dos Movimentos Sociais
Projeto de comunicação do sindicato dos metalúrgicos do ABC

77 ..... A questão da neutralidade é piada. Não existe jornalismo neutro
Por Vito Giannotti

80 ..... Revolução passiva ou contra-reforma
Por Carlos Nelson Coutinho

87 ..... Somos todos Mídia! Comunicar é direito e tarefa de todos
Por Arthur William

24/11

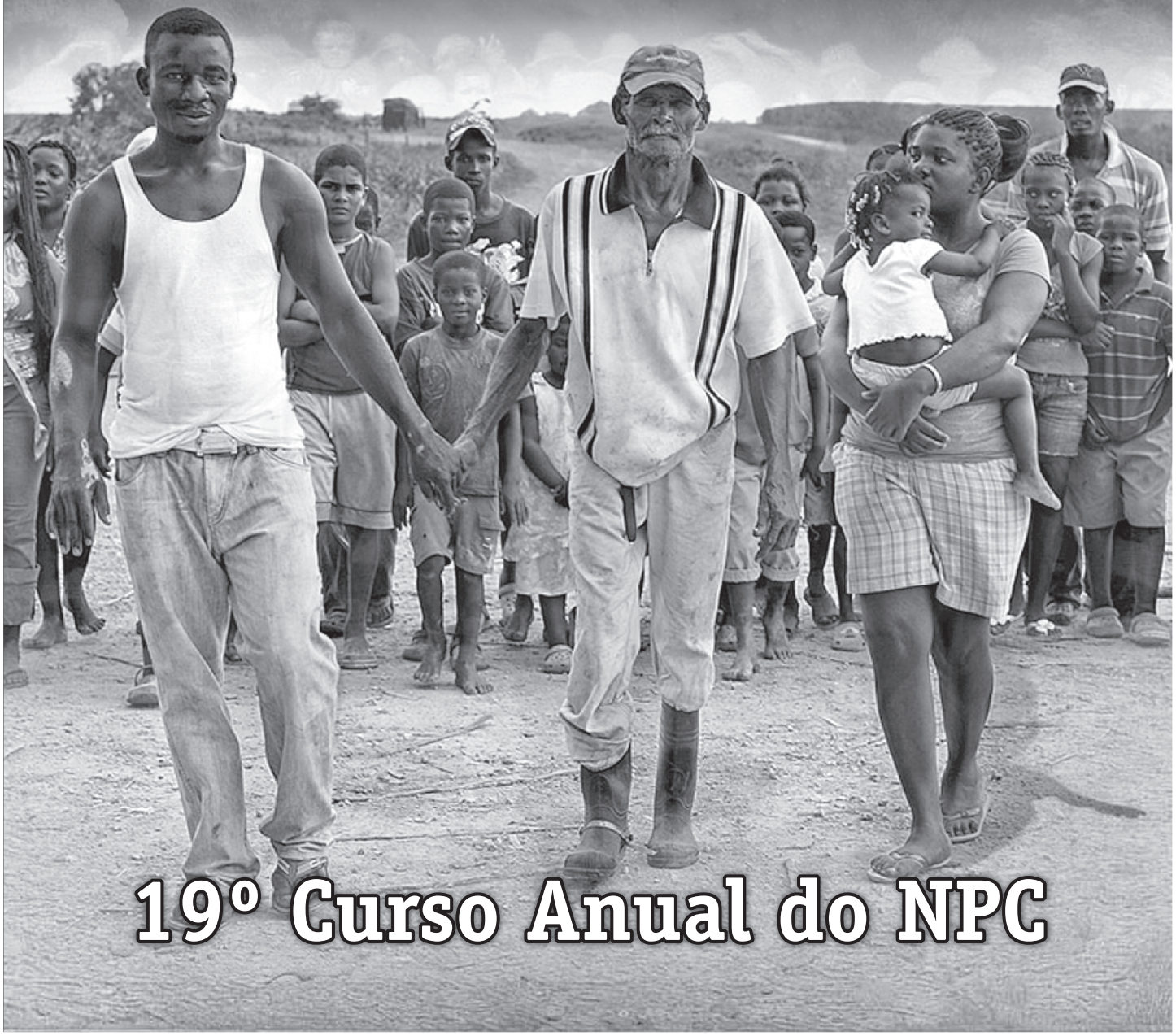
1964: UM GOLPE CONTRA O BRASIL

90 ..... Por que resistimos ao golpe de 64 e à ditadura civil-militar
Entrevista com Alípio Freire

DIA 20

Mídia e poder

no Brasil e no mundo hoje



19º Curso Anual do NPC

Comunicação e resistência no Brasil e no mundo

Por Ignácio Ramonet

A IMPRENSA DIÁRIA ESTÁ MORRENDO?

O desastre é enorme. Dezenas de diários estão em queda. Nos Estados Unidos já fecharam pelo menos cento e vinte. E o tsunami golpeia agora a Europa. Nem sequer se salvam os outrora considerados "jornais de referência": El País em Espanha, Le Monde em França, The Times e The Independent no Reino Unido, Corriere della Sera e La Repubblica em Itália, etc.

Todos eles acumulam fortes perdas econômicas, baixa da difusão e queda da publicidade ***(1)***.

O prestigiado New York Times teve que solicitar a ajuda do milionário mexicano Carlos Slim; a empresa editora de The Chicago Tribune e de Los Angeles Times, assim como a Hearst Corporation, dona do San Francisco Chronicle, caíram na bancarrota; News Corp, o poderoso grupo multimédia de Rupert Murdoch que publica o Wall Street Journal, apresentou perdas anuais de 2.500 milhões de euros...

Para cortar despesas, muitas publicações estão reduzindo o número de páginas; o Washington Post fechou o seu prestigiado suplemento literário Bookworld; o Christian Science Monitor decidiu suprimir a sua edição em papel e existir só na Internet; o Financial Times propõe semanas de três dias aos seus redatores e reduziu drasticamente o número de trabalhadores. As demissões são em massa. Desde janeiro de 2008 foram suprimidos 21.000 empregos nos jornais norte-americanos. Em Espanha, "entre Junho de 2008 e Abril de 2009, 2.221 jornalistas perderam o seu posto de trabalho" ***(2)***.

A imprensa diária escrita encontra-se à beira do precipício e procura desesperadamente fórmulas para sobreviver. Alguns analistas consideram obsoleto esse modo de informação. Michael Wolf, da Newser, prevê que 80% dos diários norte-americanos desaparecerão ***(3)***. Mais pessimista, Rupert Murdoch prevê que, na próxima década, todos os diários deixarão de existir...

O que é que agrava tão letalmente a velha decadência da imprensa escrita quotidiana? Um fator conjuntural: a crise econômica global que provoca a redução da publicidade e a restrição do crédito. E que, no momento mais inoportuno, se veio somar aos males estruturais do setor: a mercantilização da informação, o apego à publicidade, a perda de credibilidade, a queda de subscritores, a competência da imprensa gratuita, o envelhecimento dos leitores...

Na América Latina acrescenta-se a isto as necessárias reformas democráticas empreendidas por alguns governos (Argentina, Equador, Bolívia, Venezuela) contra os "latifúndios midiáticos" de grupos privados em situação de monopólio. Esses grupos desencadearam, contra esses governos e os seus presidentes, uma campanha de calúnias difundidas pelos rancorosos meios de comunicação dominantes e pelos seus cúmplices habituais (na Espanha: o diário El País, que passou a atacar o primeiro ministro José Luis Rodriguez Zapatero) ***(4)***.

A imprensa diária continua a praticar um modelo econômico e industrial que não funciona. O recurso à construção de grandes grupos multimídia internacionais, como aconteceu nos anos 1980 e 1990, já não não serve perante a proliferação dos novos meios de difusão da informação e do lazer, pela Internet ou pelos telemóveis ***(5)***.

Paradoxalmente, nunca os diários tiveram tanta audiência como atualmente. Com a Internet, o número de leitores cresceu de forma exponencial ***(6)***. Mas a articulação com a Rede continua a falhar. Porque estabelece uma injustiça ao obrigar o leitor do quiosque, o que compra o diário, a subsidiar o leitor da tela que lê gratuitamente a edição digital (mais extensa e agradável). E porque a publicidade da versão web não compensa, ao ser muito mais barata que na versão de papel ***(7)***. Perdas e ganhos não se equilibram.

Caminhando às cegas, os jornais procuram desesperadamente fórmulas para enfrentar a hiper-mudança e sobreviver. Seguindo o exemplo do iTunes, alguns pedem micro-pagamentos aos seus leitores para deixá-los aceder em exclusivo às informações online ***(8)***. Rupert Murdoch decidiu que, a partir de Janeiro de 2010, exigirá pagamento por qualquer consulta do Wall Street Journal mediante qualquer tecnologia, sejam os telefones Blackberry ou iPhone, Twitter ou o leitor electrónico Kindle. O motor de busca Google está pensando numa receita que lhe permita cobrar por toda a leitura de qualquer diário digital e reverter uma parte à empresa editora.

Bastarão essas medidas para salvar o doente terminal? Poucos acreditam nisso (*leia-se o artigo de Serge Halimi "O combate do Le Monde Diplomatique"*). Porque a tudo o que se disse acima soma-se o mais preocupante: a perda da credibilidade. A obsessão atual dos diários pelo imediatismo leva-os a multiplicar os erros. O demagógico apelo ao "leitor jornalista" para que coloque na web do seu jornal o seu blog, as suas fotos ou os seus vídeos, aumenta o risco de difundir erros. E adotar a defesa da estratégia da

empresa como linha editorial (coisa que hoje fazem os diários dominantes) conduz à imposição de uma leitura subjectiva, arbitrária e partidária da informação.

Frente aos novos "pecados capitais" do jornalismo, os cidadãos sentem-se vulneráveis nos seus direitos. Sabem que dispor de informação fiável e de qualidade é mais importante que nunca. Para eles e para a democracia. E interrogam-se: Onde procurar a verdade? Os nossos leitores assíduos conhecem (uma parte de) a resposta: na imprensa realmente independente e crítica; e obviamente, nas páginas do Le Monde Diplomatique.

Artigo publicado em rebelion.org, traduzido para o português por Carlos Santos, do site Esquerda.Net.

NOTAS:

(1) Inés Hayes, "En quiebra los principales diarios del mundo", América XXI, Caracas, Abril de 2009.

(2) Segundo a Federação de Associações de Jornalistas de Espanha, Madrid, 13 de Abril de 2009.

(3) The Washington Post, 21 de Abril de 2009.

(4) Sobre os ataques de El País contra Zapatero, leia-se Doreen Carvajal, "El País in Rare Break With Socialist Leader", The New York Times, 13 de Setembro de 2009. Versão em espanhol: internautas.org

(5) Luis Hernández Navarro, "La crisis de la prensa escrita", La Jornada, México, 3 de Março de 2009.

(6) Leia-se o informe: "Newspapers in Crisis": emarketer.com

(7) Em 2008, la audiência do New York Times na Internet foi dez vezes superior à da sua edição impressa, mas os seus ganhos em publicidade na Rede foram dez vezes inferiores aos da edição de papel.

(8) Leia-se: Gordon Crovitz, "El futuro de los diarios en Internet", La Nación, Buenos Aires, 15 de Agosto de 2009, e El País, Madrid, 11 de Setembro de 2009.

Comunicação e resistência no Brasil e no mundo

Entrevista com Joel Rufino dos Santos

"HÁ QUEM NEGUE A QUESTÃO RACIAL"

Se por um lado o Brasil avançou no tratamento da questão racial com a implementação de políticas públicas, por outro o País vive um recuo no debate intelectual que cerca o tema. A avaliação é **Joel Rufino dos Santos**, historiador, escritor e professor de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em entrevista concedida a Clarissa Oliveira e publicada pelo jornal ***O Estado de S. Paulo***. Autor de vários livros sobre racismo entre mais de 30 títulos publicados, ele diz ver crescer na classe intelectual a negação do racismo como forma de justificar uma posição contrária a políticas como a de cotas para negros nas universidades. **Eis a entrevista.**

O Estado de São Paulo: O Brasil avançou na questão racial nos últimos anos?
JOEL RUFINO DOS SANTOS: A questão racial está na pauta e não vai sair tão cedo. É positivo. Mas o outro lado da questão é o que não mudou, como a discriminação no mercado de trabalho. Os salários, em média, baixam 50% quando um negro vende a mão-de-obra. E o que piorou, a meu ver, é a incompreensão dos intelectuais. Como o assunto é um divisor de águas, vejo um recuo. Hoje, há quem negue a questão racial no Brasil.

O Estado de São Paulo: Onde esse recuo aparece?
JOEL RUFINO DOS SANTOS: Vimos um grupo de professores universitários lançar um manifesto em que negam que houvesse racismo no Brasil.

O Estado de São Paulo: O sr. é a favor das cotas?
JOEL RUFINO DOS SANTOS: Acho que o sistema é um avanço, embora aqui e ali tenha problemas. Ele vem dentro da assistência compensatória, da ação afirmativa que, a meu ver, são positivas. Mas, na hora de executar, saem alguns feridos, como aqueles gêmeos.

O Estado de São Paulo: Como o sr. vê a tese de que se trata de uma discriminação?
JOEL RUFINO DOS SANTOS: Não concordo. Discriminação, racismo e preconceito - que são três coisas diferentes, mas a gente usa como uma só - existem sim no Brasil. Esse movimento não nasceu ontem, não tem um mês ou um ano. Se há cerca de 100 anos os negros lutam contra o racismo é porque há o racismo. Esta é a prova.

O Estado de São Paulo: Como o sr. avalia a política do governo na titulação de terras de quilombos?
JOEL RUFINO DOS SANTOS: É a mesma situação. O reconhecimento de remanescentes é justo. Está na Constituição. Mas aqui e ali se comete exageros. Em princípio, todo mundo seria a favor, mas vemos pessoas contrárias em função desses exageros.

O Estado de São Paulo: A quem cabe coibir exageros?
JOEL RUFINO DOS SANTOS: Toda a sociedade deveria saber que há comunidades negras que estão aí há mais de 50 anos e não têm títulos de propriedade. Em segundo lugar, o Estado brasileiro precisa aperfeiçoar instrumentos para executar leis e os fundamentos das leis que estão na Constituição. É uma luta de todos e não é só na questão do negro.

O Estado de São Paulo: O que ainda falta fazer?
JOEL RUFINO DOS SANTOS: A titulação dos remanescentes ainda está pendente. Caminhou, mas falta muito. E a questão da proteção do negro contra a violência racista. Eu citaria ainda um terceiro ponto: o estudo da África e do período escravista na formação da sociedade brasileira.

Por Gilberto Maringoni *

JORNAL, O FIM DE UMA CONCEPÇÃO

* Jornalista e professor de Relações Internacionais na UFABC.

A queda constante nas tiragens e o fechamento de outros tantos veículos reitera o debate sobre o fim do jornal impresso. Mas a oposição meio virtual X papel não explica tudo. É possível que estejamos assistindo algo mais profundo: o fim de uma maneira de se organizar a informação

A queda em volume de circulação e a extinção de vários títulos nos últimos anos mostra que a crise da imprensa impressa chegou ao Brasil em grande estilo. Entre os diários importantes, já sucumbiram o *Jornal da Tarde* (1966-2012) a *Gazeta Esportiva* (1947-2001), a *Gazeta Mercantil* (1920-2009) e o *Jornal do Brasil* (1891-2010). A segunda e a última seguem na internet, com menor apelo de público. O desaparecimento do *JT* configurou-se como um petardo no mercado de trabalho, com cerca de 150 demissões. No que toca às revistas, a Editora Abril vem cortando várias publicações e extinguindo redações desde o início de 2013.

Os infaustos acontecimentos, como dizia a mídia de outros tempos, não foram motivados apenas por uma ainda incerta supremacia das plataformas virtuais em relação às de celulose, mas também por desarranjos administrativos variados.

O advento da internet suscita, há quase uma década, um debate sobre o fim do jornal impresso. Livros, reportagens e artigos têm sido produzidos, tentando dar conta da possível obsolescência do meio papel.

ABALO NO MERCADO

As redes virtuais provocaram um abalo no mercado de comunicação muito maior que a chegada das principais novidades tecnológicas anteriores, como a máquina rotativa (1890), o rádio (1920) e a televisão (1950). Não nos esqueçamos que com a chegada do rádio, profetizava-se o fim do jornal e com a chegada da televisão, três décadas depois, falava-se na decadência do jornal, do rádio e do cinema. Nenhum deles desapareceu, mas tiveram de se readequar às novas realidades.

No caso da difusão das redes virtuais, fala-se novamente no fim das velhas mídias. Isso se dá não apenas porque a internet interfere em todas as formas anteriores de comunicação – ela é jornal, é rádio e é televisão, entre outros – mas especialmente por evidenciar a lentidão dos antigos meios e por expor suas limitações em relação à possibilidade de se segmentar e escolher a informação a ser recebida e acessá-la a qualquer momento em locais variados. Além disso, existe a possibilidade de uma interação entre emissor e receptor de informações, criando um fluxo comunicacional de mão dupla ou de várias mãos em intercâmbios constantes. O abalo que o meio virtual provoca em outras modalidades de troca de informações ainda é incerto. Tudo indica que não será pequeno. Está em questão não apenas o suporte papel ou a velocidade de impressão, mas uma maneira de se reunir informações de diversas procedências em um único produto, facilmente manuseável.

O jornal é não apenas um veiculador de notícias, mas um organizador e hierarquizador dessas informações, montando e apresentando cotidianamente ao leitor uma sinopse de fatos e eventos do dia anterior. Essa concepção de periódico é um produto da sociedade gerada a partir da Revolução Francesa e do Iluminismo. Não nos esqueçamos que a enciclopédia, ou seja, um compêndio sistematizado de todo o conhecimento humano acumulado até então também é fruto do Iluminismo do século XVIII. Não é exagero classificar o jornal como um subproduto da enciclopédia; uma sistematização e um empacotamento do conhecimento.

O PODER DA EDIÇÃO

A partir de meados do século XIX, o cidadão europeu, alfabetizado e de certas posses recebia seu diário pela manhã e tomava ciência não apenas dos acontecimentos mundiais, mas de recebia *uma maneira* de se ver o que se sucedia à sua volta.

O poder de um editor, que decidia se a manchete principal versaria sobre política, economia, cultura ou esporte passou a ser atividade dotada de um poder formidável sobre o público e sobre o espaço público.

Editar equivale a organizar uma agenda para a opinião pública, definindo o que é principal e o que é secundário a cada momento. A tarefa de edição corresponde à ação de definir a pauta de debates de uma determinada sociedade e em determinado tempo.

O produto-síntese montado com critérios de alocação definida para cada informação chama-se jornal. Ele pode ter qualquer suporte. O jornal – escrito, radiofonizado, televisado – é uma condensação totalizante de determinada visão de mundo.

DOIS TEMPOS

Essa totalização se dá em dois tempos, um imediato

e outro perene. Primeiro, ao resumir e classificar o leque de notícias a ser digerido pelo leitor, o jornal organiza prioridades. E ao ter uma trajetória longa, constante, coerente e previsível – apesar da imprevisibilidade dos fatos geradores de informações – se coloca como acompanhante de longo curso de seu leitor.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, um dos mais tradicionais periódicos brasileiros, acompanha, em alguns casos, a quarta ou quinta geração de uma mesma família de assinantes. O vínculo entre produto e leitor é cotidiano e perene, a um só tempo. Esse fenômeno, que o mercado publicitário chama de *fidelização* do público, consolida o jornal como uma espécie de supermercado de notícias, no qual estão reunidas informações das mais variadas, que vão da política à cultura, passando pela economia, pelo noticiário internacional e por coberturas de cidades, de entretenimento, de saúde, obituário, passatempos etc. etc. Assim como em um supermercado, no qual o consumidor vai para comprar panelas e louças e, ao passar pelas gôndolas, pode levar para casa outros produtos, como alimentos, produtos de limpeza, eletrodomésticos etc., o leitor do jornal abre as páginas em busca de determinado assunto e passeia por outros que não estavam em seu foco inicial de interesse.

Assim, reiterando o mencionado anteriormente, o jornal é não apenas um produto em papel, mas uma concepção de como reunir notícias fragmentadas, ordená-las e entregá-las empacotadas para o consumidor final. É contra essa lógica e não contra o meio papel que a internet investe.

O LEITOR-EDITOR

Embora os grandes jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão estejam todos na internet, a informação não está mais hierarquizada previamente para o internauta. Ele pode saltar de um veículo a outro, lançar mão de *sites* de buscas para encontrar o que deseja, filtrar os assuntos sem passar pelo que julga secundário para si e montar o jornal em sua cabeça. A internet tende a eliminar a figura do editor externo ao leitor. E a interatividade acontece não apenas pelo fato de toda publicação virtual dispor de espaço para comentários, mas porque agora o leitor também pode ser um produtor de informação, um emissor ativo e não mais um receptor do que lhe é despejado cotidianamente em telas, altofalantes e páginas.

Nesse ponto, fica a pergunta: qual o sentido da crescente fragmentação da informação? Teríamos chegado finalmente ao ideal do pósmodernismo, tão difundido a partir dos anos 1970, de que o mundo não pode ser compreendido em sua totalidade, mas apenas em seus fragmentos? Ou seja, uma vertente filosófica teria finalmente encontrado sua base material – para nos fixarmos num linguajar marxista – que seria, ironicamente, o meio virtual?

O pósmodernismo, de acordo com Perry Anderson, no livro As origens da pós-modernidade, "é a perda de legitimidade das metanarrativas". Em suas palavras, "A primeira" [metanarrativa], derivada da Revolução Francesa, colocava a humanidade como agente heróico de sua própria libertação através do avanço do conhecimento; a segunda, descendente do idealismo alemão, via o espírito como progressiva revelação da verdade. Esses foram os grandes mitos justificadores da modernidade [1].

A ambos conceitos pode-se somar o materialismo dialético. Na definição clássica de Sartre, O marxismo é a filosofia insuperável de nosso tempo porque ele é a totalização do saber contemporâneo", ele é propriamente uma filosofia porque "se constitui para dar expressão ao movimento geral da sociedade.

Repetindo: o jornal tradicional não é feito principalmente de papel, mas de uma idéia totalizante de mundo. Não é exagero dizer que uma das expressões das grandes narrativas como produto é o jornal e o conceito de imprensa construído no Ocidente a partir de 1850.

De outra parte, a idéia de que o todo não é compreendido enquanto tal, mas apenas em seus fragmentos, está na base da apreensão das informações na rede. Aqui, os fragmentos são juntados de forma individualizada por cada internauta, em infinitas combinações e ordenamentos, numa espécie de *faça você mesmo* informativo. Há ganhos evidentes na ação cognitiva nesses novos tempos. Cada um é seu próprio editor, cada um é um emissor.

Essa é a base objetiva da perda de legitimidade – e de mercado – do jornal tradicional. Ao supermercado informativo, contrapõe-se o mercadinho personalizado em rede global. Mercadinho global é uma contradição em termos. Só pode ser concretizado por grandes corporações da informação.

[1] Anderson, Perry, *As origens da pós modernidade*, Jorge Zahar Edito, Rio de Janeiro, 1999, pág 32

Comunicação e resistência no Brasil e no mundo

Entrevista com Beatriz Bissio

ISLÃ EM PERSPECTIVA

Em entrevista à CH, a historiadora e cientista política Beatriz Bissio, autora do livro 'O mundo falava árabe', apresenta uma visão sem simplificações da rica cultura islâmica e resgata parte de sua história a partir da obra de dois autores clássicos do século 14.

Primeiros séculos da era cristã, Europa em ruínas. Enquanto o velho continente agonizava em crises profundas, o Império Islâmico vislumbrava um esplendor civilizatório sem precedentes. Não apenas pela conquista de vastos territórios – que se estendiam da península ibérica à Índia –, mas também por reunir os mais sofisticados conhecimentos disponíveis então. Foram os árabes os grandes herdeiros da sabedoria grega.

Também foram eles os compiladores e tradutores das principais obras persas, mesopotâmias, egípcias e hindus. Para os estudiosos, o islã é muito mais do que sugere a fugacidade noticiosa de nossos dias. "Temos em geral uma visão distorcida do islamismo, originada em uma simplificação que deturpa completamente o que é essa civilização e essa cultura."

São palavras da historiadora e cientista política Beatriz Bissio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em outubro, ela lançou o livro *O mundo falava árabe* [Civilização Brasileira] durante o 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em Águas de Lindoia (SP) (ver 'Diálogos e reflexões', nesta edição).

É uma elegante narrativa sobre a história do islã a partir de dois autores clássicos do século 14: Ibn Khaldun (1332-1406), destacado historiador que, para alguns, inaugurou o pensamento sociológico islâmico, e Ibn Battuta (1304-1368), viajante que percorreu longas distâncias do norte da África à Ásia e registrou em detalhe o que viu em suas andanças. Da comparação entre esses dois registros – do historiador e do viajante – Bissio oferece ao leitor um olhar tão refinado quanto profundo acerca do florescer da civilização islâmica.

CH: No Brasil, poucos são os escritos sobre o islã. Qual foi sua motivação para lançar *O mundo falava árabe*?
BEATRIZ BISSIO: Escrevi o livro porque quis aprofundar meus conhecimentos sobre o assunto. Sou também jornalista, e por duas décadas viajei para cobrir a realidade do Oriente Médio e do norte da África. Vivenciei as guerras do Líbano e do Iraque, a questão Israel-Palestina, entre outros temas, na Argélia, Líbia e Egito. Fui uma das fundadoras da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, em Buenos Aires, em 1974, e sediada no Brasil a partir de 1980. Viajava regularmente ao Oriente Médio e à África, e o islã era sempre um dado da realidade sobre a qual escrevia. Admirava profundamente a cultura, mas, por nunca tê-la estudado em profundidade, sentia que a minha visão ficava muito restrita aos fatos do cotidiano, nem sempre compreensíveis sem a perspectiva da história. Iniciei um estudo mais sistemático, e disso resultou minha tese de doutorado, defendida na Universidade Federal Fluminense [UFF], posteriormente adaptada em livro.

CH: Por que escolheu Ibn Khaldun e Ibn Battuta como personagens centrais de seu estudo? Quem são esses autores?
BEATRIZ BISSIO: Quis estudar a civilização islâmica a partir do olhar de seus próprios autores, e a obra de Ibn Khaldun, historiador que nasceu em Túnis (atual Tunísia) no século 14, não pode ser ignorada. Ele foi provavelmente o autor islâmico mais representativo de seu tempo. Minha orientadora [Vânia Leite Fróes, da UFF] foi quem sugeriu estabelecer uma espécie de contraponto entre os escritos de Ibn Khaldun e os relatos de seu contemporâneo Ibn Battuta, um viajante que ao longo de quase 40 anos percorreu longas distâncias pelos vastos domínios do Império Islâmico.

CH: Por que Khaldun é considerado tão importante?
BEATRIZ BISSIO: Suas reflexões, traduzidas em vários trabalhos, são extremamente complexas e sofisticadas. Sua obra-prima, os *Prolegômenos* (*Muqaddimah*), é considerada o momento fundacional do pensamento sociológico islâmico. Não é uma obra tradicional de história, como as que eram comuns até então, limitadas a narrar cronologias de dinastias. Ibn Khaldun inaugura um estudo que visa o entendimento das causas dos fenômenos históricos e, mais do que isso, os estudos sobre a sociedade humana. Moderno para a época, não? Extremamente moderno. É uma descoberta para o Ocidente que um pensador islâmico, no século 14, tenha trabalhado questões que vieram a ser estudadas, no mundo ocidental, somente dois séculos depois. Ao teorizar sobre estado, autoridade e poder, Ibn Khaldun antecipa [Thomas] Hobbes [1588-1679] e [Jean-Jacques] Rousseau [1712-1778]. Fez também descrições detalhadas da relação entre o ser humano e os demais seres vivos. Uma riqueza é a obra de Ibn Khaldun.

CH: E quanto a Ibn Battuta?
BEATRIZ BISSIO: Viajou durante quase 40 anos, por um território equivalente ao que hoje seriam 46 países. O mundo islâmico era alicerçado pela língua árabe; o viajante poderia sair do Marrocos, percorrer toda a Ásia central e chegar à China falando árabe! Era a língua franca da época (daí o título de meu livro).

Ibn Battuta era juiz em Tanger (atual Marrocos) e iniciava sua viagem de peregrinação à Meca, obrigação de todo bom muçulmano. Mas, ao se desprender de seu país e de seu entorno, descobre que tem uma paixão pela aventura, pelo conhecimento, por desvendar os mistérios do mundo – e vai sempre acrescentando novos desafios à sua jornada. Acaba fazendo três vezes a peregrinação. Quando retorna à sua terra, depois de décadas, já havia uma espécie de lenda em torno dele, o viajante que nunca aparece. Pensavam que tinha morrido. A corte o recebeu muito bem, e o califa estava interessadíssimo em conhecer o mundo pelos relatos daquele viajante que percorrera, por tanto tempo, os domínios daquele que fora o maior império na época medieval. Ávido por incorporar a sabedoria da valiosa fonte de informações que era Ibn Battuta, encomendou um relato escrito dessas viagens. Assim nasceu a *Rihla* [em tradução livre, 'jornada'], uma obra fascinante.

Na época já havia uma tradição de literatura de viagens – que se tornou um gênero literário nas letras árabes. Isso se deu principalmente em função da obrigatoriedade da peregrinação à Meca. Onde pernoitar? Que cuidados tomar? Que alimentos serão encontrados pelo caminho? Como planejar o retorno? Naquele tempo, criou-se uma tradição literária em torno dessas questões. No caso de Ibn Battuta, porém, o relato ganhou dimensões muito mais expressivas, pois sua viagem foi a jornada de toda uma vida.

Mas ele percebeu que não teria condições de produzir um texto com a beleza estilística que esse tipo de depoimento exigia. Então ditou suas memórias a um poeta, que deu forma definitiva ao livro. O resultado é muito interessante: um verdadeiro relato etnográfico. Descreve a estrutura social dos locais por onde passou, as vestes, a culinária, os hábitos, as relações de poder, as interações entre homens e mulheres, as formas de se pensar e viver a religião... Trata-se de um documento histórico e antropológico da maior importância.

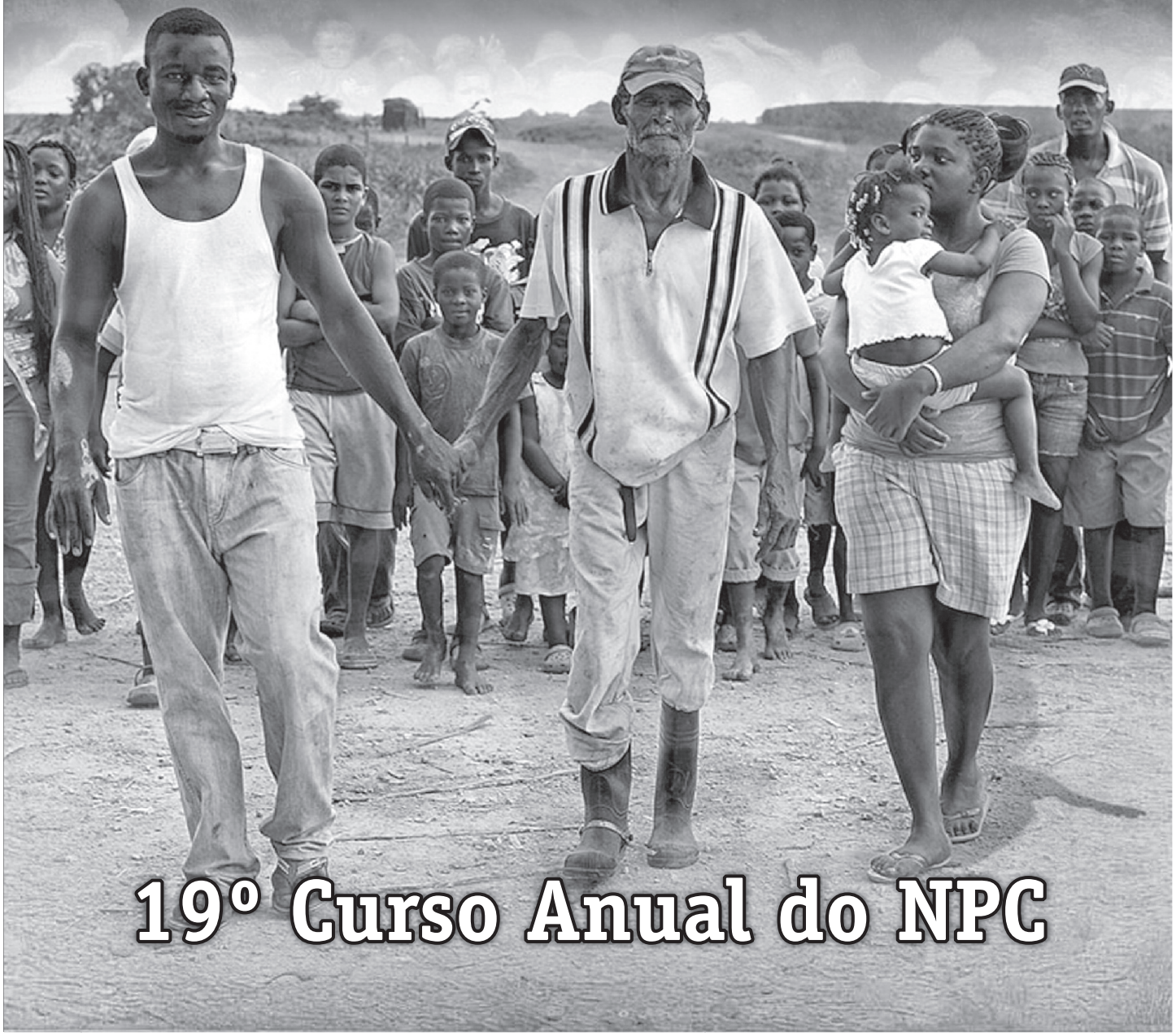
CH: Sua análise desses relatos se insere no campo da história, da antropologia ou da sociologia?
BEATRIZ BISSIO: Não é formalmente uma obra histórica, nem sociológica, nem antropológica. É transdisciplinar. O objetivo é, ao cruzar as reflexões de Khaldun e Battuta, conhecer melhor o Islã. É interessante mencionar que Khaldun vivenciou o poder 'por dentro'. Foi ministro, escriba, embaixador, diplomata. Também esteve na prisão, caiu em desgraça, viveu no exílio. E algumas perguntas o inquietavam: qual é o ciclo do poder? Como e por que nascem e se desenvolvem os impérios? Sua família, muçulmana originária da península ibérica, teve de migrar para o norte da África quando os reinos cristãos avançaram sobre terras muçulmanas. Esses reinos haviam ficado reduzidos ao norte da península ibérica, mas conseguiram finalmente se reestruturar e avançar rumo ao sul – a região ficara por sete séculos e meio sob domínio islâmico. Ibn Khaldun quis entender como aquele islã ibérico, tão sofisticado e tão 'superior' à civilização dos reinos cristãos da época, foi derrotado e expulso da região (o último reino muçulmano na península ibérica, Granada, foi conquistado pelos reis de Castela, Isabel e Fernando, em primeiro de janeiro de 1492).

A entrevista completa está disponível em http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/299/isla-em-perspectiva

DIA 21

Mídia e poder

no Brasil e no mundo hoje



19º Curso Anual do NPC

Por Gaudêncio Frigotto *

A RELAÇÃO DO ESTRUTURAL E DO CONJUNTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS IMPASSES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO **

* Professor Titular em economia política da educação na Universidade Federal Fluminense (aposentado), atualmente professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro no Programa de Pós graduação em Políticas Públicas e Formação Humana.

** O presente texto , com pequeno adendo, serviu de base à conferência de abertura do XI Fórum Nacional de Educação e do XIV Seminário Regional de Educação Básica, promovido pela Universidade de santa Cruz do sul. RS.

A educação seja ela escolar seja a que se da nos movimentos e práticas sociais não está pendurada na sociedade. Ela é parte constituída e constituinte destas sociedade e, no interior das sociedades capitalistas ela é parte da luta de classe. Se a relação entre política, educação e ideologia tem dimensões universais no seio das sociedades capitalistas, estas mesmas relações tem particularidades em formações históricas específicas. E para captar estas especificidades é preciso responder às questões: o que nos constitui a sociedade que somos? O que tipo de relações e lutas nos conduziram até o presente? Quais os desafios e lutas concretas que estão em jogo no campo social e educativo?

Isso significa que não se entende o presente e desenha o futuro há futuro sem inventariar nosso passado.. Disto decore que uma adequada análise histórica implica relacionar o tecido estrutural de uma sociedade com as mudanças conjunturais para compreender o sentido destas mudanças. Trata-se, nos termos de karel Kosik (1976), de distinguir numa determinada estrutura social as mudanças que transformam a realidade, mas conservando e reproduzindo a sua natureza, das mudanças que concorrem para romper e superar essa estrutura. Em nosso caso isto implica efetiva reforma agrária, reforma tributária de sorte que os ricos paguem proporcionalmente e de forma progressiva, taxação das grandes fortunas construídas não pelo trabalho, reforma do judiciário para que haja de fato justiça.

O tempo histórico que vivemos no mundo e no Brasil é de regressão social, de desmedida do capital na violência contra os dereitos dos trabalhadores e de uma poderosa investida na mercantilização da educação na gestão, no conteúdo, método e formas de educar.

Este processo teve seu início, no plano mundial, com o surgimento a ideologia do capital humano na década de 1950 com a equipe de Theodoro Schultz (1973). Trata-se de uma visão invertida para explicar as desigualdades sociais produzidas pelas relações entre capital e trabalho. Naturaliza-se o cartear cada vez mais excludente das relações sociais e induz-se a ideia que os países pobres e as populações pobres podem sair desta situação investindo em educação. Mas até hoje os adeptos desta ideologia não respondem à seguinte questão: os países pobres e as populações pobres assim são porque investem pouco em educação ou tem pouca educação porque são pobres? Uma visão que além de reduzir a educação de um direito social e subjetivo a um serviço mercantil, falseia e obscurece as reais relações sociais que produzem a desigualdade[1].

Cabe perguntar, então, qual a natureza do tecido estrutural de nossa sociedade que se sucedem conjunturas com golpes militares ou institucionais, se alternam governos de forças políticas diversas e a desigualdade brutal persiste e é apenas aliviada com políticas compensatórias, filantrópicas ou de pífia transferência, mas não de distribuição de renda? Como entender que uns pais continental com a extensão de 8 mil quilômetros, tenham milhões de trabalhadores sem terra e a vergonhosa favelização das grandes e médias cidades? Por que o campo educacional muda tão pouco, a despeito da retórica do valor da educação, uma espécie de *galinha dos ovos de ouro* para resolver as mazelas sociais e econômicas e os sucessivos reclamos dos donos do capital e seus intelectuais sobre apagão *educacional?*

BRASIL, UMA SOCIEDADE QUE PRODUZ A MISÉRIA E SE ALIMENTA DELA

O subtítulo acima, retirado do texto de Francisco de Oliveira (2003) no qual usa a imagem do *ornitorrinco* - simbiose de ave, réptil e mamífero – para caracterizar o que o pensamento social crítico brasileiro evidencia de nosso tecido social estrutural. Com efeito, sem entender a particularidade que nos define como uma das sociedades rica, mas das mais desiguais do mundo, não poderemos entender nossa situação pífia no atendimento ao direito à educação básica e, como consequência, os resultados igualmente frágeis na profissionalização pelo acesso à universidade ou cursos superiores e à formação profissional nos padrões exigidos nos processos produtivos atuais. Também ficamos sem entender porque efetivamente não temos cidadania real para a maior parte da população brasileira.

Vários são os pensadores que nos ajudam neste inventário, dentre eles: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Pardo Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Milton Santos, Otávio Ianni, Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho. Na brevidade deste texto nos ateremos especialmente às contribuições originais de Celso Furtado, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira[2]. Furtado (1966, 1982 e 1992), é autor que mais publicou sobre a

[1] O leitor interessado em aprofundar essa análise ver Frigotto, 2011.

[2] Um debate ampliado sobre este tema e com grande parte destes pensadores pode ser consultado em Frigotto e Mota (2011).

formação econômico-social brasileira e sobre a especificidade do nosso desenvolvimento. Uma de suas conclusões originais e base para análises de outros pensadores críticos que nos dão o inventário do que nos conduziu até o presente é de que o *subdesenvolvimento* não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma forma específica de construção de nossa sociedade.

Ao longo de sua obra, situa a sociedade brasileira dentro do seguinte dilema: a construção de uma sociedade ou de uma nação onde os seres humanos possam produzir dignamente a sua existência ou a permanência num projeto de sociedade que aprofunda sua dependência subordinada aos grandes interesses dos centros hegemônicos do capitalismo mundial. É neste horizonte que Furtado faz a crítica ao "modelo brasileiro" de capitalismo modernizador e dependente, uma constante do passado e do presente.

Avançando nas análises de Furtado, aprofundando-as e contrariando o pensamento conservador dominante e de grande parte do pensamento da esquerda, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira rechaçam a tese da estrutura dual da sociedade brasileira que atribui nossos impasses para nos desenvolvermos a existência de um país cindido entre o tradicional, o atrasado, o subdesenvolvido e o moderno e desenvolvido, sendo as características primeiras impeditivas do avanço da segunda. Pelo contrário, mostram-nos estes autores a relação dialética entre o arcaico, atrasado, tradicional, subdesenvolvido, e o moderno e o desenvolvido na especificidade ou particularidade de nossa formação social capitalista**.**

O que se reitera para Fernandes (1968) no plano estrutural é que as crises entre as frações da classe dominante acabam sendo superadas mediante processos de rearticulação do poder da classe burguesa numa estratégia de conciliação de interesses entre o arcaico e o moderno. Trata-se, para Fernandes, de um processo de "modernização do arcaico".

Dentro da mesma perspectiva, Francisco de Oliveira (2003) nos mostra que é a imbricação do atraso, do tradicional e do arcaico com o moderno e desenvolvido que potencializa a nossa forma específica de sociedade capitalista dependente e de nossa inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. Mais incisivamente, os setores denominados de atrasado, improdutivo e informal, se constituem em condição essencial do núcleo integrado ao capitalismo orgânico mundial. Assim, a persistência da economia de sobrevivência nas cidades, uma ampliação ou inchaço do setor terciário ou da "altíssima informalidade" com alta exploração de mão de obra de baixo custo são funcionais à elevada acumulação capitalista, ao patrimonialismo e à concentração de propriedade e de renda.

Ao atualizar, quatro décadas depois, a sua obra *Crítica à razão dualista,* Oliveira (2003) nos revela que o que se tornou hegemônico foi a permanência de um projeto de sociedade que aprofunda sua dependência subordinada aos grandes interesses dos centros hegemônicos do capitalismo mundial. Esta opção hegemônica, em termos de consequências societárias, a expressa recorrendo à metáfora *do ornitorrinco.*

Para Oliveira, a imagem d*o ornitorrinco* faz a síntese emblemática das mediações do tecido estrutural de nosso subdesenvolvimento e a associação subordinada da classe burguesa brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo e os impasses a que fomos sendo conduzidos no presente. Uma particularidade estrutural de nossa formação econômica, social, política e cultural, que nos transforma num monstrengo social.

(...)

Texto completo disponível em http://nucleopiratininga.org.br/a-relacao-do-estrutural-e-do-conjuntural-na-sociedade-brasileira-e-os-impasses-e-perspectivas-da-educacao/

Por Andrelino Campos *

QUILOMBOS, FAVELAS E OS MODELOS DE OCUPAÇÃO DOS SUBÚRBIOS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EXPANSÃO URBANAS SOB A ÓTICA DOS GRUPOS SEGREGADOS

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FFP/UERJ; Coordenador do Núcleo de Estudos Sociedade Espaço e Raça; e autor do livro "Do quilombo à favela: a produção do "espaço" criminalizado no Rio de Janeiro". Contato: andrelinocampos@hotmail.com

INTRODUÇÃO [1]

O tema segregação sócio-espacial sempre esteve presente na literatura acadêmica. Algumas vezes aparece mais, em outros momentos, apresenta-se de forma latente. A análise, de forma geral, é sempre para dar conta de alguma situação de apartação, seja no formato voluntário, a auto-segregação, ou seja da forma involuntária, a segregação induzida (ambas muito presente nos dias atuais) tem lógica explicativa distinta. Aqui, focaremos a segunda como forma de análise como dos elos para entender a expansão do tecido urbano carioca.

Em larga medida, discutir favelas é falar também de preconceitos e discriminação que parte dos moradores de grandes centros urbanos tem com relação ao lugar e aos seus habitantes. Em se tratando de Rio de Janeiro, ficam evidentes tais procedimentos, pois desde sua origem, se se pensar em um processo, os lugares ocupados pelos mais pobres recebem pouca atenção do poder público no que se refere ao tamanho dos problemas sociais. Entretanto, como no passado, em sua versão anterior a República: o quilombo, a favela recebe uma atenção especial do aparelho policial, tendo em vista que favelas e favelados são considerados como um caso de polícia, mas não como um problema da sociedade.

O artigo será dividido em duas partes. Na primeira parte, estaremos analisando os moldes de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Está analise será emoldurada pela questão étnico-racial, sobretudo como as relações quilombo/Império e favela/República aconteceram e seu desdobramento espacial na cidade do Rio de Janeiro. Na segunda parte pretendemos desenvolver modelagem que sirvam como ferramenta explicativa para que possamos compreender como foram efetivadas as ocupações espaciais dos subúrbios cariocas. Essa modelagem é um esforço pretende começar a mostrar que algumas áreas da cidade, historicamente, foram palcos de políticas públicas improvisadas, e foram acompanhadas pela população com construção de moradias improvisadas, constituindo, assim uma cidade que aparenta "eteno fazer", resultado, em geral, da precariedade.

[1] Este trabalho foi apresentado no âmbito do XV Encontro de Geógrafos, São Paulo, 2008; e publicado na coletânea: Dez anos da Lei no 10.639/03: Memórias e Perspectivas. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Coleção Diálogois Intempestivos, 2013, pp. 243-265; ISBN: 978-85-7282-577-1

1) AS ORIGENS DO ESPAÇO FAVELADO NO RIO DE JANEIRO: ALGUMAS DISCUSSÕES A EXPANSÃO URBANA

Falar em favela sem rediscutir a sua origem é encarar o "problema" da segregação sócio-espacial como um fato isolado, "naturalizado", em nossa sociedade. A explicação, em geral, se faz pela conjuntura, ligada a algum conflito, seja interno, seja de caráter externo, ou busca-se explicação na estrutura, ligando-se à explicação econômica. Em se tratando do aspecto conjuntural, os fenômenos interno e externo contribuíram para ampliação da favelização, mas não podem ser considerados como únicos responsáveis pelo surgimento das favelas. Por outro lado, se não podemos contar a história de um fato produzido pela sociedade sem explicar em que processos são derivados, não é lógico pensar as favelas a partir da sua própria existência. Portanto, em que processo pede-se enquadrar o surgimento das favelas? Para responder tal questão, pensa-se então em uma única possibilidade: o quilombo.

O quilombo, como um dos catalisadores das questões sociais emergidas no sistema escravista, surge como uma das opções de análise, possibilitando em um único processo de formação sócio-espacial entender cultura, política, discriminação, segregação espacial e, fundamentalmente, a criminalização dos mais pobres.

A partir daí, tendo a afirmar que algumas dessas apropriações espaciais, sobretudo aquelas localizadas próximas às freguesias urbanas, ao perderem a função de espaço de luta ¾ resistência[2] ¾ e tendo em vista a Abolição, continuaram a ser ocupadas, transmutando-se posteriormente em favelas, como apenas espaço de moradias no espaço urbano. Espacialmente, a exclusão[3] econômica transforma-se em segregação a partir da separação dos usos do solo urbano. Esta diferenciação foi produzida no sentido de dotar algumas dessas áreas da cidade com infra-estrutura que, naturalmente,

[2] O termo resistência é entendido aqui, de acordo com a literatura, *como fenômeno espontâneo, de um ato voluntário ou conscientizado de indivíduos e pequenos grupos disposto a rebelar-se e não aceitar a ocupação*. Apesar de bastante amplo, essa conceituação serve para o processo de organização espacial dos mais pobres.

[3] A palavra exclusão será usada por ora sem nenhuma discussão. Contudo, preferimos empregar o termo acessibilidade reduzida ou ampliada que reflete melhor a situação dos que estão as margens dos processos hegemônicos de controle do espaço urbano (ver CAMPOS (2006; 2008)

já teriam amenidades, fazendo-as ainda mais distintas de outras. Como a propriedade de cada parcela do solo urbano depende da renda do indivíduo, então as melhores áreas foram apropriadas (destinadas) aos indivíduos de maior renda[4]. Entretanto, como os significados espaciais são instáveis, as áreas consideradas inadequadas para receber investimentos, sobretudo dos promotores imobiliários, transformaram-se com o decorrer do tempo, adquirindo valor de mercado para o capital. Exemplos clássicos foram os casarões da área central da cidade que habitados até o meado do século XIX pelas classes de alta e média renda são posteriormente transformados em casas de cômodos (cortiços) e ocupados pelas classes pobres, pagando altos aluguéis, como demonstrou Muniz SODRÉ (1988).

A favela, segundo a concepção clássica de ocupação dos espaços urbanos pelos mais pobres, principalmente pelos afro-descendentes, enquadra-se em três versões. Todas têm em comum a autorização¾ a permissão das autoridades ¾, para que um grupo de retornados de "batalhas" ou os desalojados da demolição do "Cabeça de Porco", em sua maioria negros, pudessem se alojar nas encostas do antigo Morro da Favela[5] ou em suas proximidades. A primeira e a segunda versão têm em comum os retornados de batalhas. A primeira refere-se à Guerra do Paraguai (1869) e a segunda Guerra de Canudos (1897).Enquanto a Guerra do Paraguai, o País ainda vivia sob o sistema escravagista e na segunda versão, em plena República. Contudo a percepção dos autores tem a mesma perspectiva. Se por um lado, em 1870, segundo CUNHA (1985:44-5), "o governo [imperial] havia prometido alforria aos escravos que fossem combater". Tudo leva a crer que o oferecimento foi tomado de sucesso, apesar da "grita dos senhores de escravos" (id.,ibid). Não obstante a ausência na literatura, a arregimentação ocorreu em todas as províncias. Tanto o fim da Guerra do Paraguai como a Guerra de Canudos resultaram em na ruptura da identidade espacial (formado sobretudo pelo sujeitos em ação e sistema de objeto)[6] de parte dos retornados das batalhas. Para os autores da coletânea NOSSO SÉCULO, BRASIL: 1900-1910 (1985:40), os habitantes que acorreram as habitações toscas das encostas são *malandros* (boêmios, ladrões, valentes) ou aqueles cuja idade avançada ou as doenças (como a tuberculose) incapacitaram para o trabalho. As mulheres lavam e costuram 'para fora, e as crianças vendem pela cidade doces, balas e jornais. Predominaram os negros, que já se reuniam em favelas antes mesmo da Abolição, pois o governo Imperial havia alforriado multidões de escravos para enviá-los à Guerra do Paraguai (1865-1870). Os que retornaram, muitos mutilados, alojaram-se nestas habitações (Brasil 1900-1910, 1985:40).

A segunda tese sobre o surgimento de favelas no Rio de Janeiro, aceita e difundida por M. de A. ABREU (1988; 1990), não a enquadramos na ordem cronológica, mas de acordo com a motivação: retornados de batalhas. O autor escreve: já presente embrionariamente na cidade desde 1897, quando foi dada a autorização para que os praças retornados da campanha de Canudos ocupassem provisoriamente os morros da Providência e de Santo Antônio, esta forma de ocupação dos morros logo se revelou a solução ideal para o problema da habitação popular do Rio de Janeiro. De local de moradia provisório, esses morros da área Central logo foram transformados em opção de residência permanente[7]..

A destruição do Cabeça de Porco e de outros cortiços ¾ a terceira versão ¾ provocou um deslocamento em direção às encostas. Observa-se que as encostas da Tijuca, por exemplo, já estavam ocupadas desde os anos 1870, com a modernização dos transportes. A movimentação da população mais pobre, em sua grande maioria negra, recém libertada da escravidão, foi em direção às encostas localizadas na área central, pois aa ofertas de ocupação estavam nesta área mais dinâmica da cidade. É a partir deste dado que Lilian Fessler Vaz elabora sua tese de surgimento das favelas, com a qual trabalha CHALHOUB (1996a) . Segundo este estudo, a destruição do Cabeça de Porco deixou cerca de quatro mil pessoas sem abrigo e o prefeito Barata Ribeiro autorizou o deslocamento dos moradores (id., ibid.:17)

Nos três relatos, a ocupação desses espaços era feita, em grande parte, pela população negra, que

[4] Cf. CORRÊA, R. L. (1987:11-35). O autor analisa neste livro síntese, em seu terceiro capítulo, "quem produz o espaço urbano".

[5] O Morro da Favela é conhecido nos dias atuais pelos "complexos" dos morros do Pinto e da Providência, localizados nas imediações da área central da cidade do Rio de Janeiro.

[6] A partir deste ensaio, estamos descartando a possibilidade de enquadrar toda e qualquer relação espacial *(apriori)* como território e suas derivações, preferindo focar a análise no recorte espacial do lugar, que discutiremos em outras oportunidades

[7] Ver também BARBOSA, J. L. (1992). O autor explora em seu trabalho as condições de moradia e trabalho que eram oferecidas aos operários do período na capital da República.

já residiam antes da Abolição, pressupõe-se então que tanto a criminalização quanto a discriminação[8] já preexistiam. Portanto, os estigmas vividos hoje pela população favelada são anteriores à existência da própria favela. Em sendo assim, temos a necessidade de buscar explicações na formação sócio-espacial do sistema escravista, ou seja, nos quilombos, espaço de resistência criado pelos negros fugidos do cativeiro.

A favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro sem estar contextualizada em um processo social, mas como resultante de fatos espaciais e temporalmente delimitados. Uma das possibilidades é entender a favela como uma transmutação do espaço quilombola, pois, no século XX, a favela representa para a sociedade o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardando as devidas proporções históricas, vêm integrando as "classes perigosas". Os quilombolas por terem representado, no passado, ameaça ao Império; enquanto os favelados se constituíram elementos socialmente indesejáveis, após a instalação da República.

Após 1888, o quilombo já não poderia ser visto como um espaço de resistência de luta, pois o sistema escravista, em tese, havia acabado. Legalmente não fazia sentido considerar tal sistema de ocupação territorial como uma ameaça à hegemonia das classes dominantes: antigos latifundiários, transmutados em republicanos. Esses espaços, apropriados primeiro pelos quilombos, posteriormente ocupados por negros (ex-escravos), brancos pobres e imigrantes foram incorporados à cidade. Considerando apenas a expansão orientada pela classe dominante e os interesses do Estado. Os modelos de expansão urbana atendem perfeitamente a esta dinâmica, ou seja, os modelos clássicos dão conta de um movimento de expansão do centro para a periferia de acordo com o modelo tradicional de expansão urbana de economias exportadoras (CORRÊA, 1989: 46-92).

Entretanto, se levarmos em consideração que os quilombos periurbanos são, em certa medida, artífices da dinâmica de expansão urbana, a direção do fluxo tende a ter duplo sentido: o sentido clássico, centro periferia e o sentido inverso, não formal, o ilegal, já que não estava previsto nos planos de reestruturação urbana. Além destes fatos, há necessidade de analisar outro ponto relevante no quadro da expansão urbana. Pela apropriação espacial empreendidas até a data da Abolição, os negros livres só poderiam ser criminalizados se a propriedade do terreno fosse reivindicada por terceiro com registro na igreja local. Se as terras fossem públicas, a apropriação deveria ser considerada como um direito para aquele que chegasse primeiro. Entretanto, existe evidência de que as terras apropriadas por negros tanto nas freguesias urbanas quanto nas periurbanas foram postas na ilegalidade, não se admitindo a propriedade das pessoas não-brancas**.** Portanto, falar em expansão urbana sem levar em consideração os grupos de menor renda que movimenta o espaço das metrópoles em ações que não se inscrevem nos planos dos gestores das metrópoles tornou-se, ao longo da história das mesmas, um contra-senso.

2) OS MODELOS DE OCUPAÇÃO DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS: POLÍTICAS PÚBLICAS PROVISÓRIAS GERAM PRODUÇÃO DE "ESPAÇO" IMPROVISADO

No processo de expansão urbana, os mais pobres movimentaram primeiro para ocupar as favelas nas proximidades das áreas centrais, somente com advento da implantação malha ferroviária chega à distâncias maiores: os subúrbios. O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma linear, localizando-se as casas e alguma atividade comercial ao longo da ferrovia e com maior concentração em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas por *proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras*, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos (ABREU, 1988, p. 50; o destaque é nosso). O esquema abaixo nos mostrará como ocorreu a ocupação das áreas suburbanas, levando em consideração o assentamento dos trilhos e das estações de trens. Essa proposta segue exemplo de dois modelos de segregação: 1) a elite junto ao centro; 2) no processo de expansão urbana e modernização dos transportes, há uma descentralização dos grupos de maior renda. O primeiro foi estabelecido pelo geógrafo alemão J. G. Kohl (1841), situando a classe de maior poder junto à área central, seguida por anéis periféricos, onde

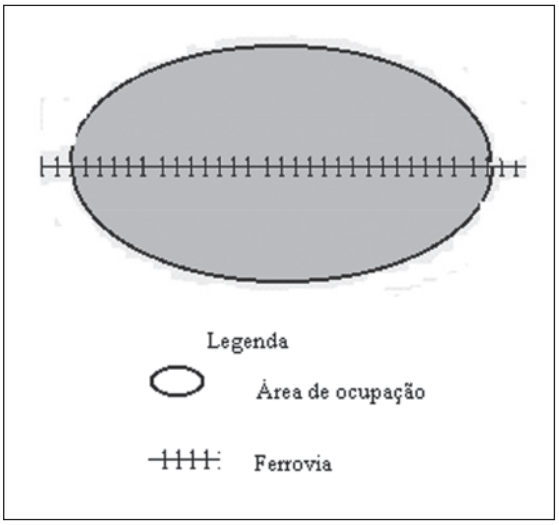
[8] Cabe aqui uma distinção entre os termos preconceito e discriminação, para tal consultar SILVA Jr., H. (2000:372)

estariam localizados os grupos de classe média e renda baixa. A mobilidade intra-urbana era muito limitada, e construir moradia junto ao Centro era uma necessidade para as elites e para as atividades mais dinâmicas da economia (CORRÊA, 1989, pp. 67-8). O segundo modelo de segregação apresentado pelo autor é aquele em que há uma inversão, seguindo o padrão espacial das grandes cidades americanas, cujas elites estabelecem como áreas preferenciais para construção de moradia as periféricas ao Centro da cidade, ficando a área central com as pessoas de menor renda. Observa o autor que, inicialmente, as classes dominantes localizam-se de acordo com o modelo apresentado por Kohl, descentralizando-se mais tarde, possivelmente, pelos mesmos motivos que ABREU (1988) nos informa: a modernização dos transportes urbanos possibilita maior mobilidade espacial dos grupos de maior renda, impedindo, de certa maneira, pelo custo, que os grupos de menor renda façam o mesmo.

Tendo em vista os dois modelos de segregação, percebeu-se que a ocupação do espaço suburbano não se deu de maneira linear, ou seja, à medida que os trilhos eram assentados e as estações construídas, a população e as atividades econômicas, logo depois, passavam a desenvolver a área. Ao contrário, nem todas as estações foram palco de ocupação intensiva, e algumas tiveram o entorno parcialmente habitado, constituindo modelagens diferentes. Dessa maneira, após a construção das estações, sobretudo no ramal da antiga Central do Brasil, a ocupação seguiu lógica diferente e espacialização também diferente. Algumas estações receberam população que ocupou as duas margens da linha férrea, tendo como ponto de partida sempre essas construções, ponto de referência para o desenvolvimento de atividade econômica e moradia. Inicialmente, o comércio era incipiente, mas à medida que a densidade populacional aumenta, amplia-se também o número de pequeno comércio, como acontece na formação dos vilarejos em cidades do interior. Com o tempo, mais ruas são abertas e abrigam mais e mais moradias e outras atividades, até cobrir uma grande área dos dois lados da linha férrea. Esse modelo de ocupação espacial, iniciado a partir da segunda metade do século XIX e consolidado ao longo do século XX, recebeu a denominação *área de ocupação completa.* Os bairros que melhor representam essa espacialização, no Rio de Janeiro, são: Méier, Madureira, Cascadura, Marechal Hermes, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Bonsucesso, Ramos, Caxias etc.

FIGURA 1

Modelo de ocupação completa dos subúrbios do Rio de Janeiro



Se levarmos em consideração a importância de alguns desses bairros para a questão urbana do Rio de Janeiro, estaremos diante da formação de subcentros que drenam recursos e renda dos bairros vizinhos, como é o caso de Méier, Madureira, Bangu, Campo Grande etc. Alguns desses lugarejos atraem consumidores, mas não conseguem exercer o mesmo papel, como é caso Cascadura, Ramos, Bonsucesso, entre outros bairros. Outras localidades acabam desempenhando papéis também administrativos, visto que abrigam crescente demanda pela presença do poder público. Esse fato acaba criando possibilidades políticas e valorização progressiva do solo urbano, concomitantemente da propriedade privada, beneficiando, assim, os moradores que residem nessa área.

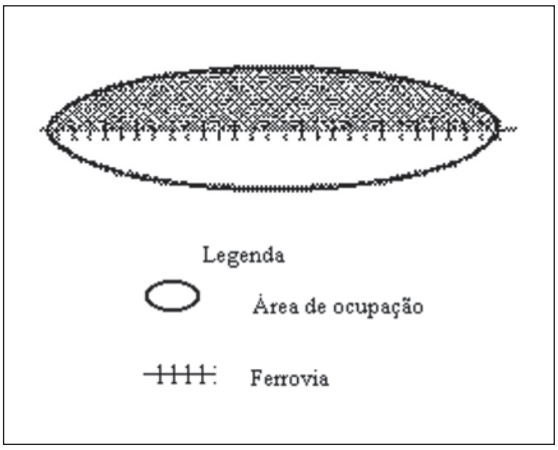
Porém, nem todos os bairros suburbanos se constituíram de acordo com essa dinâmica. A maior parte desses bairros é dotada de pouca capacidade de agregar funções diversas, como centralizar fluxo de mercadoria e transporte, moradia e pessoas. Na malha ferroviária é mais comum o fato de os bairros desempenharem funções mais modestas em relação à estrutura urbana de uma cidade. Nesse sentido, uma parte dos subúrbios se estrutura como *área de ocupação semicompleta* e outra parte (um grande trecho) como *área de ocupação incompleta.* A primeira, a de *ocupação semicompleta*, tem como lógica o desenvolvimento de atividade em um dos lados da estação, como ocorreu no modelo de ocupação completa, e não havia como prever qual das duas margens da estação seria escolhida para re-

ceber investimento e atenção dos consumidores de lotes para habitação e/ou desenvolvimento de atividades ligadas, sobretudo ao setor terciário, mais especificamente do pequeno comércio: lojas de material de construção, alimentos e outras atividades cuja instalação não demanda sofisticação técnica. Com o desenrolar do tempo, porém, algumas atividades começaram a se concentrar em um dos dois lados, elas foram atraídas pela maior presença de consumidores ou porque a ligação entre essa margem e algum ponto da cidade de maior importância se faz com mais rapidez, ou por ser mais valorizada do ponto de vista comercial do que a outra margem.

A propriedade dos lotes em torno da estação, como relata a literatura, também não é resultado apenas do parcelamento das antigas propriedades, levado a efeito por pequenos empreendedores ou por empresários ligados ao setor de transporte que acabaram se responsabilizando igualmente pela ação imobiliária, mas decorre em grande parte da "ocupação" mediante o uso da posse (tornando-se o ocupante da gleba posseiro). A ocupação dessas áreas não era regularizada, e sua legalização dependia do interesse que ela despertava no mercado de terra urbana, possibilitando, assim, no decorrer do tempo, a violência urbana conduzida pela ação de grileiros ou especuladores que buscavam concentrar propriedade para fins comerciais.

FIGURA 2

Modelo de ocupação semicompleta dos subúrbios do Rio de Janeiro



Dessa maneira, uma das margens ganha maior densidade, oferecendo alguns serviços que não são encontrados nem na outra margem nem nos bairros próximos. Serviços esses que não são interessantes, do ponto de vista do custo, de ser buscados na área central ou em outras *áreas de ocupação completa.* Obviamente, a importância das *áreas de ocupação semicompleta* é limitada, visto que o crescimento das *áreas de ocupação completa* acaba impedindo ação mais efetiva nesses espaços, que se constituem, em muitos casos, em complemento do primeiro modelo.

No Rio de Janeiro, demonstram melhor essa realidade os bairros de São Cristóvão (que funciona como entroncamento entre a área central e outros pontos da cidade, mas, também, é a parte mais dinâmica que se localiza entre trecho da linha férrea e a avenida Brasil), Olaria, Magalhães Bastos, Engenho de Dentro, Engenho Novo, entre outros tantos.

Por seu turno, a *área de ocupação incompleta* refere-se àquela que ao longo dos anos recebeu menor fluxo de pessoas e de atividades econômica, mantendo um dinamismo muito baixo. A ocupação dos dois lados da estação não se diferencia, e um "bairro-tampão", isto é, um ponto no espaço de mero apoio na ligação entre bairros de maior importância. Nesse caso podemos enquadrar os bairros de Lauro Muller, Mangueira, São Francisco Xavier, Riachuelo, Sampaio, Quintino Bocaiúva e Oswaldo Cruz etc.

FIGURA 3

Modelo de ocupação incompleta dos subúrbios do Rio de Janeiro

De acordo com os modelos apresentados, podemos entender de que maneira se deu a ocupação das áreas ao longo das vias férreas no Rio de Janeiro. Não na totalidade do sistema suburbano, mas em alguns casos o modelo pode começar a explicar, como nos dias atuais, podemos encontrar em determinados bairros uma concentração de pobres urba-

nos, principalmente de afrodescendentes. As *áreas de ocupação completa* como Méier, Madureira e Campo Grande têm como tendência a concentração menor de afrodescendentes, segundo o padrão de valorização do solo combinado com o fator da renda.

Se pensarmos, por exemplo, na questão da educabilidade, verificaremos que a concentração de *mestres e doutores* nas áreas como Pavuna, Bangu, Marechal Hermes (apesar de pertencerem ao Modelo 1), a tendência será igual a zero, não se repetindo os indicadores que ocorrem no Méier, Campo Grande ou Madureira. Esses, por algum mecanismo, se destacam, servindo como ponto de referência para quase toda a malha suburbana, inclusive pela autodeclaração de cor ou raça, em que grande parte se considera da cor branca. Esse é o ponto comum das três áreas acima citadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da malha urbana pela população aconteceu de maneira muito diferente nos diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro. Como vimos, na Zona Sul ocorreu de maneira previsível, ou seja, de acordo com os interesses do setor imobiliário, sem improvisações. Por certo, nesse momento da história, no quarto quartel do século XIX, não poderíamos falar de políticas de planejamento, mas podemos pensar que a estruturação desse espaço, além de seguir as recomendações internacionais presentes no pré-urbanismo, atendeu os asseios das classes de maior poder econômico.

Também verificamos que a expansão norte/oeste da cidade seguiu padrões muito distintos. Enquanto os trilhos urbanos foram assentados para atender a população que ainda não havia ocupada a Zona Sul, no outro lado da malha urbana, esse equipamento atendeu as necessidades setor produtivo, buscava-se a modernização do setor fundamental da economia, o escoamento da produção agrícola e outros produtos. A população, nesse caso, tornou-se secundária. Nesse sentido, podemos pensar que essa parte da cidade foi palco, em termos de organização interna da cidade, de improvisações em termos de políticas e precariedade no que se refere à habitação.

Quanto à permanência dos grupos de menor renda residindo na Zona Sul, como vimos, é explicado, em geral, pela dimensão econômica, ou seja, pela proximidade do mercado de trabalho. Entretanto, consideramos essa hipótese insuficiente. A dimensão econômica do fenômeno é importante, contudo não deve ser considerada como determinante, apenas como dos fatores que ajudam a contar a história desses grupos. Os termos que estabelecem que determinados grupos sofrem os estigmas, os preconceitos e a discriminações oriundos da segregação, deve ser relativizados, pois o fenômeno não é absoluto, mas relacional entre a parte (segregada) e o todo (a cidade de forma geral). As desqualificações pelas quais são submetidos os indivíduos, no decorrer da história, colocam-nos em situação de desvantagem ou risco social, passíveis das iniqüidades do processo histórico. As desvantagens são traduzidas pelo grau de acessibilidade as diferentes instituições, enquanto o risco é posto pelo sistema simbólico que, se traduz em última instância, as injustiças sociais.

Reconhecer que o instituto da segregação não esta pronto, no sentido de terminalidade, é reconhecer que precisamos avançar, em passos largos, para desvendar a sua compreensão. Nesse ponto, temos que ressaltar a importância de VASCONCELOS (2003) que apresentou severas críticas a apropriação do conceito e a sua pronta aplicação ao espaço urbano das grandes cidades brasileiras. Por outro lado, não devemos caminhar no sentido oposto da negação de sua existência. A área de segregação induzida contínua é uma possibilidade analítica que, por razões obvias, não excluem do escopo da análise os espaços tradicionais segregados, apenas aponta que existem outras formas de compreender que a estrutura urbana é mais complexa que possamos imaginar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1988

_____(1992): A cidade e a montanha. In ABREU, Mauricio de A. (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

BARBOSA, Jorge L. Olhos de ver, ouvidos de ouvir: os ambientes de ”malsãos” da capital da República. In: ABREU, Maurício de A. Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992

BRASIL: 1900/1910. In: Nosso Século, V. 1, São Paulo, Abril Cultural, 1985

CAMPOS, A. O. O P*lanejamento urbano e a “inivisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2006, (mimeo).

CAMPOS, A. Do quilombo à favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007a.

CAMPOS, A. Afro-descendência e a superação do "velho" conceito de raça: a construção da identidade politicamente compartilhada. In: GONÇALVES, M. A. R. (org.). Educação, cultura e literatura afro-brasileira. Rio de Janeiro, Sempre Negro (NEAB-UERJ)/Quartet, 2007b, pp. 79-108.

CAMPOS, A. Sociedade do improviso gera intervenções urbanas provisórias: algumas considerações sobre a expansão da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica dos grupos segregados. In. SILVA, C. A. e CAMPOS, A (Organizadores). Metrópole em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro, Revan/FAPERJ, 2008, pp. 81-101.

CAMPOS, A. Quilombo, favela e os modelos de ocupação dos subúrbios: Algumas Reflexões sobre a expansão urbanas sob a ótica dos grupos segregados. In: JESUS, R. de F. et al (orgs.): Dez anos da Lei nº 10.639/03: Memórias e Perspectivas. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Coleção Diálogos Intempestivos, 2013, pp. 243-265; ISBN: 978-85-7282-577-1

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986

CHALHOUB, Sidney (1996a): Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras.

CHALHOUB, Sidney (1996b): Medo branco de alma negra: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. In: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade, 1 (1). Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço Urbano. São Paulo, Ática, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da (1985): Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua vota à África. São Paulo: Brasiliense.

GITTUS, E.. Deprived and social planning. In: HERBET, D. T. & JOHNSTON,R. J. (orgs.). *Spatial perspectives on problems and polices*. London, New York, Sidney e Toronto: John Wiles & Sons, pp. 209-233, 1976.

GOTHAM, K. F.. Urban space, Restrictive covenants and the origem of racial residence segregation in US city, 1900-50. In: *International Journal of and Regional Reserch*, vol. 24.3, 2000, pp. 616-630.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002 .

LAGO, L. C. do. *Desigualdade e segregação na metrópole.* Rio de Janeiro, Revan/Observatório Ippur-Ufrj, 2000

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1986

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo, Hucitec, 1996

SILVA Jr., Hédio (2000): Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (orgs.). Tirando a máscara: Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, pp. 359-387

RIBEIRO, L. C. de Q. governabilidade da cidade? Avanços e desafios da Reforma Urbana. In: VALLADARES, Licia & COELHO, Magda P. (orgs.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp. 107-159.

SODRÉ, Muniz (1988): O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes.

SOUZA, M. L. . As drogas e a "questão urbana" no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxico. In: CASTRO, Iná Elias et al. (orgs.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VASCONCELOS, P. de A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. In: *Cidades*, v.1, nº 2. Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, 2004, pp. 259-274.

Comunicação e ideologia no Brasil e no mundo

Por Laurindo Leal Filho

NAS COMUNICAÇÕES, UMA DÍVIDA HISTÓRICA DO ESTADO COM A SOCIEDADE

O tema da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) aponta para o futuro: "Comunicação: Direito e Cidadania na Era Digital". Nada contra. Afinal devemos mesmo olhar para frente, especialmente numa área em processo acelerado de transformações. No entanto, no caso brasileiro, é também o setor em que a dívida do Estado para com a sociedade se acumula há mais de 80 anos, fato que não pode ser negligenciado. Existe uma demanda acumulada de reivindicações, aspirações e necessidades que agora deságuam na Conferência. O número e a diversidade de propostas produzidas em todo o Brasil é o melhor atestado dessa situação. Cabe à Confecom a difícil missão de olhar para o futuro mas, ao mesmo tempo, saldar o déficit histórico.

Tarefa dificultada pela interdição do debate acerca dessa dívida, realizada pelos meios de comunicação hegemônicos, fontes de informação da maioria absoluta da população brasileira. Silêncio imposto à própria realização da Conferência, tratada como um "não-assunto". No entanto, o sucesso das pré-conferências livres, municipais e regionais mostram que, apesar das pressões em contrário, o debate vai sendo desinterditado, ainda que timidamente, à revelia dos grandes grupos de comunicação e de suas associações de classe.

Para eles o ideal teria sido que a Conferencia não existisse. Mas como não conseguiram evitá-la, dadas as pressões da sociedade e a sensibilização de determinadas áreas do governo, restou-lhes tentar moldá-la segundo os seus interesses. O tema geral adotado pelo encontro é um desses moldes. Se houvesse sido definido como eixo único da Conferência, como queriam os empresários do setor, corria-se o risco de se esquecer a realidade brasileira, onde o Tweeter da "era digital" convive com os recados transmitidos pelas emissoras de rádio para as regiões ribeirinhas da Amazônia, avisando a chegada dos barcos e, com eles, os alimentos e os remédios. São realidades que convivem no mesmo espaço nacional e que, por isso, devem receber tratamento cuidadoso e diferenciado.

Há um passivo vultoso a ser cobrado do Estado por nunca ter cuidado, como lhe compete, do espaço público eletromagnético assemelhado à terras devolutas, gradativamente ocupadas por grupos econômicos (combinados com interesses políticos e religiosos) que nelas montaram os seus empreendimentos comerciais. A rala legislação existente é de 1962 não dando conta das atuais transformações tecnológicas e, muito menos, das mudanças sociais e culturais pelas quais o pais passou. Convivemos na "era digital" com uma lei elaborada quando a TV ainda era vista em preto e branco e o vídeotape a novidade tecnológica mais recente, além de ser contemporânea de um país rural, onde cerca de 70% da população vivia no campo. Essa massa humana migrou e hoje os índices são praticamente inversos, mas a lei segue a mesma.

Dessa forma fomos ficando para trás das grandes democracias liberais que, desde o advento do rádio, nas décadas iniciais do século 20, trataram de impor regras compatíveis com os interesses da sociedade. E agora, no início do século 21, começamos a ficar atrás também de diferentes nações latino-americanas cujos governos investem alto na modernização legal do setor. A Conferência de Comunicação e os seus desdobramentos podem dar os impulsos necessários para que o Brasil diminua um pouco a distância que o separa, pelo menos, dos vizinhos.

Se estamos atrasados, existe a vantagem de buscar nas experiências internacionais elementos que contribuam para a montagem do nosso sistema regulatório. Não cabe reinventar a roda. Exemplos bem sucedidos no exterior não faltam e o que for compatível com a nossa realidade e com as nossas necessidades dever ser bem-vindo, sem – é claro – descartar soluções originais.

Na Europa, há exemplos que já se tornaram clássicos. O caso britânico é paradigmático. Lá, desde 1922, a radiodifusão é considerada um serviço público e sob essa matriz ela enfrentou o surgimento da TV, na década de 1940 e a onda neoliberal das décadas de 1980/1990. Além de conseguir, já nos anos 2000, acomodar num mesmo órgão regulador a radiodifusão e as telecomunicações (aqui como se sabe o governo FHC fez exatamente o inverso ao separá-las para privatizar as teles sem mexer nos latifúndios ocupados pelo rádio e pela TV). Para saber como funciona essa relação entre o Estado, a sociedade e o serviços públicos de radiodifusão e telecomunicações no Reino Unido vale a pena dar um pulo no site do Ofcom, o órgão que regula o setor: www.ofcom.org.uk.

O Ofcom tem, por exemplo, a responsabilidade de dirigir os processos de outorgas de concessões de rádio e TV, utilizando como critério de escolha não apenas o lance financeiro dado pelo aluguel do canal, como também a proposta de programação a ser apresentada. Há casos em que a proposta financeira maior foi derrotada pelo projeto de programação, en-

tendido pelo Ofcom como mais necessário, naquele momento, para atender às demandas do público ***(1)***.

Na França, a radiodifusão opera sob controle de três atores centrais: o governo, o Parlamento e o Conselho Superior do Audiovisual (CSA). Cabe ao Conselho conceder as outorgas de concessão de canais, indicar os dirigentes das emissoras públicas e supervisionar as programações levadas ao ar. O CSA é formado por nove membros, indicados em igual numero pelos presidentes da República, do Senado e da Assembléia Nacional.

Na Alemanha, os órgãos reguladores cuidam separadamente dos setores público e privado. Constituem-se em assembléias, com um número grande de membros (538 para os veículos públicos e 447 para os privados), que estabelecem as linhas gerais da política para o setor e elegem os dirigentes executivos. As indicações são feitas pelo governo central, partidos políticos, governos locais, empresas, sindicatos, ONGs, igrejas e instituições de educação, ciência e cultura. Entre suas atribuições estão o controle para garantir a diversidade da mídia e evitar qualquer tipo de concentração, supervisionar os conteúdos da programação, emitir e revogar licenças de funcionamento das emissoras e o apoiar a produção audiovisual realizada por entidades sem fins lucrativos ***(2)***.

Na América Latina, em alguns países a chegada ao poder de governos comprometidos com o aprofundamento da democracia e com as causas populares tem levado a avanços consideráveis nas legislações referentes à comunicação. O caso mais recente é o da Argentina onde, em outubro, foi aprovada pelo Congresso a nova lei de meios de comunicação, com 166 artigos. Um dos pontos centrais é a quebra dos monopólios e oligopólios ao determinar, por exemplo, que "nenhum operador terá permissão para fornecer serviços a mais de 35 por cento da população do pais" e que uma empresa concessionária de um canal aberto de TV não poderá ter um canal a cabo na mesma localidade ***(3)***.

A lei Resorte (Lei de Responsabilidade Social do Rádio e da TV) da Venezuela é um pouco mais antiga, de 2004. Trata-se da mais avançada legislação em vigência no continente no que diz respeito à regulação de conteúdos. Sem proibir ou censurar nada, a lei estabelece criteriosamente uma série de gradações para formas de linguagem e cenas de sexo e violência que, dependendo do seu grau, devem ser transmitidas em horários diferenciados. Vale a pena conhecê-la ***(4)***.

O Equador integrou o direito à comunicação à sua nova Constituição, em 2008. Reviu a legalidade das concessões de rádio e TV em vigência e agora debate no Congresso uma lei específica para o setor. E o Uruguai segue o mesmo caminho. O projeto da nova lei de radiodifusão está no Legislativo com uma peculiaridade: a criação do ouvidor público, encarregado de mediar a relação entre a sociedade e os meios de comunicação.

No Brasil, o passo mais avançado é a convocação da Confecom. Dela e dos seus desdobramentos depende o ingresso do país no conjunto de nações onde a comunicação é um fator de aprofundamento da democracia e não, como ocorre aqui, um difícil obstáculo.

NOTAS:

(1) Foi o caso da outorga da concessão do terceiro canal de televisão aberta, mantido pela publicidade, realizada em 1995. O grupo vencedor apresentou uma proposta de aluguel pela concessão no valor de US$ 35,203 derrotando outra de US$ 58 milhões.

(2) Para mais dados sobre a regulação da radiodifusão nesses e em outros países da Europa consultar Television across Europe: regulation, policy and independence – Open Society Institute – Budapeste – 2005.

(3) Lei número 26.522 que regula os Serviços de Comunicação Audiovisual na República Argentina aprovada pelo Congresso daquele pais em 10 de outubro de 2009.

(4) Lei de Responsabilidade Social no Rádio e na TV aprovada pela Assembléia Nacional da República Bolivariana da Venezuela em 7 de dezembro de 2004.

Comunicação e ideologia no Brasil e no mundo

Por Altamiro Borges

MÍDIA NA BERLINDA NA AMÉRICA LATINA

TEXTO PUBLICADO NO LIVRO A DITADURA DA MÍDIA

"O terrorismo midiático é a primeira expressão e condição necessária do terrorismo militar e econômico que o Norte industrializado emprega para impor à humanidade a sua hegemonia imperial e o seu domínio neocolonial". Manifesto do 1º Encontro Latino-Americano contra o Terrorismo Midiático (março de 2008).

"As mobilizações populares e a ascensão de governos progressistas realçam a oportunidade de uma América Latina pós-neoliberal [...], que permita maior controle social sobre a mídia". Dênis de Moraes, autor do livro "As batalhas da mídia".

A América Latina vive um processo inédito e intenso de mudanças políticas, que já se refletem no terreno econômico e social e também nos rumos da integração regional. O continente que foi saqueado pelas nações colonialistas, como tão bem retratou o escritor Eduardo Galeano no livr o "As veias abertas da América Latina", que sofreu com sangrentas ditaduras militares e que foi o principal laboratório das destrutivas políticas neoliberais, atualmente se levanta e tateia caminhos alternativos, que garantam mais democracia, soberania nacional e justiça social. A perspectiva do "socialismo do século 21" volta a se colocar no horizonte na região da heróica revolução cubana.

Nesta América Latina rebelde, a mídia hegemônica está na berlinda. Ela é criticada por seu papel manipulador, pela postura de criminalização dos movimentos sociais e pela ação destabilizadora contra governos democraticamente eleitos. Em todos os países surgem entidades que priorizam a batalha pela democratização dos meios de comunicação. Governantes progressistas, oriundos das lutas contra a regressão neoliberal, também adotam medidas para se contrapor ao terrorismo midiático. Mais ousados ou mais moderados, conforme a correlação de forças d e cada país, eles tentam regulamentar o setor, incentivam redes públicas e polemizam com os barões da mídia.

APOIO AOS GOLPES E ÀS DITADURAS

A revolta contra a mídia hegemônica é plenamente justificada. Com raras e honrosas exceções, o seu passado a condena! Afinal, ela sempre expressou o que há de mais antidemocrático, antipovo e antinação no sofrido continente latinoamericano. Sempre serviu às elites rascistas e golpistas e reproduziu servilmente os interesses das potências imperialistas, em especial os dos EUA. Num passado mais remoto, a imprensa burguesa, que ainda não havia erguido seus impérios midáticos, satanizou o jovem movimento camponês e operário da região e fez de tudo para sabotar governos burgueses nacional-desenvolvimentistas, como o de Lázaro Cárdenas (México), Jacobo Arbens (Guatemala), Juan Perón (Argentina), Velasco Alvarado (Peru) e Getúlio Vargas (Brasil).

Já no passado mais recente, estimulad a pela propaganda estadunidense da "guerra fria", a mídia hegemônica clamou por golpes militares para evitar o "perigo comunista" e o risco de contágio da revolução cubana. Muitas das atuais corporações midiáticas prosperaram durante as violentas ditaduras e têm as mãos sujas de sangue. Um dos casos mais execráveis foi o do Chile. Agustín Edwards, dono do jornal El Mercurio, foi um dos principais mentores do golpe que derrubou o presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Relatórios desclassificados da CIA, a agência terrorista dos EUA, confirmam que o empresário recebeu US$ 1,5 milhão de subsídios para criar o clima favorável à conspiração militar comandada pelo general Augusto Pinochet ***(1)***.

Além da ajuda da CIA, o First National Bank anistiou as dívidas do caloteiro Agustín e inúmeras empresas envolvidas na preparação do golpe fizeram depósitos ilegais na sua conta na Suíça. "El Mercurio é importante. É um es pinho cravado nas costas de Allende. Ajuda a manter alta a moral das forças opositoras", explicou, às vésperas do golpe, Willian Jorden, assessor do secretário de Defesa Henry Kissinger. Um memorando da CIA de 1972 enalteceu o jornal, que "publica quase diariamente editoriais com críticas ao governo" e atua "como centro da agrupação da oposição". Outro relatório afirmou que "a assistência dada a El Mercurio tinha como objetivo que o jornal independente pudesse sobreviver como porta-voz da democracia e contra a Unidade Popular", a coalisão de esquerda que elegeu e dava sustentava o governo democrático de Salvador Allende.

A retribuição do sanguinário Pinochet foi generosa. Durante a ditadura, a corporação prosperou e hoje possuí quatro jornais nacionais, 21 diários regionais e a rede de rádios FM Digital. Um livro

recém-lançado, "El diario de Agustín", revela que o império cresceu acorber tando as violações de direitos h umanos durante os 17 anos do cruel regime militar – que resultaram, segundo dados oficiais, em mais de 3 mil chilenos mortos e cerca de 35 mil torturados. El Mercurio noticiava os assassinatos como se fossem suicídios ou "acidentes de trânsito", como na morte do diplomata chileno-espanhol Carmelo Soria, em julho de 1974. Quando não dava para ocultar, ele justificava os assassinatos como "conseqüência da guerra civil iniciada em 1973 pelos marxistas" ***(2)***.

A mesma postura golpista foi adotada por outros barões da mídia da América Latina ***(3)***. O grupo El Clarín, que hoje compõe o clube dos 50 maiores impérios midiáticos do planeta, articulou a conspiração militar na Argentina. "A economia se encontra numa etapa vizinha ao colapso total. A violência subversiva e sua ação criminosa exigem ordenar medidas adequadas para exterminá-las... Abre-se agora uma nova etapa com renascidas esperanças", afirmou o editorial do jonal El Clarín de 2 4 de março de 1976. A sua linha editorial "serviu para justificar os horrendos crimes da ditadura... Só quando os 'subversivos' foram virtualmente eliminados pelos militares e estes já não eram mais necessários, El Clarín se transformou num embandeirado da democracia" ***(4)***.

PORTA-VOZ DA DEVASTAÇÃO NEOLIBERAL

A exemplo da Argentina, quando as crises econômicas e políticas isolaram os regimes militares e a resistência popular avançou no continente, as maiores corporações da mídia se travestiram de democratas e passaram a pregar o receituário neoliberal. Elas substituíram a ditadura militar pela ditadura do mercado. Ajudaram a criar o consenso neoliberal em defesa do desmonte do Estado, da nação e do trabalho. Adoradores do "deus-mercado", as maiores redes de rádio e televisão e os jornais tradicionais pregaram a privatização criminosa das estatais, o corte dos gastos sociais, a flex iblização dos direitos trabalhistas e a total libertinagem financeira. Os jornalistas críticos do neoliberalismo foram afastados das redações, que foram ocupadas pelos agentes do rentismo ***(5)***.

Através de técnicas requintadas de publicidade, a mídia fabricou "candidatos" e ajudou a eleger e reeleger vários presidentes neoliberais, adpetos do "Consenso de Washington", como Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Alberto Fujimore (Peru) e Carlos Menem (Argentina), entre outros. Após a "década perdida", que fragilizou a economia nos anos 1980, veio a "década maldita" do neoliberalismo, com as suas taxas declinantes de crescimento e a explosão do desemprego e da informalidade. As nações foram escancaradas para os capitais estrangeiros, os Estados foram privatizados, a miséria explodiu e a vida foi mercantilizada. As "relações carnais com os EUA", pregadas por Menem, tornaram a região ainda mais servil aos desígnios do "império d o mal".

Mas o devastador ts unami neoliberal, que inicialmente seduziu parcelas das camadas médias e dos próprios trabalhadores, como aponta estudo do sociólogo Armando Boito Jr. ***(6)***, não durou muito tempo. Aos poucos, a luta contra os seus efeitos destrutivos e regressivos ganhou impulso, desafiando o "pensamento único" emburrecedor da mídia hegemônica. Através de várias formas de rebeldia, dos levantes populares que derrubaram 11 presidentes em curto espaço de tempo aos Fóruns Sociais Mundiais deflagrados no Brasil, a resistência cresceu e ganhou protagonismo. No geral, a crescente revolta contra o neoliberalismo desaguou na vitória das forças progressistas nas eleições presidenciais, que adquiriram centralidade na luta política no continente ***(7)***.

O ciclo inédito e impressionante de vitórias de candidatos progressistas na América Latina teve início com a eleição do militar rebelde Hugo Chávez, na Venezuela, em dezemb ro de 1998. Na seqüência, numa guinada à esquerda, chegam ao governo central um líder operário no Brasil, um peronista antineoliberal na Argentina, um ex-exilado político no Uruguai, um líder indígena na Bolívia, um economista heterodoxo no Equador, um ex-guerrilheiro na Nicarágua, uma mulher vítima da ditadura no Chile, um teólogo da libertação no Paraguai – no início de 2009, um jovem candidato da FMLN, a guerrilha que depôs suas armas, é eleito em El Salvador. De laboratório do neoliberalismo, a América Latina despontou como vanguarda mundial da luta por mudanças.

Com ritmos e visões diferenciadas, cada um destes novos governantes procura avançar nas novas "vias abertas na América Latina", visando superar a destruição neoliberal e construir nações mais democráticas, soberanas e justas. Eles também apostam na integração regional como contraponto à desintegração imposta pelos EUA. Com todas as suas contradições, este novo ciclo tem sentido

progressista ***(8)***. Para o sociólogo Emir Sader, "o continente onde o neoliberalismo nasceu – no Chile e na Bolívia –, ainda mais se estendeu e encontrou um território privilegiado, tornou-se, em pouco tempo, o espaço de maior resistência e construção de alternativas... São duas faces da mesma moeda: justamente por ter sido laboratório das experiências neoliberais, a América Latina viveu a ressaca dessas experiências, tornando-se o elo mais fraco da cadeia neoliberal" ***(9)***.

NOTAS:

(1) Mário Augusto Jakobskind. "Reações à democratização da informação". Observatório da Imprensa, 07/11/06.

(2) Daniela Estrada. "El Mercurio y la dictadura. Historia de una colusión". Rebelión, 26/05/09.

(3) A postura da mídia brasileira no golpe e na ditadura militar é descrita no Capítulo IV.

(4) Andrés Iari. "Chávez, Evo y Correa contra los medios de comunicación" . Rebelión, 12/05/09.

(5) Pascual Serrano . "Los medios e la crisis mundial". Exposição apresentada no Fórum Mundial de Mídia Livre em Belém do Pará, em janeiro de 2009.

(6) Armando Boito Jr. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. Editora Xamã, SP, 1999.

(7) Roberto Regalado. América Latina entre siglos. Dominación, crisis, lucha social e alternativas políticas de la izquierda. Editora Ocian Press, Cuba, 2006.

(8) Altamiro Borges. "As vias abertas da América Latina".

(9) Emir Sader. A nova toupeira. Os caminhos da esquerda latino-americana. Boitempo Editorial, SP, 2009.

POR QUE PRECISAMOS DE UM NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS COMUNICAÇÕES? *

* Versão da introdução da Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, elaborada por movimentos e entidades da sociedade civil a partir dos debates realizados no processo da I Conferência Nacional de Comunicação, e sistematizada em seminário do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Há pelo menos quatro razões que justificam um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil. Uma delas é a ausência de pluralidade e diversidade na mídia atual, que esvazia a dimensão pública dos meios de comunicação e exige medidas afirmativas para ser contraposta. Outra é que a legislação brasileira para o setor é arcaica e defasada, não está adequada aos padrões internacionais de liberdade de expressão e não contempla questões como as inovações tecnológicas e a convergência de mídias. Além disso, é uma legislação fragmentada, multifacetada, composta por leis que não dialogam ou guardam coerência entre si. Por fim, a Constituição de 1988 continua carecendo da regulamentação da maioria dos artigos dedicados à comunicação (220, 221 e 223), deixando temas importantes como a restrição aos monopólios e oligopólios e a regionalização da produção sem nenhuma referência legal.

Assim, na prática, impera no Brasil um cenário de ausência de regulação, que só dificulta o exercício de liberdade de expressão do conjunto da população e beneficia as poucas empresas que se favorecem da grave concentração no setor, afetando a democracia brasileira.

É preciso deixar claro que os principais países democráticos do mundo têm marcos regulatórios para a área das comunicações. Nesses lugares, a regulação não tem configurado censura. Ao contrário, tem significado a garantia de maior liberdade de expressão para amplos setores sociais.

É disso que o Brasil precisa. Um novo marco regulatório para as comunicações do país deve garantir o direito à comunicação de todos os cidadãos e cidadãs, de forma que as diferentes ideias, opiniões e pontos de vista, e os diferentes grupos sociais, culturais, étnico-raciais e políticos possam se manifestar em igualdade de condições no espaço público midiático.

Medidas de regulação democrática do sistema de comunicações, da propriedade dos meios e dos conteúdos veiculados devem, entre outros pontos:

- assegurar a pluralidade de ideias e opiniões nos meios de comunicação;
- promover e fomentar a cultura nacional em sua diversidade e pluralidade;
- garantir a estrita observação dos princípios constitucionais da igualdade; prevalência dos direitos humanos; livre manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação; inviolabilidade da intimidade, privacidade, honra e imagem das pessoas; e laicidade do Estado;
- promover a diversidade regional, étnico-racial, de gênero, classe social, etária e de orientação sexual nos meios de comunicação;
- garantir a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação;
- proteger as crianças e adolescentes de toda forma de exploração, discriminação, negligência e violência e da sexualização precoce;
- garantir a universalização dos serviços essenciais de comunicação;
- promover a transparência e o amplo acesso às informações públicas;
- proteger a privacidade das comunicações nos serviços de telecomunicações e na internet;
- garantir a acessibilidade plena aos meios de comunicação, com especial atenção às pessoas com deficiência;
- promover a participação popular na tomada de decisões sobre o sistema de comunicações brasileiro.

Por fim, um novo marco regulatório deve promover a adequação da legislação em vigor ao cenário de digitalização e convergência midiática. E responder a diretrizes que garantam um caráter efetivamente democrático para as comunicações brasileiras.

Por Danielle Brasiliense

AS TRAGÉDIAS DO BULLYING E O ESTADO DE CÓLERA MÍDIATICO *

* Trabalho apresentado no GP Culturas Urbanas, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

INTRODUÇÃO

Em abril de 2011 tivemos um acontecimento de retaliação causado por bullying, na cidade do Rio de Janeiro, a chacina de Realengo. Wellington dos Santos entrou armado em sua ex-escola e atirou em dezenas de alunos, funcionários e professores. O rapaz gravou alguns vídeos justificando sua ação. Disse ter sido vitima de agressões e escárnio por ser tímido, calado e diferente dos outros. Wellington conta que foi tratado de maneira inferior, o que o colocou em um jogo entre a honra e a vergonha ao ter sua auto-estima rebaixada. Assim, ele desejou o reconhecimento da sua dignidade através da vingança.

Esse episódio em Realengo aumentou a consideração do brasileiro a respeito de um polêmico conceito social denominado bullying, que já vem há alguns anos sendo tratado como um preocupante problema do nosso tempo. O bullying é um ato que pode provocar cólera e desejo de vingança pós humilhação. Na maioria das vezes é praticado por crianças e jovens - adolescentes em ambientes escolares. Se uma pessoa é ridicularizada, ameaçada ou agredida fisicamente, ele é uma vítima de bullying.

Nossa moderna sociedade denomina por bullying algumas das velhas condições de luta por significação humana, ou briga por um espaço hegemônico separatista e higienista em favor da clássica ordem social. O que não é novidade na nossa história, assim também como os crimes de vingança não são. Embora pareça ultrapassada, a luta pela honra e a busca da vingança para a elevação da auto-estima ainda está em vigor nos dias atuais. A antiga lei de Talião, *"olho por olho e dente por dente"* ainda rege a sociedade que chamamos de moderna. Matar para saldar dívidas é algo que faz parte dos moldes que enquadram a cultura contemporânea.

Nesse artigo será tratada a relação entre o thymós[1] colérico provocado pela humilhação e as estruturas narrativas midiáticas sobre esses crimes cometidos por vingança apos sofrimento de bullying. Como a mídia tem espetacularizado essa temática? O que levou a fama desta nova-velha categoria de agressões e escárnios entre crianças nas escolas? Os episódios violentos narrados pelos meios de comunicação que envolvem crianças e jovens trás para a sociedade o velho medo em não saber lidar com a violência, especialmente, aquela contra o que se considera anormal. Teme-se que um mal causado por agressões do bullying inunde o espaço da ordem social, crie futuros adultos agressivos, monstros e assassinos.

O Jornal Hoje, televisionado pela Rede Globo, fez uma reportagem que demonstra esse pavor atual pelo bullying. A mãe de um garoto de nove anos foi entrevistada e disse que seu filho havia sido agredido por cinco colegas na escola pelo fato de ser gago. O garoto teve que passar por vários exames que ao final, diagnosticaram uma lesão no pescoço devido as pancadas que sofreu. O jornal chama atenção das escolas, professores e governantes responsáveis para que tomem providências contra o inimigo bullying.[2] A mídia criou diversas campanhas sobre esta temática, como também a do apresentador da Rede Globo, Serginho Groisman, que ficou meses fazendo discursos ao vivo na TV para alertar os pais e os jovens sobre a problemática do bullying.[3] Diante dos crimes de vingança pós bullying, como a chacina de Realengo, o medo dessa pratica de violência entre os mais jovens só tende a aumentar e com eles os discursos mídiaticos a respeito também se fortalecem, como veremos mais adiante.

Não é de hoje que as instituições sociais autorizadas a proclamar o bem estar e os procedimentos de justiça social se mobilizam para que as vitimas de algum tipo de violência possam ter seu lugar de exposição pública para que todos reconheçam o seu sofrimento. O que mudou no passar dos séculos não foi apenas o lugar de exaltação ou humilhação desses sujeitos, mas também o sentido romântico que foi dado a vingança.

Peter Sloterdikk, em seu livro Cólera e Tempo (2010 p.64 - 66) fala sobre a passagem da obrigação da vingança nas tragédias gregas para a ideia de intervenção da justiça. Isso se dá na mudança das chamadas Erínias que começam a aparecer com o eufemismo de Euménides. Se trata das deusas personificadas pela vingança: Tisífone, a deusa do castigo, Megera, a deusa do rancor e Alecto, a deusa da cólera interminável. Elas castigavam os crimes e torturavam as almas pecadoras julgadas por Ha-

[1] Trata-se do sentimento. É o terceiro estágio da alma humana, segundo Pitágoras, onde está localizado o coração, o centro afetivo da impulsividade. Thymos é a sede e a coragem da paixão irracional.

[2] reportagem do Jornal Hoje: http://www.youtube.com/watch?v=VGZzoprYah8&feature=related

[3] http://www.youtube.com/watch?v=wRSIhtkwMI0

des e Perséfone. Até que temem que a sua cólera se volte para si e mudam seu status para Euménides, as benevolentes da justiça, o que seria uma forma de romantizar a vingança. É como se o romantismo pudesse amenizar os desejos mais duros.

Peter usa esse exemplo para demonstrar uma possível reinterpretação dos sonhos vingativos da humanidade. Após a ascensão da burguesia no século XVIII a relação dos sujeitos com a ideia de vingança aumenta severamente na sua forma mais romantizada, menos pesada e sanguinária. E a partir desse período que vão surgir os grandes vingadores modernos da literatura e depois do cinema como, O Conde de Monte Cristo, Ben-Hur, Charles Bronson, Rambo ou Kill Bill, por exemplo, cada um no seu tempo.

Essa mudança importante no status da cólera traz para o criminoso o orgulho de se vingar, ao se transformar em justiceiro, o que ameniza o mal -estar da retaliação pelo rancor, de não dar a outra face quando se apanha, se humilhando em favor da não retaliação. Criam-se assim, os heróis populares que se identificam com o publico que tem sede de vingança. Com toda exposição espetacular sobre criminosos e vítimas, a midia se transforma em um benevolente da justiça. Mas por outro lado, esse ideal também vale para o assassino, especialmente, se tratando de uma antiga vitima de bullying, como Wellington dos Santos, que busca limpar sua honra outrora roubada. Não é espantoso que um dos motivos ditos pelo rapaz por ter virado um assassino foi deixar marcado para outras vitimas de bullying como ele, a esperança em se fazer justiça. Em um dos vídeos gravados por Wellington encontramos essa fala: *"Igualmente a você eu fui fraco, fui medroso, mas me tornei um combatente, uma pessoa forte, corajosa que tem por objetivo a defesa dos irmãos mais fracos que ainda se encontram na condição de incapaz de se defender (...) Eu espero que nenhum irmão mais possa morrer para que os irmãos mais fracos fiquem em paz."*[4]

De um lado a mídia romantiza as vitimas, apresenta as famílias e seus mortos, reforça a tragédia como efeito da monstruosidade alheia e desconhecida. Do outro lado, aquele indivíduo julgado como monstro levanta sua bandeira de justiça e derrama o sangue de inocentes como exemplo de um sacrifício pela vida de outros sofredores. A questão principal deste artigo é: como são apresentados nos meios de comunicação esses sujeitos criminosos benevolentes da justiça, que cometem crimes em favor de uma vingança? De que forma a mídia, especialmente os jornais e revistas, produzem suas narrativas, já que são também proclamadores da justiça? Considero importante perceber as falas dos benevolentes midiáticos da justiça tanto em relação ao criminoso, quanto no que diz respeito ao seu próprio ideal de justiça. Como a mídia expõe a sua cólera em relação ao criminoso e ao ato trágico cometido por ele? De que forma são narradas as representações do bullying nesses casos. Como o público responde as falas de Wellington nos vídeos gravados antes do crime?

Texto completo disponível em http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2759-1.pdf

[4] *http://www.youtube.com/watch?v=r3fMOD-COKU&feature=related*

Por Cecília Maria Bouças Coimbra [1]

MÍDIA, MEDO E CONTROLE SOCIAL

* Psicóloga; Professora Adjunta da UFF; Doutora em Psicologia e Pós-Doutora em Ciência Política pela USP; Fundadora e atual Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

A pretensão aqui não é, em absoluto, fazer uma análise dos dispositivos mediáticos presentes hoje em nosso mundo globalizado. Pensamos, simplesmente, apontar de forma bem geral algumas de suas produções, alguns de seus efeitos para que possamos entender um pouco como algumas percepções dominantes hoje estão sendo forjadas/disseminadas em nosso cotidiano e assimiladas de modo naturalizado por cada um de nós.

Partimos do pressuposto de que a mídia é atualmente um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e que os meios de comunicação, portanto, falam pelos e para os indivíduos. Esse equipamento não nos indica somente o que pensar, o que sentir, como agir, mas principalmente nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir.

Além de produzir massivas subjetividades (modos de estar no mundo), de pertencer a poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos. Pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas produz as "identidades", as simpatias, os prós e os contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público e, dentre estes, os que deverão necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados.

Assim, a lógica mediática é a da homogeneização, do espetáculo, obedecendo ao valor da excepcionalidade, do ser extraordinário, da dramaticidade, da encenação voltada também para a produção de emoções. A competência exigida por esta lógica é a teatral: a capacidade de forjar encenações, espetáculos, "*mise en scènes*".

Esta homogeneização presente no funcionamento da lógica mediática faz com que a linguagem usada seja a "factográfica", por meio da qual se trabalha com dicotomias, com binarismos, unicamente com dois valores: o bem e o mal. Quando isto predomina, impede-se o "discurso matizado e argumentativo". Ou seja, empobrecem-se os acontecimentos: a multiplicidade, as diferenças estão ausentes, impondo-se/produzindo-se formas de pensar, sentir e perceber maniqueístas, dicotômicas.

Os fatos, apesar de apresentados de forma fragmentária, sem a menor unidade, paradoxalmente tentam produzir uma certa racionalidade, uma certa lógica, uma certa continuidade e linearidade.

Assim, pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades, pelo recalcamento e negação de certos acontecimentos, pela sugestão e, portanto, pela criação de um real, de realidades – que passam a ser as que existem objetivamente –, os meios de comunicação de massa simulam padrões consensuais de conduta, produzem poderosos e eficientes processos de subjetivação; forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões.

PRODUZINDO REAL E VERDADES

Partimos do pressuposto de que o mundo, os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam e, portanto, a realidade são produções histórico-sociais, não tendo uma existência em si, uma essência ou natureza. Eles são, pois, forjados historicamente por práticas que os objetivam e que são muito bem datadas. A realidade – enquanto produção histórica, não existindo em si e por si – está sempre sendo construída pelas práticas sociais, como um trabalho jamais acabado.

Ou seja, as diferentes práticas vão engendrando no mundo objetos, sujeitos, saberes e verdades sempre diversos, sempre diferentes. Como as práticas são múltiplas, elas geram múltiplos objetos, múltiplos "rostos" e "fisionomias" ao longo da história: múltiplas objetivações. Nessa perspectiva, por conseguinte, não há evolução de um mesmo objeto que brotasse sempre de um mesmo lugar, que possuísse uma origem primeira e que pudesse ser conhecido totalmente em sua existência.

Assim, Michel Foucault e outros pensadores remetem-nos para a produção do real pela via da história, para as práticas sociais como determinantes dos sujeitos, objetos, saberes e verdades que não são, portanto, naturais e coisas já dadas. Assim, como muitos outros equipamentos sociais, os meios de comunicação de massa também são responsáveis pela construção de objetos, sujeitos, saberes, verdades e do próprio real.

Ao *mass media* não apenas produzem o real, mas nos indicam com que prioridade ou urgência devemos considerar esse real: quais fatos devemos ignorar, a que outros devemos estar atentos, sobre o que é necessário ter opinião e discutir; quais, em suma, são os assuntos importantes para as nossas vidas.

Produzindo real constroem-se verdades que também têm a participação direta dos chamados

especialistas. Estes, em qualquer setor do qual se ocupem, estão com suas práticas produzindo regimes de verdade considerados "científicos" e, portanto, neutros, universais e ahistóricos.

As verdades, portanto, são massivamente produzidas em nosso cotidiano por uma série de equipamentos sociais e hoje, ocupando lugar privilegiado, estão os *mass media*. Estes podem criar novas verdades, ignorar e mesmo negar algumas que já estão ai, adaptá-las, modifica-las e, mesmo, virá-las pelo avesso.

PRODUZINDO BANDIDOS, VILÕES

Da mesma forma que se construíram perigosos "inimigos da Pátria" nos anos 60 e 70, em nosso país durante o período da ditadura civil-militar – e em muitos momentos da história da humanidades, foram sendo concebidos por diferentes equipamentos sociais os perniciosos, os indesejáveis–, também hoje, principalmente via meios de comunicação de massa, estão sendo produzidos "novos inimigos internos do regime": os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os "mantenedores da ordem" consideram suspeitos perigosos, e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses "enfermos" – vistos como nocivos e ameaçadores – são produzidas "identidades" cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescentes já na chamada marginalidade ou que poderão – porque pobres – ser atraídos para tal condição que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os "olhos, ouvidos e narizes" dos segmentos mais abastados.

As formas como a mídia produz real, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam os temas sobre a violência quando estão sendo marcados e identificados, por esses mesmos meios de comunicação, os "suspeitos", os "enfermos", os "discrimináveis", os "perigosos", os "infames". Aqueles que são considerados suspeitos, quando não estão tomando conta dos nossos filhos, limpando nossas casas, entrando pelo elevador de serviço.

Produz-se um raciocínio linear, de causa e efeito, de onde se encontra a pobreza está a marginalidade, a criminalidade. Assim, os *mass media* têm exercido papel importante como produtores da imagem do crime, do criminosos e dos locais perigosos.

Clarice Lispector nos aponta como funcionam na contemporaneidade o que chamamos processos de subjetivação: recrutam-nos sem que nos demos conta disso. Marchamos como bons "soldados-cidadãos". Diz ela:

> *"Os passos estão se tornando mais nítidos. Um pouco mais próximos. Agora soam quase perto. Ainda mais. Agora mais perto do que poderiam estar de mim. No entanto, continuam a se aproximar. Agora não estão mais perto estão em mim. Vão me ultrapassar e prosseguir? É a minha esperança. Não sei mais em que sentido percebo distâncias. É que os passos agora não estão apenas próximos e pesados. Já não estão apenas em mim. Eu marcho com eles". (Lispector, O Recrutamento, 1999:84).*

Tais processos tornam possíveis, necessários, naturais e palatáveis de forma incessante, microscópica e invibilizada certos modos de vida, certos modos de existência que, ao mesmo tempo, são aprisionantes e aprisionadores.

Vamos aqui pensar a mídia como um dispositivo de produção de subjetividades amendrontadas, aterrorizadas que, como forma de reagir a este estado de insegurança e terror apoia medidas punitivas que judicializam a vida. Dentre as mais diversas modalidades de existência, vamos destacar a que chamamos de subjetividade moralista-policialesca-punitiva-paranóica que embasa/fomenta/fortalece a gestão e a tutela sobre as vidas. Tal processo de subjetivação traz como um de seus efeitos, o modo de ser indivíduo, quando só nos sentimos seguros em nossas bolhas, em nossos guetos, em nossos lares e territórios conhecidos com nossa família e amigos.

Nietzsche já dizia que é preciso resguardar-se da palavra lei, pois ela tem um ranço moral (Deleuze, 1997). Produzindo a necessidade das leis, a moral em nosso mundo expande-se sobre o disfarce da ética. Fala-se de ética, mas aplica-se a moral: julga-se, prescreve-se, tutela-se, pune-se. Festivais de CPIs abundam, *mis-en-scènes* midiáticas apontam para as ações espetaculares da Polícia Federal como atos competentes na luta contra a corrupção e a impunidade. Atores sedentos de justiça obedecem à "doutrina do julgamento"[1] onde o Mal deve ser extirpado para que, afinal, o Bem possa triunfar. Nesta "pretensão de julgar a vida em nome de valores superiores" (De-

[1] Segundo Deleuze trata-se de um tema constante em Nietzsche, quando afirma: *"a doutrina do juízo derrubou e substituiu o sistema de afetos"*. (Deleuze, 1997:146).

leuze, 1997:146) exige-se condenação e demanda-se punição e prisão. Tais subjetividades capitalísticas encharcadas de moral aderem à lógica de um pensamento que se crê absoluto, universal e homogêneo: uma lógica jurídico-penal-moral-individual. Produz-se a patologização e demonização de certas pessoas, caindo-se na redução medicalizante em sua vertente psicológico-existencial: o biopoder (o poder sobre a vida) e seus tentáculos medicalizantes e judicializantes. Tal modo de subjetivação opera com soluções extremadas fortalecendo o paradigma médico-cientificista-penal onde outras faces do higienismo do início do século XX se presentificam: a limpeza dos que se tornam indesejáveis.Também outras facetas da eugenia, aliadas à Teoria da Degenerescência de Morel, se atualizam: não mais como raça, mas como controle e, mesmo, como diferentes modos de exterminar os indesejáveis, aqueles que não são considerados úteis ao mercado ou ao sistema.

Para muitos "faltam ao país homens públicos que dêm exemplo de ética e de honestidade" (O Globo, 2007:9). Prolifera-se a crença de que a fórmula contra a corrupção é a moralização da política e dos políticos e sua exemplar punição.

> *"As palavras de ordem 'lutar contra a impunidade' e 'criminalização já' tornam-se cada vez mais fortes e recebem adesões de grande parte da sociedade e da maioria dos movimentos sociais. A sociedade em geral prega o endurecimento de penas, de leis mais severas, como a baixa da idade penal, a prisão perpétua e a pena de morte". (Monteiro, A. & Coimbra, C.;2008:69)*

Os movimentos sociais acreditam e apregoam como missionários que a impunidade é a principal causa da violência ontem e hoje e pedem mais leis, aplaudindo a rigidez e a dureza da Lei Maria da Penha[2], por exemplo, e solicitando que uma lei federal defina "o funk como movimento cultural e musical de caráter popular"[3]. É como nos lembra Passetti (2008:7): "não há mais lugar para o intelectual-profeta e seus asseclas, que dizem como deve ser e fazer para comandar com rigor a fé do movimento".

Em um artigo, Helena Singer (2008) vai nos apontar que:

> *"(...) a luta pela igualdade racial tem se centralizado em torno da penalização da discriminação; a luta pela igualdade sexual busca, além dessa mesma penalização, também a criminalização de um conjunto de práticas, agora denominadas 'assédio sexual'; para acabar com a violência policial, a palavra de ordem é "fim da impunidade" (...). O novo Código de Trânsito trás, como um verdadeiro júbilo para os que lutam contra a impunidade dos mais ricos, a intensificação das penas dos que dirigem perigosamente; na mesma direção exulta-se com a prisão de corruptos, mesmo que eles não devolvam um real do patrimônio público lesado (...). Luta-se pela penalização dos que poluem o ar, a terra e o mar (...). O auge deste movimento acontece contra os pais que não colocam seus filhos na escola: podem ir para a cadeia (...) por 'abandono intelectual' de suas crianças, esta é a proposta penal de educação para a cidadania. [Ou seja, todas essas leis e suas 'utilidades'], tornaram-se o centro do debate em torno dos direitos humanos".*

Por exemplo, no caso Daniel Dantas e Nagi Nahas, em agosto de 2008, vários movimentos sociais foram às ruas chamados por sindicalistas da CUT de Brasília que, em manifestações em frente ao Superior Tribunal Federal, pediam em seus cartazes: "Algemas para os bandidos ricos"(jornal Inverta, 2008:2). Singer (2008) neste seu texto, em certo momento, pergunta: "Ora, se a prisão é tão nociva, por que se empenhar tanto em colocar racistas, sexistas, torturadores, linchadores, corruptos, poluidores, motoristas e pais negligentes na prisão? Não seria mais coerente centrar os esforços para construir outras formas de os 'agressores' restituírem as suas 'vítimas' e a sociedade os danos que causaram?". Este é o grande desafio colocado hoje para muitos movimentos sociais que "lutam contra a impunidade".

Ou seja, nesta subjetividade moralista-policialesca-punitiva-paranóica, além da moralização que se apresenta através do julgamento, das prescrições, do clamor por mais leis, temos também a produção do policial em nós. As instituições e seus dispositivos de controle social funcionam tão bem que todos tornamo-nos vigias e polícias de todos e de tudo. Junto a essa fúria policialesco-punitiva, há uma competente produção de medo: todos desconfiam de todos, todos temem todos, todos querem se

[2] Sobre o tema ver Batista, N. "Só Carolina não Viu" (2008:12). No o texto de Nilcéia Freire "Lei Maria da Penha já", publicado na Folha de São Paulo (2008, p.A3), afirma a ex-Ministra Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e ex-reitora da UERJ que: "A enorme acolhida que a Lei Maria da Penha amealhou em tão pouco tempo agora é traduzida em números: 83% de aprovação".

[3] Manifesto do "Movimento Funk é Cultura".

proteger de algo, todos querem segurança.

Zeca Baleiro em uma de suas músicas nos diz que: "O medo é a moda desta triste temporada. A cor dessa estação é cinza como o céu de estanho". Desta forma, tornamo-nos cada vez mais defensivos e desconfiados; cada vez mais isolados. A proteção, a segurança é o gueto, a bolha, o sagrado lar onde nos sentimos bem. A questão das ruas, que vem desde o início do século XX, é hoje mais do que nunca uma realidade. Nela estão os perigos, a barbárie, a doença, o crime. Nela estão as manifestações, os provocadores, os vândalos...

Tais funcionamentos microscópicos e, muitas vezes, invisibilizados nos fazem ficar presos não só por muros, celas ou grades, mas fundamentalmente, presos por um único olhar, por um único pensamento; presos pela verdade cientificamente comprovada; presos pela fome, pela desqualificação, pelos preconceitos; presos pela ilusão de perfeição, presos pelas funções modelares de pais e mães, presos por um único modo de viver cujos valores são indicados pelo "modo Busch" e o "modo Barbie" de ser. Presos pelas metas a serem alcançadas, presos pela promessa de sucesso e salvação, presos pela vontade de poder e de prestígio, presos pelas regras que asseguram o sucesso final. Encarcerados, portanto, por esses sutis, sedutores e velozes processos de subjetivação que nos individualizam e moralizam cada vez mais.

APESAR DE TUDO, AINDA AS LUTAS...

> *"Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições (...) [Portanto] não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas". (Deleuze, 1992:213).*

Este buscar novas armas é resistir. Resistência aqui entendida não como uma pura reação aos poderes vigentes, às normas impostas, mas, justamente, como uma outra forma de existir. Resistência enquanto afirmação de processos inéditos de vida. O próprio Foucault (1982:6) a isso se referia ao dizer em uma entrevista que: *"se não há resistência, não há relações de poder (...). A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder".*

Assim, diferentemente do que nos tem sido ensinado – que a resistência seria efeito do poder – entendemos, como esses autores da Filosofia da Diferença, que o poder funciona, justamente, para responder aos movimentos de resistência. O poder cria normas, medidas, identidades que tentam fragilizar, manietar e, mesmo, capturar o que pode se tornar perigoso: a afirmação de *"novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação"* (Foucault, 1982:1).

Dentro das subjetividades capitalísticas, as normas, as medidas, as identidades passam a ser condição de pertencimento à esta sociedade. A sua aceitação, a submissão a elas é a garantia de se ter "um lugar ao sol", é o preço que se paga para que se possa ser considerado e reconhecido como um cidadão integrado, um cidadão produtivo.

Portanto, resistir não é simplesmente se opor. É algo muito mais difícil e complexo: é criar, é produzir rupturas, é afirmar outras lógicas, outras realidades. Diferentemente, os modos de subjetivação hegemônicos, buscam a organização, a ordenação, a hierarquização, a homogeneização das diferenças e das multiplicidades. Entretanto, não podemos esquecer - como nos têm demonstrado alguns desses pensadores - que as mais diferentes e diversas forças – tanto ativas quanto reativas – nos atravessam e nos constituem. Apesar dessas forças de afirmação e negação nos atravessarem continuamente, é importante que possamos combater as que simplesmente reagem, as que nos separam daquilo que podemos, as que reduzem nossas vidas a processos puramente reativos, vingativos e ressentidos.

Na contemporaneidade, neste mundo neo-liberal de controle globalizado, temos a hegemonia de valores que nos são apontados como verdadeiros e universais, de subjetividades produzidas dentro das medidas e normas constituídas que cerceiam a criação, a abertura a novos horizontes. Aceita-se – e isto hoje, em especial no Brasil, é repetido à exaustão – aquilo que nos é colocado como sendo o possível, aquilo que podemos fazer dentro das 'possibilidades" e "oportunidades" que nos são oferecidas pelos poderes.

Resistir, diferentemente, não é permanecer nas possibilidades dadas, não é render-se a um estado de coisas já estabelecido. É criar possibilidades inéditas, ações fora das medidas; é inventar valores novos, diferentes dos constituídos; é ir além desses valores dados. É, portanto, a afirmação vigorosa do novo, da imanência da criação. Não a aposta em um outro mundo futuro, em uma possível transcendência, mas sua afirmação no aqui e agora, na criação/experimentação de caminhos que se fazem no

próprio ato de caminhar. As manifestações de ruas, desde maio de 2013, nos têm apontado isto.

Essas afirmações, também conhecidas como processos de singularização, essas pequenas e, muitas vezes, invisíveis revoluções moleculares (Guattari, 1986) são extremamente perigosas para os poderes constituídos, para as subjetividades hegemônicas onde a transcendência, o essencialismo, o moralismo e o modo-de-ser indivíduo são reificados e naturalizados.

Entretanto, essas resistências, esses movimentos – nestes tempos de controle e biopoder, em especial do poder sobre a vida, no sentido de intensificá-la e otimizá-la – facilmente vão sendo capturados. Passetti (1999) vai afirmar que nesta sociedade cujos bens maiores são "a igualdade política e a liberdade individual", onde se impõe a "era dos plenos direitos" e da "participação", facilmente as resistências têm sido cooptadas e, mesmo, capturadas.

Há desafios urgentes que se nos colocam. Há que inventar, criar e, a todo momento, tentar fortalecer as derivas, as fugas, pois nesta sociedade punitiva onde o "fazer viver e deixar morrer" se impõe, resistir é andar em um fio de navalha. As manifestações e a greve dos trabalhadores da educação no Rio de Janeiro, em setembro/outubro de 2013, nos têm mostrado isto. Assim como nos lembra Pelbart (2003) se ao poder sobre a vida corresponde a potência da vida, ficam algumas questões:

> *"O que significa vida hoje? O que significa poder sobre a vida? Como entender potência da vida, nesse contexto? O que significa que a vida tornou-se um capital? O que uma tal situação acarreta, do ponto de vista político? De que dispositivos concretos, minúsculos e maiúsculos, dispomos hoje para transformar o poder sobre a vida em potência da vida, sobretudo num contexto militarizado?*
>
> *(...) Como tais perguntas redesenham a idéia de resistência hoje, nos vários domínios?* (p.14. grifos do autor).

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____ *Homo Sacer: o poder sobrerano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BATISTA, N. *"Só Carolina não Viu"*. In Jornal do CRP/RJ, ano 5, nº 17, março/2008, p.12.

Batista, V.M. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Ed. Oficina do Autor, 1995.

DELEUZE, G. *A Lógica dos Sentidos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

_____ *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Espinoza, Filosofia e Prática*. São Paulo. Ed. Escuta, 2002.

FOUCAULT, M. *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política de identidade*, 1982. In www.unb.br/ge/tef. Acesso em 14/02/2007.

_____ *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *História da Sexualidade 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro. Ed. Nau, 2001

GUATTARI, F. & Rolnik, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GRUPO Krisis. *Manifesto Contra o Trabalho*. São Paulo: Editora Conrad, 2003 (Coleção Baderna).

LINSPECTOR, C. *"O Recrutamento"*. In Pra Não Esquecer: crônicas. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1999, p.84.

MARCELINO, A. *Gestão Policial da Vida: considerações de como governamos e somos governados.* Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 2008.

MONTEIRO de Abreu, A.M. do R.; Coimbra, C. e Mendonça Filho, M. *Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público?* In Revista Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, Vol. 18, nº 2, 2006, p.67-12.

MONTEIRO DE ABREU, A. *Clínica, biopoder e a experiência do pânico no contemporâneo*. Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 2002.

PASSETTI, E. *Sociedade de Controle e Abolição da Pena*. In Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Vol. 13, nº 3, 1999, p.56-66.

_____. In Jornal do CRP/RJ, ano 5, nº 18, agosto 2008, p.7.

PELBART, P.P. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

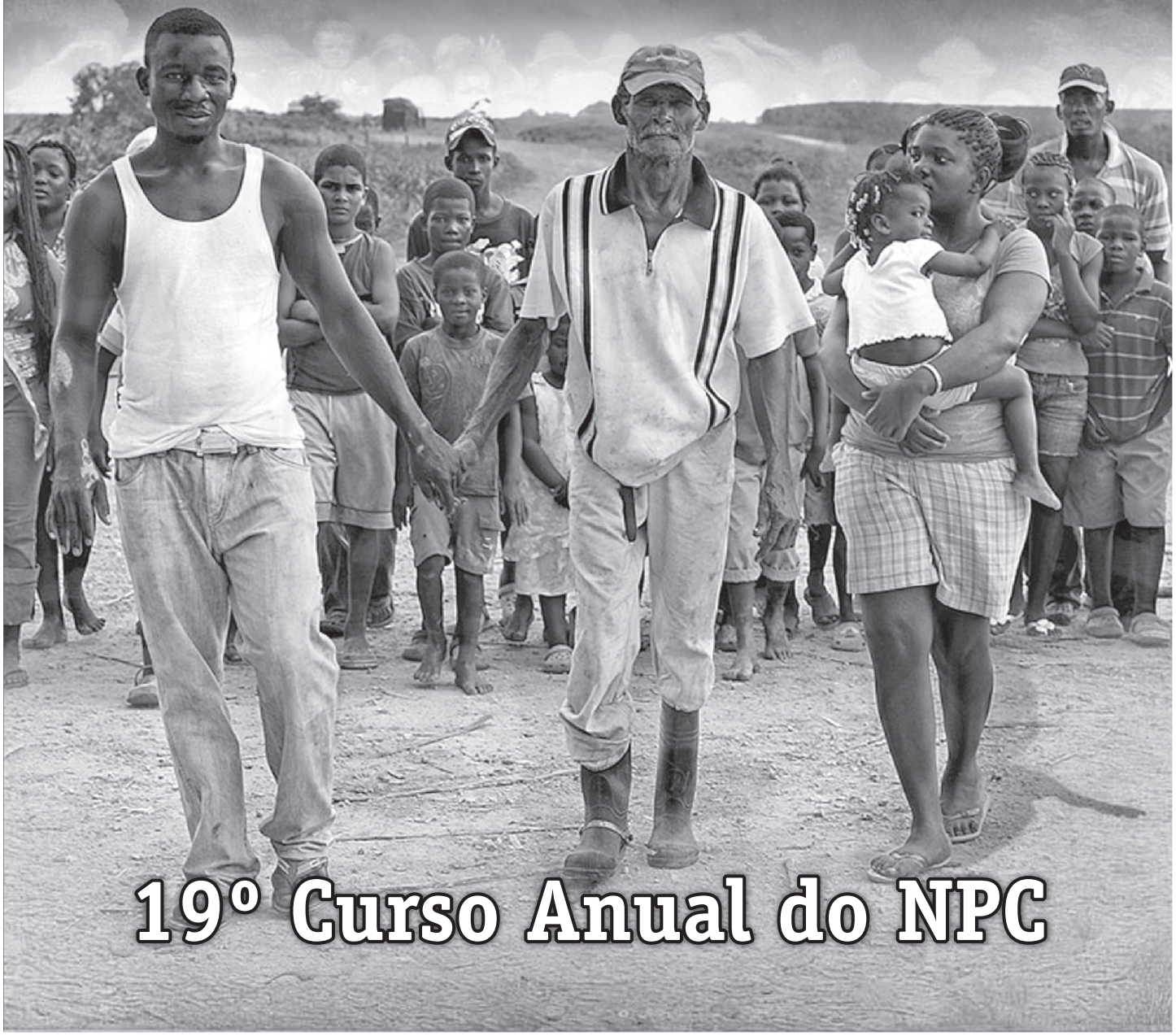
_____ *Vida Nua, Vida Besta, Uma Vida.* Palestra realizada em Lisboa, em julho de 2006.

SINGER, H. "*Direitos Humanos e Volúpia Punitiva*" in Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP (http://www.direitoshumanos.usp.br/conter/biblio/tx/helena.htamil). Acessado em 13/09/2008.

DIA 22

Mídia e poder

no Brasil e no mundo hoje



19º Curso Anual do NPC

Jornalismo, internet, cultura e mobilizações sociais

Por Bruno Lima Rocha

A MATRIZ LIBERTÁRIA NO BRASIL E A NOVA ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA ESQUERDA RESTANTE

O BRASIL DOS PROTESTOS

Porto Alegre, Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro, dentre outras cidades importantes, são capitais com algo em comum no quesito protestos sociais. Estes centros metropolitanos ainda estão passando por um momento contraditório. Por um lado, a ufania em torno da realização da Copa do Mundo abre precedentes para discursos modernizadores, e por tabela, para ascensão de discursos de valorização urbana, encarecendo o direito a cidade. Por outro, os protestos recentes contra o aumento das passagens de ônibus revela uma camada da população ciente destes direitos e querendo subordinar os contratos com empresas concessionárias junto ao poder concedente. Considerando que tal escalada de mobilizações não era prevista às vésperas da Copa das Confederações, os gestores destes municípios – e os respectivos governos estaduais – acabaram endurecendo o braço repressivo.

A última década (a partir dos anos 2000) foi de profunda transformação na sociedade brasileira. Vive-se melhor, temos consumo acessível - quase suntuoso – oferta de massa de crédito e visíveis avanços materiais nas condições de vida. A versão nada agradável deste avanço é o co-governo entre quase todas as forças políticas, saindo vitorioso ideologicamente o Consenso de Brasília, como é referida na literatura de política e relações internacionais, a soma de ortodoxia macro-econômica com um peso a mais na geração de emprego direto e fortalecimento de mercado interno. Tal Consenso gera acomodação das forças sociais e pouco ou nenhum espaço para a política institucional mais à esquerda. Em períodos de refluxo, resta a internet. Protesta-se muito através das redes sociais no Brasil e esta opinião não encontra eco nos poderes de fato. A conseqüência é a canalização destas demandas legítimas, colocando contra a parede o Brasil moderno e inclusivo que se quer vender lá fora.

Nada é mais universal do que o transporte coletivo em metrópoles totalmente congestionadas pela expansão do automóvel individual. Ao contestar as margens de lucro das concessionárias de ônibus, os manifestantes afirmam que o direito à mobilidade deve subordinar os interesses empresariais do setor. Como quase sempre, qualquer Poder Executivo tende para o lado dos empresários, alegando risco sistêmico ou quebra do setor da economia. Daí o apelo para a repressão desenfreada é sempre uma opção. O nível de violência é o reflexo desta escolha dos executivos municipais. Considerando que o controle urbano aumenta em períodos de grandes eventos esportivos, conclui-se que mais episódios como os que estamos experimentando agora – quase estado de exceção - tendem a se repetir.

OS PROTESTOS NO BRASIL E A REPRESENTAÇÃO COLETIVA

Quando os protestos pelo direito à mobilidade urbana se nacionalizaram após a vitória parcial em Porto Alegre, em maio de 2013, afirmei que tais lutas ultrapassavam o Consenso de Brasília e que materializavam anos de trabalho acumulado por agrupações políticas mais à esquerda, catapultadas pelas redes sociais. A partir das relações ponto-ponto e no aumento da fração de jovens que utilizam a internet para além da vida privada ou questões distantes dos temas coletivos, vem aumentando. 10% ou 20% de 70 milhões de usuários das redes sociais representam um volume tão considerável quanto qualquer movimento de massas em período de ascensão.

No segundo semestre de 2013, tivemos a qualificação da mesma luta, passando do tema sem sujeito social determinado - o direito à mobilidade urbana – para uma relação orgânica entre o direito à educação pública e o aumento da violência de massas, particularmente pela adesão tática da autodefesa. Isto por si só gera uma nova identidade coletiva, retro-alimentada ponto a ponto através do ativismo da internet em coordenação com o acionar das ruas e das bases sindicais da educação. A identidade coletiva, no sentido de povo e classe, maiorias em movimento, provêm de uma tradição política específica, a libertária.

A representação coletiva tem grande incidência do peso da ideologia anarquista. Ao contrário do que se afirma em rede nacional, apesar do silêncio de boa parte da grande mídia, o conjunto de idéias que orienta estes atos é de base libertária e tem a incidência direta do anarquismo, tanto em sua forma mais difusa como na ala orgânica vinculada a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). É a presença deste conjunto de idéias e formas de ação que alimenta o repúdio a presença de bandeiras político-eleitorais, mesmo sendo partidos mais à esquerda que não façam parte do governo de coalizão. A tese anarquista é simples: fortalecer as entidades de base e as redes de movimentos populares. A partir da força destas

coletividades, vir a conquistar direitos diminuindo a margem de atuação de empresários e governos.

TRÊS LIÇÕES POLÍTICAS DOS PROTESTOS NO BRASIL

O Brasil não será como antes, não ao menos em termos de cultura política. Após dez anos de pasmaceira e vinte e um anos sem manifestações massivas, o país se reencontra com a luta política de rua e de massas. Algumas lições foram transmitidas, dentre as quais elenco três.

Primeiro, a noção de que os direitos fundamentais não são fruto da ação institucional, mas sim da luta coletiva. Dentro do rigor fiscal e do contingenciamento de verbas públicas, uma política distributiva é fruto direto da pressão popular. Do contrário, a rotina das agendas burocráticas sempre supera a maioria silenciosa. É conta de chegada. Quando uma parte desta maioria mobiliza-se, os ocupantes de postos-chave no Estado se vêem contra a parede.

Segundo, a ideia de auto-organização. Este conceito fundamental para o sindicalismo, também chamado de independência de classe, estava esquecido. Não caberia mais colocar gente na rua utilizando como abre alas uma enorme faixa vermelha ou amarela, para fazer um desfile cívico cidadão com parlamentares ou candidatos a cargos eletivos à frente. Ainda estamos longe da consigna da Argentina em dezembro de 2001 ("que se vayan todos!"), mas ao menos está instaurada a desconfiança no processo decisório dos gabinetes e no jogo dos poderes constituídos.

Terceiro, nota-se que finalmente a internet cumpre seu destino manifesto, o de atingir quem se encontrava atomizado, desorganizado. Este papel, o de falar com a maioria que não faz política no dia a dia e informa-se pouco foi possível através da rede mundial de computadores, em especial nas redes de relacionamento. As conversas entre pessoas conhecidas, grupos de afinidade por causas específicas ou temáticas particulares finalmente conseguiu massificar-se no Brasil. Há cinco anos (2008 e 2009) eu participei de uma pesquisa de campo onde se apontava o uso diário da web entre jovens de 14 a 20 anos. Este era banal, para fins privados e sem temas de fundo. Aumentou o tempo de navegação e o uso da internet móvel. Proporcionalmente, dez por cento de milhões de usuários fizeram a diferença nestas jornadas.

O saldo é positivo. A democracia representativa é exercida por pessoas em cargo eletivo, de confiança, comissão e grupos organizados em prol dos agentes econômicos. A democracia que emerge das ruas brasileiras é outra. Não tem "paciência histórica" e aprendeu o traquejo vendo o andar de cima deitar e rolar; primeiro se pressiona para depois negociar margens de conquistas. Definitivamente, esta é uma nova etapa política.

Bruno Lima Rocha é doutor em ciência política, professor de relações internacionais e jornalista. www.estrategiaeanalise.com.br e blimarocha@gmail.com

Entrevista com Mano Teko

EM ENTREVISTA, MANO TEKO FALA DO PAPEL DA APAFUNK NA LUTA PELOS DIREITOS DO MOVIMENTO

Em entrevista ao Boletim NPC, Mano Teko, presidente da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk fala do processo de construção constante da organização e dos questionamentos e respostas que tem encontrado nesses quase cinco anos de instituição. Segundo ele, a relação com a comunicação popular abre uma nova perspectiva para quem é da favela e do funk e que sempre questionou as manchetes dos veículos comerciais que criminalizam o movimento. "Quando a gente começa a se organizar e colocar o pé na rua a gente vê que existe um outro lado na parte da comunicação também. Como a gente se apropria disso? Pra gente está sendo um aprendizado muito grande colar com a galera da comunicação popular, que é fundamental", aponta.

Para Teko, o Sarau da Apafunk, realizado no Centro do Rio toda segunda quinta-feira do mês é "uma ferramenta criada para levar informações aos nossos e juntar os amigos que acreditam que é possível uma mudança". Ele vê o sarau como um instrumento de reflexão sobre a negritude e diversos outros temas, como a mulher no funk. "A gente precisa debater essas questões. E o sarau está proporcionando essa troca. Reforçando a questão na negritude, de ocupar as ruas, que é um espaço nosso, e trazendo mais uma vez um debate que até então era só um ponto de interrogação", explica.

Boletim NPC: O que é a Apafunk?
MANO TEKO: Apafunk quer dizer Associação dos Profissionais e Amigos do Funk. Inicialmente, os profissionais se organizaram junto a alguns amigos para lutar pelos direitos do movimento funk porque, até então, sempre foram colocados os deveres. Mas além dos deveres nós também temos muitos direitos, que nunca foram apresentados aos profissionais. Então, num primeiro momento [o objetivo] é levar informações aos profissionais para a gente se organizar e buscar um diálogo não só entre a gente, mas também com o Estado e a sociedade, mostrar que o funk é muito mais do que a mídia tem apresentado. Mas vai além disso.

Boletim NPC: Talvez o Sarau da Apafunk seja uma atividade que é esse "além". O que é o Sarau da Apafunk e há quanto tempo ele acontece?
MANO TEKO: Começou em dezembro [de 2012] e é mais uma ferramenta criada para levar informações aos nossos e juntar os amigos que acreditam que é possível uma mudança. Eu falei que a gente, inicialmente, defende os direitos do funkeiro. Mas a gente luta por direitos, o que vai além do funk. Quando a gente começa o diálogo sobre o funk a gente vê que a discussão é bem maior, traz outros temas.

A gente tinha criado primeiro a roda de funk, para os profissionais cantarem e, entre uma música e outra, existiam as falas sobre os nossos problemas e o que a gente estava reivindicando. E foi importantíssimo no processo da lei. Na revogação [da Resolução 013*, que inviabilizou bailes funk e outras atividades culturais em favelas do Rio] e na produção da lei que reconhece o funk como cultura.

Tentando criar mais ferramentas para mobilizar, ter uma base – porque a roda não tem um lugar fixo – nós esbarramos com os saraus periféricos. Esbarramos com Nelson Maca e outros poetas que também se posicionavam e que a gente não tinha tido contato até então. Conheci ele no "Poesia Favela", que aconteceu na Uerj, organizado pela professora Adriana Facina. E nos identificamos muito com a fala desse poeta, (que é de Curitiba, mas a base dele hoje é a Bahia), que é o Nelson Maca, do coletivo Blackitude e que realiza toda quarta-feira o Sarau Bem Black.

A gente tinha sempre pontos de interrogação e fomos encontrando respostas nesse processo da Apafunk. Um tema que até então a gente não tinha debatido era negritude. E a gente se deparou com a poesia do Nelson Maca e dali, articulamos, procuramos saber mais sobre os saraus periféricos, porque há essa identificação, parece muito com a roda de funk. Conhecemos o Sérgio Vaz, da Cooperifa, Berimba, do pessoal dos Maloqueiristas, em São Paulo, Zinho Trindade, Vera Lopes e os próprios nossos aqui do Rio de Janeiro que estavam meio soltos e com quem a gente conseguiu esbarrar nesse processo. Dali saiu o interesse de a gente fazer o sarau. Estávamos na dúvida de fazer ou não, porque a Apafunk não tem sede e, procurando o espaço – a rua sempre foi a nossa a casa – conhecemos o pessoal da ocupação Manoel Congo. A gente tinha o interesse de fazer lá dentro, mas infelizmente eles estão em obra e não dá para ser lá. Mas eles disseram que havia a possibilidade de fazer na parte da frente. Imediatamente eu achei "duca", levei ao coletivo a ideia e a galera abraçou. Ocupamos e felizmente o Nelson Maca pôde vir no primeiro e no segundo sarau para dar essa bola pra gente. E foi muito gostoso ocupar esse espaço da rua. A gente viu que, diferente das rodas, por exemplo, teve uma chegada muito grande das mulheres, que até então nas rodas de funk não estavam acontecendo e as mulheres ocuparam esse espaço junto com a gente. Elas estão tomando de assalto o sarau (risos) que é mais uma discussão que é só ponto de interrogação pra gente, profissionais do funk. A mulher dentro do funk. A gente precisa debater essas questões. E o sarau está

proporcionando essa troca. Reforçando a questão na negritude, de ocupar as ruas, que é um espaço nosso, e trazendo mais uma vez um debate que até então era só um ponto de interrogação. Agora se criou um coletivo feminino na Apafuk, as amigas que se achegaram e fizeram apresentações no mês de março, estão fazendo várias intervenções durante o sarau.

O sarau é mais um espaço de troca, de posicionamento através da poesia. A gente vê muitas reuniões acontecendo, mas a gente não pode ficar só na reunião. É um espaço de prática também.

Boletim NPC: É um espaço de troca com a comunicação popular, a educação popular? Como funciona essa relação da comunicação e educação popular com a cultura popular?
MANO TEKO: Pra gente tudo era um ponto de interrogação. A Apafunk vai fazer cinco anos agora. Então, a cada passo que a gente dá a gente encontra algumas respostas ou se aprofunda mais nesses questionamentos. Para a gente, de favela e do funk, nossa relação com comunicação era muito complicada porque as manchetes dos jornais eram sempre as piores possíveis, sempre criminalizando o movimento. E quando a gente começa a se organizar e colocar o pé na rua a gente vê que existe um outro lado na parte da comunicação também. Como a gente se apropria disso? Pra gente está sendo um aprendizado muito grande colar com a galera da comunicação popular, que é fundamental. Criar meios alternativos de a gente levar nossa mensagem. É muito diferente a gente falar com os nossos e a gente tem esbarrado com eles dentro da favela, que é nossa casa também. A grande maioria do funk é produzida dentro da favela. Está sendo uma troca muito importante, fundamental, e como, falei, é uma troca. Como a gente pode ajudar eles nesse processo e como eles podem ajudar a gente nesse processo. Quando a gente vai ver é uma coisa só.

Boletim NPC: Quando você falar "ajudar no processo" é um processo de busca do quê?
MANO TEKO: Busca de melhorias. Nossa sociedade é desinformada ao máximo. A gente não tem informação. Eu não tenho esse espaço de troca sobre negritude, sobre feminismo, sobre homofobia, transporte, saúde, educação… sobre N coisas. Eu não tenho esse espaço de troca dentro de casa, não tenho na escola. E como a gente leva isso pros nossos? Quando a gente fala do sarau juntar as pessoas, e eu tenho batido muito nessa tecla, o nosso alvo é aquele trabalhador que está passando lá por trás e se identifica com a fala de um poeta ou de uma mulher que está falando de feminismo. Como a gente consegue levar essa informação aos trabalhadores comuns? E acho que a gente está num caminho bem legal e tem conseguido isso com o sarau. Felizmente, a cada sarau pelo menos um ou dois trabalhadores procuram alguém do sarau ou a mim e perguntam se aquilo é toda semana, como faz para participar, para trazer uma poesia. E no seguinte ele está lá com uma letrinha que ele fez falando sobre alguma coisa que ele viu e com a nossa linguagem. Uma coisa menos acadêmica. A Apafunk até hoje se comunicou muito bem com a academia e a gente está bem no meio dessa discussão, de como a gente mantém isso e como a gente se comunica com os nossos, com os trabalhadores e os profissionais do funk. A gente está nesse processo bem legal e o sarau tem sido o "encher dos pulmões" nesse processo.

Boletim NPC: Quando acontece o próximo?
MANO TEKO: Dia 11 de julho. É sempre toda segunda quinta-feira do mês, na rua Alcindo Guanabara, a partir das 19 horas. Quem é de somar, cola!

Boletim NPC: Vocês têm um programa na Rádio Nacional. Qual o papel dos veículos de comunicação populares e públicos para a resistência da manifestação cultural, no caso o funk?
MANO TEKO: O programa Funk Nacional acontece de segunda a sexta, de 15h às 16h, na Rádio Nacional. Foi mais uma vitória do coletivo. Os profissionais e amigos conquistaram mais esse espaço de troca também. Você não precisa assinar contratos abusivos, como acontece no nosso movimento, mas que não se prende só ao nosso movimento – porque a gente sabe que para tocar numa rádio, numa FM O Dia, numa Beat 98, você tem que pagar. No funk é um pouco pior porque você tem que ceder seu direito autoral para a editora A ou B. Então nós conquistamos esse espaço também, que além da música a gente tem um espaço para poder falar não só do movimento, mas sobre o que nos cerca. Sem ter que abaixar a cabeça, sem ter que medir palavras. Pelo menos até hoje tem sido assim e eu espero que seja mantido. É mais um espaço de troca e conquista do coletivo.

**A Resolução 013, assinada em 2007 pelo secretário estadual de segurança José Mariano Beltrame, proibia a realização de eventos de cunho cultural, esportivo e social sem a autorização prévia das autoridades responsáveis pelo policiamento de determinadas áreas. Em 2009, entrou em vigor a Lei 5543/2009, que define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Desde então o funk tornou-se parte do patrimônio cultural oficial do Rio de Janeiro, mas os bailes continuam sendo reprimidos, principalmente em favelas com Unidades de Polícia Pacificadora.*

Jornalismo, internet, cultura e mobilizações sociais

Por Renato Rovai

QUANDO O NOVO JÁ NASCEU E O VELHO AINDA NÃO MORREU...

A onda de manifestações que varreu o Brasil evidenciou um novo padrão de demandas e lutas sociais. Dialogar e compreender a importância deste momento é fundamental para não ser atropelado pela História.

O que aconteceu no mês passado no Brasil não pode ser entendido com base nas mesmas lógicas e padrões da sociedade industrial. É necessário buscar entender o tempo em que estamos vivendo, como as dinâmicas de relação de poder se estabelecem e quais as novas demandas e padrões de luta. Não são questões fáceis e nem demandam respostas precipitadas. O mundo transita da era industrial para a era informacional. Isso acarreta grandes transformações na economia, na cultura e também na política. Quando ocorreu a migração da sociedade agrícola para a industrial, pôde-se perceber movimento semelhante. Foram grandes as transformações e enormes as resistências. Houve quem preferisse destruir as máquinas do que tentar entender suas possibilidades e potencialidades. Hoje, alguns agem da mesma forma. Mas a sociedade em redes não permite respostas analógicas.

Os partidos e movimentos tradicionais ainda resistem em entender esse novo processo. Não compreenderam que, na sociedade em redes, uma das grandes crises se dá em relação às organizações intermediárias. A indústria cultural foi uma das primeiras afetadas por esse fenômeno. As gravadoras de música, por exemplo, tentaram resistir a ele com a criminalização do que chamavam de pirataria. Tiveram que mudar a estratégia, mas, antes disso, perderam muito espaço e parte significativa do poder que possuíam.

Na indústria da informação está ocorrendo o mesmo. Boa parte dos grandes grupos desse setor está ruindo porque decidiu enfrentar as mudanças, e não buscar se adaptar a elas. Ao mesmo tempo, as redes se organizam e buscam novas formas de narrar as transformações que acontecem nas ruas. Formas essas que são mais diretas, em tempo real, colaborativas.

Um bom exemplo é o trabalho realizado pelo Mídia Ninja. Jovens, espalhados por todo o Brasil, munidos de celulares e câmeras, transmitem as manifestações em tempo real, via web, diretamente do olho do furacão. A iniciativa em si não é inédita, mas, na atual conjuntura, ganhou uma relevância sem precedentes. Esses jovens, articulados em rede, realizam uma cobertura melhor, mais completa e mais fidedigna do que acontece nas ruas do Brasil. Deixam a velha "grande mídia", detentora de enorme poder econômico e político, comendo poeira. Assim como negam a "grande mídia" nas ruas, os novos movimentos reconhecem e valorizam essas iniciativas. Se o governo se nega a discutir a democratização da comunicação, esses jovens não querem e não podem mais esperar. Estão indo para as ruas e fazem acontecer. É o midialivrismo plantado por veículos como a Fórum que começa a ver um novo florescimento. É, parafrasendo o poeta Sérgio Vaz, o midialivrismo vivendo sua Primavera de Praga.

CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Mas voltando aos mediadores, na lógica da democracia representativa os partidos são as entidades intermediárias. Eles são as gravadoras da indústria da música. E as pessoas que estão nas ruas não desejam mais ser representadas por eles da mesma forma que são hoje. Pelo contrário, querem se autorrepresentar. É uma crise de um modelo de democracia para o qual ainda não se tem respostas e muito menos soluções. Mas a crise precisa ser reconhecida para que se possa criar novos modelos.

A resposta tradicional a isso é a de que esses movimentos negam a política. Essa é uma daquelas respostas simples que não buscam dialogar com o problema. Entre outras coisas, porque nunca se discutiu tanto política como nesses anos de redes em redes. Essas redes nascem nas ruas e se articulam na internet. Nascem na internet e se manifestam nas ruas. Não são produzidas em escala industrial e nem em linhas de produção. E nelas há forças centrais, mas não há um centro. E as forças centrais podem inclusive ser contraditórias.

É preciso pensar em movimentos, e não num único movimento. Movimentos que, em alguns momentos, podem se juntar com base em uma sensação de que algo precisa mudar.

É preciso pensar um novo modelo político com base em um novo diagnóstico. Não tentar forçar o novo a se adaptar ao velho. Ou aí, sim, a democracia entra na zona de risco. Quando o velho e o novo convivem no mesmo período, o imponderável passa a ser parte constante do jogo.

GERAÇÃO FACEBOOK E PASSE LIVRE

Há um bom tempo que representantes de movimentos tradicionais de esquerda afirmam que "essa ga-

lera do Facebook não sai do sofá". E, além de não participar dos debates que acontecem na internet, deslegitimam aqueles que o fazem. A geração Facebook já havia saído do sofá em alguns países. E agora resolveu sair do sofá no Brasil, questionando, entre outras coisas, a política tradicional.

O Facebook é uma plataforma como foi o Orkut, que hoje é um cemitério de perfis. E o Facebook, em breve, será substituído por outra plataforma, mas as redes que nele se articulam não mais se dissiparão, pois são anteriores à internet. Elas são espaços de esfera pública. Na França da revolução burguesa, os cafés de Paris faziam esse papel. Nas greves do ABC, do fim da década de 1970, as comissões de base organizavam o chão da fábrica e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC era o principal aglutinador daquele movimento que vinha de baixo. E, ao mesmo tempo, o Sindicato se articulava com outros sindicatos do Brasil e do mundo, construindo uma rede de lutas que foi fundamental para derrotar a ditadura.

Nas novas dinâmicas de rede, o que está ocorrendo é que essas organizações tradicionais preferiram o velho ao novo. Negar a rede parece ser uma forma de se defender do novo. Isso não tem a ver diretamente com o Movimento Passe Livre, mas tem. O Passe Livre já há algum tempo se articula e debate a questão do transporte público no Brasil. Seus líderes sabem do que falam e têm sua pauta. Nos últimos anos, esse movimento já vinha crescendo, tanto que nas últimas manifestações contra o governo Kassab houve forte repressão e, inclusive, vereadores petistas que atuavam com o movimento foram agredidos.

A primeira ação do MPL no governo Haddad também foi grande, mas, dessa vez, havia uma insatisfação generalizada e difusa contra uma outra série de coisas. Há gente contra a realização da Copa no Brasil, movimentos sociais indignados com o governo Dilma pela ausência de interlocução, grupos de direita doidos para acabar com o PT, gente da periferia de São Paulo que não suporta mais a ação policial repressiva e outros que lutaram contra a PEC 37. Havia de tudo, como é comum nesses novos tempos de múltiplas pautas e múltiplas causas.

Não foi diferente no Egito, na Tunísia, na Espanha e nem no Occupy Wall Street. De novo, não existe movimento, mas movimentos. E, neste novo contexto, as pautas estarão sempre em disputa quando o povo for às ruas. Às organizações mediadoras, enquanto a democracia representativa resistir, restará a possibilidade de tentar dialogar com a parte das ruas que tiver apreço pela democracia. E lutar para que o processo democrático não seja dinamitado.

O QUE SERÁ DO AMANHÃ?

Existe uma possibilidade enorme de se avançar e de o Brasil dar um passo mais largo no sentido de ampliar seus canais democráticos. Para isso, é necessário passar a entender a política de forma dialógica, e não analógica. É preciso ampliar o diálogo utilizando instrumentos das ruas e das redes. Há uma nova gramática dos movimentos que precisa ser incorporada pela política tradicional. Uma nova gramática muito mais horizontal e plural.

Também há que se reaprender a fazer mais política com seus instrumentos sociológicos e escapar da centralidade das planilhas. A tecnocracia substituiu o deus mercado no Brasil. Antes, tudo se resolvia na lógica do mercado. Hoje, se resolve na base do que as planilhas disserem. E planilhas são planilhas. Elas podem ser adaptadas às conjunturas e ao momento social.

Na era informacional, a fragmentação não está em disputa, ela é um dado de realidade. O que está em disputa é a política, que não está sendo praticada na sua essência nem pelos governos que afirmam ter viés de esquerda e nem pelos movimentos tradicionais de esquerda. A política como um espaço de construção de um mundo melhor e de diálogo. A política como espaço de transformação da realidade.

Jornalismo, internet, cultura e mobilizações sociais

Por Repper Fiell

ARTE COMO FERRAMENTA REVOLUCIONÁRIA

Eu, Repper Fiell, tive contato com o hip-hop nos anos 90. Quando escutei a primeira vez o rep *Negro Limitado*, música cantada por um grupo de São Paulo chamado Racionais Mc's, eu fiquei muito impressionado. Na letra falava que nós negros e pobres temos que ficar espertos com os racistas, com as drogas, e falava da importância da leitura.

Então vejo o hip-hop como ferramenta pedagógica para a revolução do pensamento e comportamento dos jovens periféricos e trabalhadores, moradores das favelas e periferias do Brasil. A música, a arte em geral, tem o poder de entretenimento e informação. Porém, o que ouvimos nas grandes rádios e programas televisivos é só artistas com músicas fúteis, sem compromisso social, mas sabemos que estão criando e mantendo formas de pensamentos e ações. A indústria cultural é que dá as regras para os grupos populares.

Eu acabei de lançar meu 3º álbum intitulado *Pedagogia da Dominação*, de forma autônoma. O CD contém 20 faixas e várias participações de grupos que de alguma forma têm responsabilidade social em sua arte nas suas favelas. No álbum *Pedagogia da Dominação*, eu trago o debate atual que estamos enfrentando e também de um passado muito recente como o golpe militar de 1964, violações dos direitos humanos, remoção de casas nas favelas com e sem UPPs, união dos moradores de favelas para enfrentar o capitalismo e propago a utopia de um mundo melhor sem classes.

A cultura, na minha concepção, tem que estar a serviço da população e levar no seu bojo conhecimento a jovens, trabalhadores, e nunca só entretenimento. Minha arte tem posição de classe e é anticapitalista.

Para quem quiser conhecer minha arte, segue o link do novo CD: Pedagogia da Dominação. https://soundcloud.com/repperfiell/sets/lbum-completo-pedagogia-da

PEDAGOGIA DA DOMINAÇÃO

Quem nos transforma em bandidos
é o Estado/ o seu Estado/o seu Estado

Quem nos transforma em bandidos
é o Estado/ o seu Estado/o seu Estado

Quem deveria educar
proteger, respeitar

Adentra as favelas de blindado
Matando, rapá

Quem deveria educar
proteger, respeitar

Demole as favelas
E suas histórias

Apresento a pedagogia
da dominação

Favelado é marginal
violento, sem alma irmão

E que só serve
para o serviço braçal

Enriquecer
banqueiro, empresarial

Lotar os presídios
Morrer na fila do hospital

Olhar pra seu vizinho
Como inimigo mortal

Ajoelhar
Pedir pelo amor de Deus

Olhar no espelho
E afirmar que o problema sou eu

Pedagogia da dominação
quem estuda é doutor

Segue a lógica da escravização

Pedagogia da dominação
Trabalhador é assassinado
A mando do Estado, irmão

(...)

Por Alexandre Haubrich

O JORNALISMO NO NORTE E NO SUL – O EXTREMO SUL MONOPOLIZADO

* Alexandre Haubrich é do Jornalismo B: http://jornalismob.com

A situação que vivemos no Rio Grande do Sul no setor da mídia é nada menos do que dramática. O Grupo RBS é, segundo o site Donos da Mídia, a terceira maior organização de mídia privada do Brasil em termos de propriedade direta de veículos. De acordo com o próprio Grupo RBS, este possui 24 emissoras de rádio, 18 emissoras de televisão (maior rede regional de televisão do país) e oito jornais impressos, além de uma série de outros empreendimentos na área de mídia.

A RBS foi fundada no fim da década de 1950, e se expandiu fortemente entre 1967 e 1970 com a afiliação das emissoras de TV à Globo e a compra do jornal Zero Hora, antes o Última Hora de Samuel Wainer. Em 1979 chega a Santa Catarina com a TV Catarinense. Como conta o Donos da Mídia, "na década de 90, a empresa associa-se novamente a Globo para a criação da operadora de TV a Cabo NET e ainda participa, de forma frustrada, do processo de privatização da telefonia". Quer dizer, os períodos principais de expansão são a Ditadura Militar e, a seguir, o auge do neoliberalismo.

Em artigo na Carta Maior, o jornalista Marco Weissheimer narra alguns momentos dessa relação:

> *Três dias depois da publicação do famigerado Ato Institucional n° 5, ZH publicou matéria sobre o assunto afirmando que "o governo federal vem recebendo a solidariedade e o apoio dos diversos setores da vida nacional". No dia 1° de setembro de 1969, o jornal publica um editorial intitulado "A preservação dos ideais", exaltando a "autoridade e a irreversibilidade da Revolução". A última frase editorial fala por si: "Os interesses nacionais devem ser preservados a qualquer preço e acima de tudo". A expansão da empresa se consolidou em 1970, quando foi criada a sigla RBS, de Rede Brasil Sul, inspirada nas três letras das gigantes estrangeiras de comunicação CBS, NBC e ABC. A partir das boas relações estabelecidas com os governos da ditadura militar e da ação articulada com a Rede Globo, a RBS foi conseguindo novas concessões e diversificando seus negócios. O restante da história é bem conhecido.*

O restante da história é o aproveitamento de um modelo de jornalismo empresarial que tem como fontes principais de financiamento, além do aporte estatal, patrocínios de grandes empresas brasileiras e multinacionais, principalmente ligadas ao setor imobiliário e automobilístico. O restante da história é uma prática discursiva de criminalização dos movimentos sociais, criminalização de estudantes e trabalhadores que lutam por direitos, defesa intransigente de valores liberais na economia e autoritários na política.

O Grupo RBS estende suas garras por todos os lados. Os principais donos da empresa também são donos da Maiojama, empreiteira com participação na construção de prédios de luxo e shopping centers. Ao mesmo tempo, são ex-funcionários do Grupo os ex-governadores Antonio Britto, que colocou em marcha o processo de privatizações e concessões de estradas no Rio Grande do Sul, e Yeda Crusius. Em 2014 outros três expoentes da empresa deverão se candidatar: Ana Amélia Lemos (PP), pré-candidata ao governo do Estado; Lasier Martins (PDT), pré-candidato ao Senado; e André Machado (PCdoB), que deve concorrer a deputado federal.

ALTERNATIVAS

Em meados da década de 2000 alguns blogs começaram a fazer o contraponto do que a mídia dominante do RS – praticamente apenas os veículos do Grupo RBS – veiculavam. Eram basicamente blogs ligados a sociólogos e jornalistas, quase sempre militantes, quase sempre ligados ao PT. É claro que uma enorme gama de blogs começava a nascer naquele momento, com todo tipo de temática, mas foram esses os que, no RS, começaram a levar a mídia alternativa para a internet.

O que tem acontecido atualmente é uma grande problematização sobre as limitações desse processo dentro da internet. Alguns, como é o caso do Jornalismo B, procuram complementar os espaços de web com veículos impressos. Isso acontece, no caso do Jornalismo B, para que o diálogo possa ser amplificado, chegando a mais pessoas e construindo uma ponte mais palpável entre a internet e a rua. A proposta é que o discurso que apresentamos se propague ao máximo e seja debatido e, dessa forma, reconstruído e ressignificado ao máximo, não importa através de que plataforma.

A mídia alternativa no Rio Grande do Sul, e especificamente em Porto Alegre, se organiza hoje ainda de forma bastante experimental, com veículos com grande diversidade editorial e que pouco conseguem trabalhar juntos. Existem tentativas de

construir uma maior integração, mas esbarram em uma série de problemas, que vão desde a falta de comprometimento com um projeto de diálogo sistemático mais próximo até a grande variação nas formas de organização e dinâmica de trabalho. Também as dificuldades de estrutura específicas de cada espaço de mídia alternativa e a necessidade de combater e vencer essas dificuldades quase diariamente cria uma barreira para uma dedicação maior a projetos de integração.

GOVERNO TARSO GENRO

Recorrentemente o governador Tarso Genro (PT) concede entrevistas nas quais faz críticas ao Grupo RBS e defende a democracia na mídia. Mesmo assim, a empresa continua sendo a maior beneficiária das verbas de publicidade do Executivo Estadual. O total gasto com publicidade em 2012 foi de R$ 64.736.853,55, dos quais, R$ 16.694.324,03 foram para veículos do Grupo RBS, média mensal de R$ 1.391.193,67. É verdade que o financiamento à mídia alternativa aumentou, mas a grande maioria da verba disponível segue alimentando os de sempre. A política de distribuição através do "critério técnico" da audiência só faz garantir a continuidade do controle da informação pelos conglomerados empresariais.

Logo nos primeiros momentos de governo foi lançado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, aos moldes do que foi criado por Lula a nível federal. O Conselhão lançou a proposta de um Conselho Estadual de Comunicação. A proposta, mesmo sendo apenas de formação de um espaço deliberativo, de assessoramento, segue travada. Tarso chegou a falar em pedir urgência para sua discussão na Assembleia Legislativa, mas isso ainda não aconteceu – e nem deverá acontecer antes das próximas eleições.

CAMINHOS POSSÍVEIS

A luta por mudanças na mídia gaúcha não se separa da luta pela democratização da comunicação a nível nacional, mas é claro que existem iniciativas locais que podem construir avanços específicos e ajudar a criar um clima de debates mais ricos e prósperos sobre o tema. A criação de um Conselho Estadual, por exemplo, contribuiria nesse sentido. Da mesma forma aconteceria com iniciativas de reversão da verba publicitária em direção à horizontalização midiática, em vez de essa verba contribuir para reforçar a concentração.

Por parte da mídia alternativa, as tarefas são muitas, complexas e complementares. Não há uma forma fácil de praticá-las, mas o trabalho coletivo e integrado é, sem dúvida, a mais coerente, firme e duradoura. Algumas necessidades que se colocam como eixos de atuação: fortalecimento dos veículos alternativos enquanto individualidades e enquanto conjunto; fomento à criação de novos veículos; ataque ao controle dos conglomerados; pressão sobre o Estado; expansão do debate sobre o tema a toda a sociedade.

É fundamental, sobretudo, compreender que o papel da mídia alternativa não se restringe à circulação de informações diferentes das apresentadas pela mídia dominante. É preciso que, ao mesmo tempo em que se cumpre essa tarefa, chegue-se, de mídia alternativa, a contra-hegemônica, ou seja, precisamos assumir para nós a luta por uma mudança no modelo midiático brasileiro. É preciso efetivamente procurar a disputa por hegemonia e se propor como alternativa em todos os sentidos possíveis: forma de organização, tipo de informações transmitidas, viés das notícias e, sobretudo, forma de construção e conteúdo do discurso.

Por Nilton Viana *

A RELAÇÃO DIRETA DA COMUNICAÇÃO COM A LUTA PELA DEMOCRACIA REAL

* Nilton Viana é jornalista e editor-chefe do jornal Brasil de Fato.

Os movimentos sociais dão importante passo na luta pela democratização da comunicação em nosso país. Assim, junto ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), iniciaram, no dia 1º de maio, a coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular por uma lei da mídia democrática. Nas ruas, o objetivo é discutir com a sociedade o tema e coletar 1,3 milhão de assinaturas de apoio para apresentar o projeto ao Congresso Nacional.

O fato é que a classe dominante, no Brasil, na América Latina e em todo mundo, transformou o monopólio que detém dos meios de comunicação em uma das principais ferramentas que possuem na luta de classes, fazendo a batalha ideológica todos os dias contra os trabalhadores. Os avanços tecnológicos e a concentração do setor, associados a uma criminosa falta de controle público, colocam a mídia no Brasil como uma ameaça à democracia. Pois ela assume funções que caberiam aos partidos políticos, tais como a construção da agenda pública e a fiscalização das ações dos governos.

Para se ter ideia do latifúndio midiático no Brasil, na década passada nove famílias controlavam o grosso da mídia nativa: Marinho (Rede Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estadão), Frias (Folha), Levy (Gazeta), Nascimento e Silva (Jornal do Brasil). Hoje, são apenas cinco. E, além dessa concentração, a mídia brasileira passa por um perigoso processo de internacionalização. No final do governo FHC, em 2002, o capital estrangeiro foi autorizado a adquirir até 30% das ações das empresas jornalísticas.

Segundo o Instituto para Políticas de Mídia e Comunicação da Alemanha, a Rede Globo, umas das principais controladoras de veículos de comunicação no Brasil, está entre os 50 maiores grupos de mídia do mundo. Para o ranking, o instituto não considera o faturamento total do grupo, mas sim a parte referente aos produtos e canais de mídia. Conforme o instituto, a Rede Globo tem uma receita anual de mídia de 4,7 bilhões de euros.

VERBAS CONCENTRADAS

A maioria dessas famílias seria beneficiada por interesses políticos, econômicos e ideológicos no recebimento de verbas públicas.Entre junho e agosto de 2011, publicações no Diário Oficial escancararam parte dessa relação. José Bernardo Ortiz, então presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), nomeado pelo governador paulista Geraldo Alckmin, fechou contratos com empresas de comunicação para que as escolas públicas do estado recebessem edições dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo e das revistas Veja, IstoÉ e Época. O contrato de um ano rendeu R$ 1,2 milhão aos Civita, R$ 2,6 milhões aos Frias e R$ 2,7 milhões aos Mesquita.

Em setembro do ano passado, o Ministério Público Estadual requereu à Justiça bloqueio de bens de Ortiz, acusando-o de improbidade administrativa, favorecimento a cartel e superfaturamento na compra de 3,5 milhões de mochilas escolares ao preço global de R$ 34,9 milhões. Segundo o MPE, o fato evidencia manejo de dinheiro público como forma de beneficiar certos grupos. Ortiz foi exonerado do cargo em março de 2013 pelo governo paulista.

ANÚNCIOS ESTATAIS REFORÇAM DESIGUALDADE

A má distribuição de recursos publicitários nos meios de comunicação do país não se restringe aos anunciantes privados. Em abril, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) divulgou novos dados a respeito da distribuição de verbas federais. De acordo com as informações oficiais, a televisão ainda é o meio que mais recebe recursos. Em 2012, o setor recebeu 62% do total de verbas federais.

A TV Globo também aparece como principal beneficiada dentre todos os veículos. No ano passado, a emissora recebeu 43% do total destinado à televisão, o equivalente a R$ 495 milhões. Desde 2000, a Globo soma R$ 5,9 bilhões em publicidades estatais federais (veja mais dados no infográfico ao lado).

A publicação dos dados gerou críticas de militantes do direito à comunicação, que condenaram o montante de recursos destinados às maiores empresas de comunicação. Em resposta, o secretário -executivo da Secom, Roberto Bocorny Messias, justificou que a secretaria utiliza "critérios técnicos de mídia" para repartir os recursos. "Se a publicidade de governo tem como objetivo primordial fazer chegar sua mensagem ao maior número possível de brasileiros e de brasileiras, a audiência de cada veículo tem que ser o balizador de negociação e de dis-

tribuição de investimentos", afirmou Messias em artigo publicado no portal Observatório da Imprensa.

REPRODUÇÃO

Segundo um relatório de uma Comissão Especial da ONU, 85% das notícias que circulam no mundo são geradas pelos Estados Unidos. Somente a CNN distribui, por satélites e cabos, a partir de sua matriz em Atlanta, notícias 24 horas por dia para 240 milhões de lares em 200 países e mais 86 milhões nos EUA, além de 890 mil quartos de hotéis conveniados. Portanto, a CNN não apenas criou e universalizou uma linguagem e um formato para a informação, como às vezes alinha sua orientação editorial aos interesses estratégicos estadunidenses, conforme nos alerta o professor Denis de Moraes.

Assim, aqui no Brasil, a mídia impõe o pensamento uniformizado, reprodutor das ideias dominantes e disseminadas a partir dos centros do capitalismo global. Ela impõe à sociedade o individualismo, o consumismo e enfraquece o papel do Estado. A sociedade brasileira está fundada em graves injustiças histórico-estruturais, que determinam sua condição de desigualdade social e econômica, injustiças sociais, pobreza material e cultural. A democracia é capenga e se resume ao direito do povo votar. E o Estado todo poderoso continua sendo "pai e mãe" dos ricos, que o utilizam para manter privilégios e acessar recursos públicos na sua acumulação de riqueza, que destina todo ano quase 30% de toda arrecadação pública para pagamento de juros aos banqueiros.

Nos 10 anos do governo Lula e Dilma, nosso país apresentou avanços em algumas áreas sociais. Mas, infelizmente, na questão da comunicação, ambos não tiveram coragem de enfrentar os grandes problemas da concentração e do monopólio. Praticamente não se alterou nada. A Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada no final do governo Lula, contribuiu para que o tema entrasse efetivamente na pauta, estimulando a formação dos Conselhos Estaduais de Comunicação. Porém, pouca coisa avançou dos vários pontos apontados pela Confecom. Por exemplo, a efetivação de mecanismos de controle social, participação popular.

Outro ponto, a auditoria nos meios privados. Essas questões estão paradas. E, se compararmos com o que está sendo feito em outros países na questão da comunicação, percebemos que aqui há uma defensiva muito grande do governo.

PROPOSTAS

Esse cenário tem colocado para nós uma profunda reflexão sobre a relação direta da comunicação com a luta pela democracia real. Fortalecer a liberdade de expressão dos movimentos sociais e populares, defender os direitos humanos, o acesso às novas tecnologias e o controle dos meios de comunicação são bandeiras que nos são colocadas hoje como prioridade.

O projeto do FNDC e dos movimentos sociais tem foco no combate ao monopólio e na garantia de representação dos diferentes grupos sociais. Estes objetivos são perseguidos por meio de um conjunto de estratégias, que combinam os limites à concentração, o fortalecimento do sistema público e comunitário e a responsabilização da mídia no caso de violações de direitos humanos.

Entre as propostas do projeto está a proibição do mesmo grupo controlar rádio, TV e jornal na mesma cidade, ou seja, manter propriedade cruzada dos meios de comunicação.

Além disso, o projeto reserva 33% do espectro de rádio e TV para o sistema público e comunitário. Os meios comunitários, aliás, passam a ser tratados de forma isonômica, acabando com os limites de potência e alcance que valem hoje para as rádios comunitárias. O projeto busca não apenas garantir a promoção da diversidade de gênero, étnico-racial, de orientação sexual e regional, mas fazer o enfrentamento ao racismo, machismo e à homofobia. Grupos sociais, como movimentos e sindicatos, passam a ter direito de antena, ou seja, a um espaço nos grandes meios de comunicação uma vez por semestre, como hoje acontece com os partidos políticos.

O projeto define ainda a proibição a outorgas para políticos e para igrejas, e impede o arrendamento e venda de horários.Qualquer indivíduo, coletivo ou organização pode se engajar no processo de coleta de assinaturas. No site www.paraexpressaraliberdade.org.br você encontrará todos os materiais necessários para aderir à campanha.

Por Keka Werneck *

BREVE REFLEXÃO SOBRE A MÍDIA EM MATO GROSSO

'A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL' (CHICO BUARQUE)

* Keka Werneck é jornalista em Cuiabá, assessora de imprensa do Centro Burnier Fé e Justiça, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MT) e diretora do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT).

Os meios de comunicação de massa em Mato Grosso, via de regra, não priorizam interesses populares e publicam, em espaços majoritários, o que vai importar à elite intelectual, política e econômica. Direitos sociais e humanos têm uma dimensão menor nas "páginas" da mídia, seja impresso, TV, Rádio ou Internet. A prioridade é a notícia frívola e o denuncismo também é muito comum. Essa forma sempre muito negativa de ver o mundo, como se o comum fosse o banditismo.

Algumas considerações sobre o cenário midiático em Mato Grosso e sua relação com a luta pela garantia dos direitos das pessoas:

1) A mídia local sobrevive financeiramente basicamente do dinheiro de governos, políticos de modo geral e de verbas publicitárias, sendo menor a arrecadação com compra do produto pelo leitor. Isso gera atrelamento com tais setores financiadores das empresas, que interferem na prática jornalística.

2) Os meios estão tão concentrados quanto no resto do país. Circulam três jornais diários na capital mato-grossense, sendo um de grande porte e outros dois de porte médio. Do ponto de vista da linha editorial, os três não destoam e não é raro o leitor encontrar manchetes semelhantes entre eles. As rádios – as que não sumiram – funcionam precariamente e a vasta maioria exibe apenas programação musical. As TVs têm uma série de problemas entre elas irregularidades que contrariam as regras das concessões, mas isso também é uma realidade nacional. Os sites, que estão em melhores condições estruturais e econômicas, reproduzem boa parte dos vícios da mídia impressa e não conseguem cumprir o papel de ruptura e crítica. Quem tem feito essa ruptura são alguns blogs, que fomentam a chamada mídia alternativa, muito incipiente no Estado.

3) O que tem status de notícia nos meios de comunicação está sendo questionado por alguns professores das academias, mas os cursos de comunicação de modo geral não têm dado conta de formar comunicadores capazes de romper com um modelo de jornalismo que escape do atrelamento político e publicitário.

4) Direitos Humanos e outras pautas sociais ganham cantos de jornais, e só muito raramente sobem às manchetes. Esses espaços estão aumentando, porém timidamente.

5) Em um estado onde a maioria da população é negra, o assunto racismo está na pauta?

6) Em um estado, onde vivem 35 etnias indígenas, as questões desses povos estão na pauta?

7) Como a imprensa local cobra e cobre direitos sociais como escola e saúde públicas?

8) Como a imprensa cobra e cobre a relação entre o empresariado do transporte público e as prefeituras?

9) Como a imprensa trata o pobre, o negro, a criança que cometem crime? Como a imprensa trata o engravatado, o político, o corrupto branco rico que comete crime?

10) Como os conflitos no campo são observados nas páginas de jornais? O pequeno produtor, suas preocupações e problemas estão estampados assim como as questões do agronegócio?

11) Desmatamento, uso ilegal e abusivo de agrotóxicos, poluição dos rios e nascentes, afronta às áreas protegidas. Essas questões aparecem nos jornais com que frequência?

12) Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Sobre isso, três considerações.

- A censura política e publicitária é rotina na mídia de Mato Grosso. A auto-censura é uma prática comum.
- É limitado o número de rádios comunitárias.
- Políticos têm concessão de rádio e TV em nome de "laranjas".

13) A luta contra o trabalho escravo é uma das pautas mais bem aceitas pela mídia, po-

rém são feitas sem maior aprofundamento, até porque, assim como é fato a dificuldade de fiscalização nos rincões onde essa prática se fortalece, os jornais têm dificuldades de apurar os fatos nos locais: tudo muito longe e demandaria gastos com viagens. O Prêmio de Jornalismo que chamava Dom Pedro Casaldáliga está suspenso, porque ele retirou seu nome, já que o governador do Estado, Silval Barbosa (PMDB), decidiu manter como secretária de Estado de Cultura, a fazendeira Janete Riva, acusada de manter trabalhador em condição análoga a de escravo. Casaldáliga entendeu que um governo não pode servir a deus e ao diabo, ou seja, ou bem se coloca contra essa prática (e sendo assim um prêmio de jornalismo é um instrumento para incentivar a sociedade a falar mais sobre isso) ou a favor (mantendo em seu staff pessoa envolvida com esse tipo de crime).

Jornalismo, internet, cultura e mobilizações sociais

Por Mário Magalhães

CAIXA-PRETA DE UM BIÓGRAFO FALIDO (DEBATE PÚBLICO, CONFISSÕES PRIVADAS)

Em 2003, quando abandonei minha confortável vida de jornalista de redação, alguns amigos supuseram que eu ficara maluco. Trocar a segurança do ótimo salário e o prestígio de repórter de grande jornal pela aventura de me tornar biógrafo não passaria disso mesmo: uma aventura. Ao saberem que o meu personagem seria um brasileiro maldito, castigado pelas conspirações do silêncio e do preconceito, tiveram certeza: eu surtara.

Dez anos depois, desconfio de que os amigos estavam certos. Porém, numa contradição aparente, não me arrependo do rumo tomado: dediquei nove anos de trabalho insano a preparar uma biografia não autorizada do revolucionário Carlos Marighella (1911-69). Por cinco anos e nove meses, cuidei exclusivamente do livro, sem outra fonte de renda digna de nota.

Até agora, considerava que os perrengues enfrentados, decorrentes da minha decisão, constituíam assunto da esfera privada. Diante do debate público sobre restrições à publicação de biografias, penso que se torna legítimo contar um pouco do meu sufoco. "Editores e biógrafos ganham fortunas", afirmou Djavan. Será?

O que eu fiz nos nove anos mergulhado no livro: entrevistei 256 pessoas, algumas por dezenas de horas, em várias sessões, viajando para cá e para lá; consultei dezenas de milhares de páginas de documentos, boa parte secreta na origem _os papéis e as fotografias são oriundos de 32 arquivos públicos e privados de Brasil, Paraguai, Estados Unidos, República Tcheca e Rússia; devorei uma bibliografia de 500 títulos; organizei 2.580 notas sobre fontes, agrupadas ao fim do volume; escrevi e reescrevi obsessivamente, em busca da minha utopia literária: uma narrativa de tirar o fôlego, assim como havia sido de tirar o fôlego a vida do protagonista.

Com exceção de uma pequena, mas valiosa e reconhecida ajuda da Companhia das Letras, banquei tudo do próprio bolso: passagens aéreas, hospedagens, pesquisadores auxiliares em Salvador, São Paulo, Campinas e Moscou, profissionais qualificados na transcrição de quase mil horas de gravação, serviços de conversão de microfilmes em imagem digital e muito, muito mais. Sem eliminar as despesas de uma família de classe média carioca, com três filhos em idade escolar, da universidade privada à pré-escola idem (o caçula nasceu durante a elaboração da biografia).

Graças a muita gente a quem serei grato até o meu derradeiro suspiro, o livro foi bem-sucedido. A crítica recebeu-o generosamente, tanto a acadêmica quanto a jornalística. A Associação Paulista de Críticos de Arte premiou-o como a melhor biografia de 2012. O ator Wagner Moura e a O2, produtora do cineasta Fernando Meirelles, arremataram os direitos de adaptação para o cinema. Sob a direção de Wagner, o filme deve chegar às telas em 2016.

Nada superou a boa vontade e o carinho dos leitores. Nas livrarias desde outubro de 2012, "Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo" alcançou quatro reimpressões. Ao todo, já saíram 30 mil exemplares, no país em que a tiragem padrão oscila de 2.000 a 3.000 cópias.

Com todos esses triunfos, a conta é esta, na ponta do lápis e no teclado da calculadora: somando os direitos autorais a que tive direito pelos livros vendidos e a remuneração que receberei pela cessão da biografia para o cinema, o valor representa nanicos 15% do total dos salários de que eu abri mão ao me despedir do jornal. Não me enganei: quinze por cento. Voluntariamente, perdi ou deixei de ganhar 85 em cada 100 reais.

O cálculo é conservador, pois não inclui antigos benefícios, como participação nos lucros da empresa e automóvel zero quilômetro subsidiado. Para que eu embolsasse o equivalente a um terço (e não 100%) dos salários que teria acumulado em 69 meses, "Marighella" precisaria vender cinco vezes mais do que já vendeu. A meta é irreal, como tem consciência qualquer editor júnior.

O balanço está incompleto. Para trabalhar só no livro, exterminei o respeitável pé-de-meia engordado desde 1986, quando dei os primeiros passos no jornalismo. Lancei-me à biografia em 2003. Quando meu dinheiro acabou, no segundo semestre de 2006, regressei ao jornal, do qual saí de vez em janeiro de 2010: sem dedicação exclusiva, não conseguiria concluir "Marighella", pelo menos não o "Marighella" que eu escrevi.

Nesses nove anos, o padrão de vida aqui em casa decaiu. Como o pessoal tem os corações imensos, desses que comovem até almas brutas, ninguém se queixou. O vermelho tingiu meus extratos de conta corrente. Tivemos que fazer um empréstimo bancário. Um, não: três. Só pude ficar por conta do livro até o fim do ano passado porque a minha mulher, jornalista assalariada, segurou as pontas.

Chororô? Qual nada! Jamais fui tão feliz no jornalismo como nessa década investigando e narrando as estripulias do mulato baiano. Mas nunca mais vou topar uma

empreitada semelhante, porque já impus sacrifícios demasiados a quem me ama e é retribuído intensamente.

PESSOAL DA CENSURA

O modesto resultado financeiro do livro, a despeito do êxito de público e de crítica, não me surpreendeu, confesso. Eu já sabia que seria assim. Por que, então, fiz o que fiz? Por dois motivos, acredite quem quiser.

Primeiro, padeço de uma irrecuperável perversão de caráter: o amor patológico pelo jornalismo e, sobretudo, a paixão pelo gênero jornalístico da reportagem. Às vésperas dos meus 40 anos, completados em 2004, eu aspirava a encarar uma reportagem épica, sem as amarras de tempo (para apurar e escrever) e espaço (para publicar) inerentes a um diário impresso.

Segundo, mas não menos importante, e perdoem a ambição desmedida, típica de repórteres por vocação: eu sonhava legar uma história que, daqui a cem anos, contribuísse para que os brasileiros conhecessem o que foi o nosso embriagante século XX. A trajetória de Marighella tinha encantos jornalísticos suplementares: como certa historiografia oficial tentou eliminar seus rastros, e ele mesmo, por questão de sobrevivência, apagava as pegadas, desvendar mistérios insolúveis configurava desafio sedutor demais.

Todo esse esforço teria sido em vão se o espírito público não pautasse os herdeiros de Carlos Marighella, em particular seu filho, Carlos Augusto Marighella, e a viúva, Clara Charf. Jamais lhes pedi autorização para o livro. Não lhes submeti os originais, nem eles pediram para ler. Acolheram-me com fidalguia e entusiasmo, confiaram no meu trabalho. No entanto, se quisessem, poderiam ter impedido a circulação da biografia: a legislação antidemocrática, primitiva e obscurantista em vigor lhes oferece esse direito.

De acordo com o Código Civil, o direito de os cidadãos conhecerem a história é prerrogativa dos biografados e seus descendentes. O Estado não o assegura, para regozijo de políticos corruptos que almejam eternizar o segredo sobre seus atos. O acesso à memória e à verdade são direitos humanos hoje sonegados por normas totalitárias.

Exagero? Se alguém se propuser a escrevinhar uma biografia independente sobre o Cabo Anselmo, o verme que entregou a mulher grávida para os verdugos da ditadura pós-1964 a trucidarem, terá de pedir autorização ao delator. Sabe o Amarildo, o trabalhador da construção civil que sumiu na Rocinha na noite de 14 de julho? O comandante da Unidade de Polícia Pacificadora na favela era o major Edson Santos, mais tarde indiciado por tortura seguida de morte e ocultação de cadáver. Quem quiser produzir uma biografia desse oficial da Polícia Militar só a verá nas estantes das livrarias se o major consentir. São elogiáveis as iniciativas para amparar materialmente a família do Amarildo, mas abomináveis os lobbies em favor de uma legislação que asfixia (como o saco plástico do Bope) e eletrocuta (como policiais procediam com moradores da Rocinha) biografias de torturadores e matadores.

Que tipo de biografia resulta desse sistema? Rame-rames laudatórios. A ordem jurídica aceita hoje censura prévia. Quem gosta de censura é ditadura. Todo o malabarismo retórico que busca bloquear o conhecimento público sobre fatos e pessoas de dimensão pública sucumbe diante da seguinte constatação: se aparecer um neto desconhecido de Adolf Hitler no Brasil, teremos de solicitar protocolarmente autorização sua para publicar uma biografia em que o líder nazista seja descrito como genocida.

Só em nosso país, entre as grandes democracias, Hitler seria consagrado como herói, pois só haveria biografias chapas-brancas.

E Paulo César Farias? Uma biografia trombetearia sua postura de empreendedor decente, como exigiria a família, ou apresentaria o inventário de suas falcatruas pelos labirintos da corrupção? Na biografia do PC, o biógrafo teria de cascatear sobre sua morte, inventando que Suzana Marcolino matou-o, como sustentam os irmãos Farias? É assim que o pessoal da censura preconiza que se conte a história do Brasil?

Dudu Braga, filho de Roberto Carlos, indagou no Twitter: "Na discussão das biografias não autorizadas colocam artistas e esportistas no mesmo saco que ditadores e criminosos?".

Como assim, "colocam"? Quem defende as restrições existentes é o grupo Procure Saber, no qual reluz Roberto Carlos. A lei não vale para todos? Ou Dudu Braga propõe normas específicas para os artistas, distintas das que governam os demais cidadãos? Na escravidão era assim.

O estatuto atual, com o respaldo do Procure Saber, protege, sim, ditadores e criminosos. Quem procurar saber da barbárie comandada por tiranos terá de recorrer a publicações estrangeiras, porque suas biografias terão sido abortadas no Brasil, com amparo legal.

BIOGRAFIA NUNCA MAIS?

Escrever uma biografia, mesmo de sucesso, é péssimo negócio, ficou demonstrado. Djavan pontificou: "Editores e biógrafos ganham fortunas enquanto aos biografados resta o ônus do sofrimento e da indignação". Qual sofrimento, o de Anselmo ou o de Soledad, a brava guerrilheira que o "cabo" entregou aos carrascos?

Sobre "fortunas", Djavan incorreu em inverdade, espero que por ignorância, e não desonestidade. Mais: para reparar o "ônus do sofrimento e da indignação" existe a Justiça, à qual pode e deve recorrer quem se julga vítima de crimes como calúnia e violação de privacidade. Como neoarautos da censura prévia, o músico e seus parceiros se associam ao autoritarismo característico de regimes fascistas e stalinistas, e não da democracia.

Na ditadura, batalhávamos todos contra a censura prévia. Continuo na mesma barricada, contra as Donas Solanges, públicas ou privadas. Talvez um dia, vai que por uma biografia não autorizada, venhamos a descobrir por que muitos trocaram de lado mais rápido que a mudança da maré. Estranho a obsessão do novo pessoal da censura com a poupança dos biógrafos que eles passaram a demonizar. Qual o problema em ganhar dinheiro com trabalho suado e escrupuloso, como eles ganham? A propósito, no meu projeto Marighella não recebi verbas públicas, assumidas ou disfarçadas sob os rótulos de renúncia fiscal, tipo Lei Rouanet. Nem um centavo. E nos seus projetos, Djavan?

O desprezo pelo trabalho alheio é ainda mais escrachado na "sugestão" da empresária Paula Lavigne, voz mais estridente do lobby pró-censura prévia: "Se alguém quiser escrever uma biografia e publicá-la na internet sem cobrar, tudo bem. O problema é lucrar com isso". Tal trabalho escravo, inconstitucional desde o século XIX, fulminaria biografias não autorizadas. Reiterando: biografia escrita por repórter constitui reportagem, que é um gênero do jornalismo. Reportagens de fôlego, como biografias, exigem três condições: a) domínio técnico; b) disposição editorial; c) condições materiais. Se não houver remuneração, proveniente da venda de livros, não há como se dedicar a uma história de vida. A não ser que o autor seja milionário… ou louco.

O Procure Saber também advoga que os biografados _artistas ou não, enquanto a lei valer para todos, sem distinguir castas_ recebam obrigatoriamente percentuais da receita dos livros. O compositor Pedro Luís apoia: "Todo mundo que é ingrediente do sucesso deve ser remunerado. Quem faz a revisão, a capa, não é remunerado? E o assunto do produto, não?". O Cabo Anselmo agradece pelos caraminguás. Não se esqueçam do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. O famigerado torturador não haverá de rejeitar uma biografia camarada.

As propostas exalam menosprezo, quase asco, pelo trabalho que não é seu. Os compositores reivindicam receber dos biógrafos por eventuais livros de que sejam personagens principais, mas não nutrem o hábito de pagar aos personagens que inspiram suas composições. Não têm mesmo que os remunerar, porque as pessoas não dividiram o trabalho de criação. O criador é remunerado, não o objeto que o inspira. Abstenho-me de enumerar uma relação infinda de músicas célebres inspiradas em pessoas de carne e osso.

Registro: nada contraponho a sociedades acordadas livremente entre biógrafos e biografados. Biografias autorizadas, às vezes muito boas, são legítimas como as não autorizadas. A violência institucional é abolir as biografias independentes, nas quais Paulo Maluf não figura como político devotado à decência, e Fernando Collor de Mello não encarna um estadista injustiçado. Haveria jornalismo crítico em uma biografia na qual a família de Benito Mussolini se tornasse sócia do biógrafo?

A legislação em vigor fere o direito de informar e ser informado, viola a liberdade de expressão, institui o monopólio da verdade, atrasa o Brasil. Não se resume a uma contenda entre biógrafos e censores, mas interessa à nação. É tão daninha que numerosos historiadores e jornalistas descartaram biografias promissoras, nocauteados pela intimidação de biografados e herdeiros que só admitem retratos bajuladores.

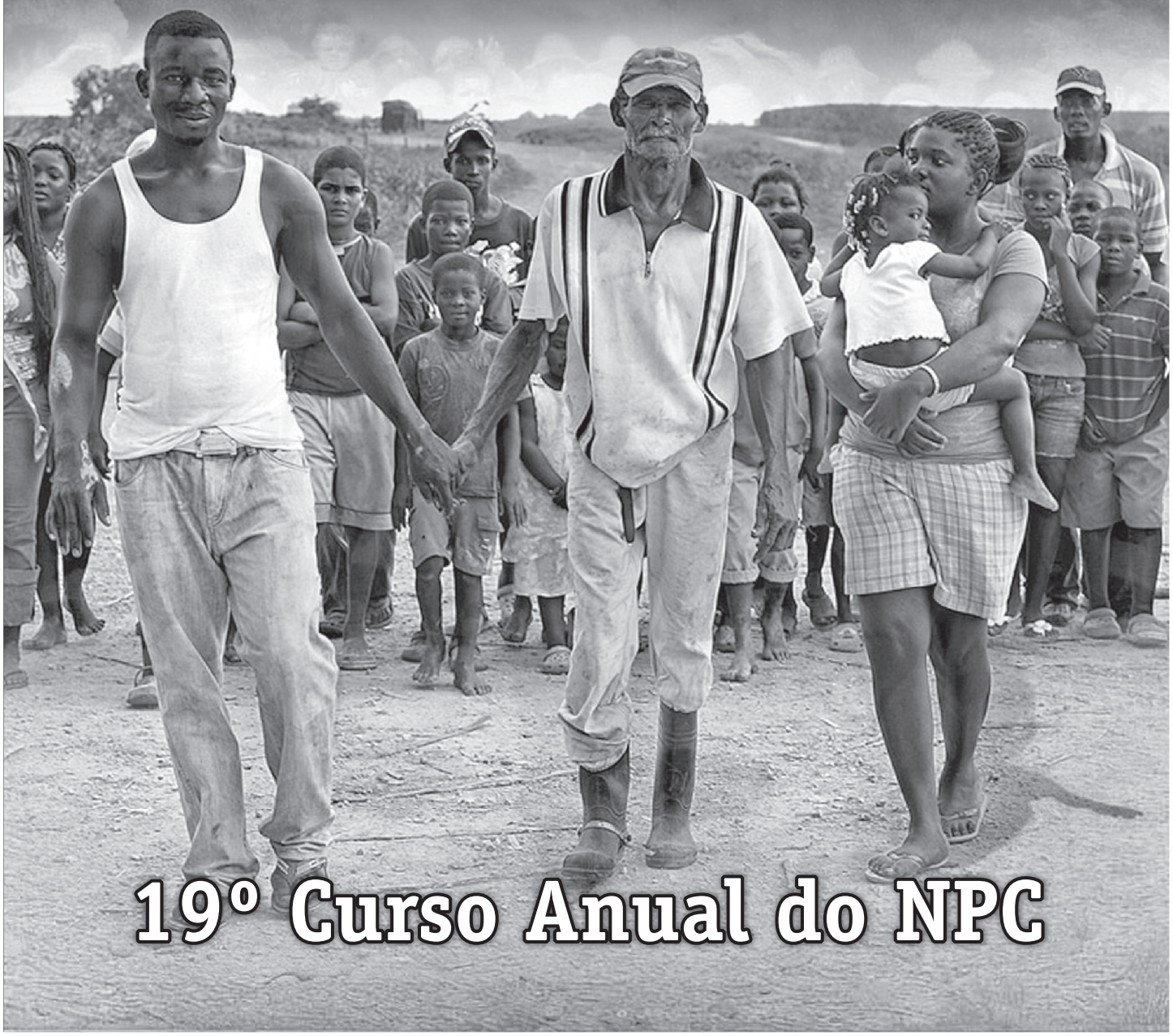
Para quem amargou tantos sacrifícios, soa ofensiva a acusação, desfraldada ou sutil, de que só se faz biografia para enricar. Mas isso é o de menos. Desgraça, como imaginou o compositor Alceu Valença, será montar no futuro uma nova comissão da verdade para revelar o que poderiam ter contado biografias banidas.

Da minha parte, caríssimo Djavan, seguirei em frente com minha sina de biógrafo de uma biografia só e meu valente Citroën C3, ano 2007. Desisto de biografias, enquanto perdurarem os ameaçadores garrotes da censura. Maluquice como a que eu cometi, somente uma vez na vida, e olhe lá. "Marighella" foi minha primeira e, se nada mudar, última biografia.

DIA 23

Mídia e poder

no Brasil e no mundo hoje



19º Curso Anual do NPC

A comunicação dos trabalhadores no Brasil de hoje

Por Claudia Costa *

OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO SINDICAL HOJE

* Claudia Costa – Jornalista da CSP-Conlutas e professora do curso de pós graduação de Comunicação Social da FMU.

A comunicação sindical enfrenta novos desafios após as manifestações de junho. Ali, vimos uma comunicação dinâmica, instantânea, que furava a mídia de grande circulação, segundo a segundo. Informações processadas naquele momento. Quantos de nós, além de estar nas ruas, acompanhou também tudo pelas redes sociais? Informações, opiniões, uma rede de solidariedade manifestada aos que sofriam repressão. Quantas curtidas demos ao ver fotos, comentários e vídeos postados nas redes? Quando identificávamos a mesma bandeira de luta que a nossa – ou cartaz, já que as bandeiras foram rechaçadas, aos comentários otimistas daqueles dias, às imagens que mostravam a grandiosidade daqueles dias.

O acesso às redes se ampliou nas manifestações de junho. Mais pessoas buscaram ou intensificaram suas relações com aquele meio de comunicação. E, de fato, elas passaram a ocupar um novo lugar como ferramenta de troca de informações. Não que já não ocupassem. Vimos tão recentemente o papel que cumpriram nas mobilizações do norte da África, por exemplo. Egito e Turquia foram exemplo dessa expressão das possibilidades dos novos meios.

Essa situação implicou em desafios para o movimento sindical, que muitas vezes vê os meios de comunicação de forma tradicional. É possível usar as redes para se aproximar dos trabalhadores de base? É possível aproveitar as redes para buscar mais informações sobre a respectiva base a partir do que postam os trabalhadores? É possível utilizá-la como reforço para a organização de base? Esse meio de comunicação tornou-se mais importante que os outros. Alguns dizem que sim.

Mas é necessário compreender que os processos da comunicação são mais amplos. De fato, o nosso desafio não é somente aprender a lidar com as redes sociais, mas aprender a articular os diversos meios para cada demanda que nos é sugerida.

Atualmente, as possibilidades de comunicação com os trabalhadores são inúmeras, muito superiores às que existiam há 30 anos, por exemplo, na época das grandes greves do ABC. Naquela época dirigir uma categoria nacional era bem mais complicado do que hoje, quando contamos com a existência de e-mails, das teleconferências e mesmo dos boletins eletrônicos, que em segundos alcançam todo o país.

O que era imprensa sindical se transformou numa poderosa comunicação sindical, diante do universo de possibilidades. Quando discutíamos imprensa sindical nos referíamos a jornais, boletins, cartazes e filipetas. Atualmente a comunicação aborda, além desses, assessoria de imprensa, internet, vídeos, cartilhas, rádio, campanhas e outras possibilidades. Cada qual com sua linguagem e seu público. É preciso pensar que a comunicação sindical pode atingir uma categoria de trabalhadores, sua família, a sociedade. Entretanto, como é uma comunicação com um discurso contra-hegemônico, é preciso pensar também no adversário.

A comunicação sindical é uma arma em potencial nas mãos dos trabalhadores para defender sua ideologia, sua política. Entretanto, é necessário saber usá-la. Atualmente, as possibilidades são inúmeras. Ainda mais com a entrada em cena da internet, do mundo virtual, das redes sociais e das produções de baixo custo.

Mas essa vastidão de possibilidades está acompanhada por uma mídia cada vez mais poderosa e por uma comunicação empresarial cada vez mais aprimorada, disposta a se utilizar dos meios pertinentes para conquistar os corações e mentes dos trabalhadores e, assim, implantar a política neoliberal nos locais de trabalho.

Diante de um opositor grandioso, é imprescindível saber ajustar e integrar todos os elementos que compõem a comunicação: texto claro e objetivo, palavras compreensíveis, abordagem próxima da realidade do trabalhador; imagens que chamem a atenção, assim como boas locuções se o caso for o rádio, por exemplo.

A integração entre diretoria, jornalista e trabalhador também é fundamental para o êxito dessa comunicação. Por isso, não pode ser menosprezada.

São inúmeros os aspectos que compõem a comunicação sindical. É preciso vasculhá-los, conhecê-los. É preciso tornar-se íntimo de cada um deles. Saber qual o melhor momento para usá-los. Só dessa maneira consegue-se fazer uma boa comunicação sindical. E, assim, conquistar corações e mentes dos trabalhadores.

A comunicação dos trabalhadores no Brasil de hoje

Projeto de comunicação do
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A FORÇA DOS TRABALHADORES

Esses são alguns canais, ou pontos de contato, que levam informação com credibilidade para milhões de trabalhadores espalhados por todo o Brasil. E ao contrário do interesse dos grandes grupos de comunicação, aqui a vez sempre será dos movimentos sociais. Dos que não são ouvidos. Ainda que a indústria da comunicação tenha investimentos volumosos, nossos objetivos continuam sendo os mesmos: dar voz aos trabalhadores.

TVT: A TV QUE TE VÊ!

A TVT, primeira emissora de televisão outorgada a um sindicato de trabalhadores, entrou no ar às 19 h do dia 23 de agosto de 2010. Resultado de 23 anos de luta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a emissora educativa foi outorgada em outubro de 2009**,** à Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, entidade cultural sem fins lucrativos**,** criada e mantida pelo Sindicato. "Somos um canal de amplificação da voz dos movimentos sociais", reforça o diretor de Comunicação do Sindicato, Valter Sanches, que preside a Fundação. A outorga da emissora foi feita em outubro de 2009 por meio de decreto assinado pelo presidente Lula.

O Projeto de Comunicação da TVT se estrutura nas ideias de movimento e de inovação e em outras formas de relacionamento por meio da televisão, da internet e das tecnologias móveis. Nosso propósito é ser uma alternativa de reflexão e de diálogo, entre a TV e o cidadão brasileiro. Somos um veículo de comunicação comprometido com o interesse público e com o trabalhador e além de produzir conteúdos de forma compartilhada, queremos garantir acesso à informação, à cultura, e ao lazer, conectando pessoas e viabilizando sua expressão.

A TVT já nasceu profundamente ligada aos movimentos sociais organizados e a diversos grupos e pessoas, que normalmente não tem espaço em outras mídias. Acreditamos que divulgar as ações transformadoras destes movimentos sociais e dar espaço para quem nunca teve oportunidade de se ver na TV, possa contribuir na construção de uma verdadeira democracia participativa em nosso país.

JORNAL - ABCD MAIOR

O Jornal que mais entende da nossa região: Há 8 anos o ABCD Maior conquista mais e mais leitores na região. Agora já são 20 pontos de distribuição nos principais semáforos das sete cidades do ABCD, sem contar os 180 pontos fixos. O impresso é gratuito e fica disponível em determinados locais onde é a única fonte de informação para algumas populações.

REVISTA - REVISTA DO BRASIL

Distribuída em todo país: Nas bancas e em livrarias de todo território nacional, a Revista do Brasil tem grande parte de sua tiragem distribuída ao mailing com base nos principais sindicatos do Brasil. Essa iniciativa estabeleceu a Revista do Brasil desde o primeiro momento como a maior publicação nacional focada nas classes B/C/D.

RÁDIO - RÁDIO BRASIL ATUAL

Programação voltada ao movimento social e dos trabalhadores: Em agosto de 2012 nasceu a rádio Brasil Atual. E surgiu justamente para ser educativa e oferecer uma programação voltada aos movimentos sociais e de trabalhadores. Sempre democratizando a informação com todos os públicos.

JORNAL - TRIBUNA METALÚRGICA

Único jornal sindical com circulação diária no mundo, a Tribuna Metalúrgica é o órgão oficial de comunicação da diretoria do Sindicato com os metalúrgicos do ABC. Criada em 1978 para fugir dos rigores da censura aos meios de comunicação determinada pela ditadura militar, o jornal transformou-se no principal órgão de informação da categoria. Esta característica foi alcançada porque na Tribuna a notícia é publicada sob o ponto de vista do trabalhador, que é também o principal personagem e objetivo das informações. A tiragem média diária alcança 40 mil exemplares de terça a sexta-feira. A quantidade é maior nas vésperas de grandes eventos, como greves, assembleias de Campanha Salarial etc.

Entrevista com Vito Giannotti

"A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE É PIADA. NÃO EXISTE JORNALISMO NEUTRO. JORNAL TEM DONO, DONO TEM CLASSE E INTERESSE DE CLASSE." *

* Entrevista publicada no *Jornal dos Economistas* em 17/06/2013.

Nascido na itália, Vito Giannotti trabalhou como metalúrgico em são Paulo durante 25 anos. militante marxista e autodidata, tornou-se um especialista em comunicação dos trabalhadores e história da classe trabalhadora. Participa do Núcleo Piratininga de Comunicação, no rio, e dá curso de comunicação, hegemonia e história dos trabalhadores. É autor de mais de 25 livros, como *Muralhas da Linguagem* (2004).

Jornal dos Economistas: Nos últimos 20 anos, as fontes e a circulação de informação aumentaram de forma exponencial. Isso significa que as pessoas estão hoje mais bem informadas?
VITO GIANNOTTI: Não é assim automático. As pessoas podem se informar mais, podem ter muito mais canais de informação e formação da sua opinião, mas isso não é tão simples. É necessário desenvolver uma cultura da leitura nas suas mais variadas formas, do livro ao Facebook.

Jornal dos Economistas: Os grandes grupos de mídia no Brasil são controlados por algumas poucas famílias. Quais são as consequências desta concentração para a sociedade brasileira?
VITO GIANNOTTI: Essa é a questão central. A mídia no Brasil é extremamente concentrada nas mãos de poucas famílias e hoje, podemos dizer, de grandes grupos econômicos. Estes grupos têm uma coisa central em comum: pertencem à mesma classe econômica. Ou seja, têm os mesmos interesses de classe a defender. De qual classe? Ora, da classe que domina, que dirige o país há cinco séculos. E as classes populares, os trabalhadores, que são a imensa maioria, quase não têm meios de comunicação. Porque, para ter sua mídia, tem que ter muito dinheiro. E este está nas mãos da outra classe.

Jornal dos Economistas: A Globo detém cerca de dois terços de toda a receita publicitária da TV aberta, o grande filão de mídia no Brasil. Como você comenta a trajetória deste grupo? Quais são as consequências para a sociedade desse gigantismo?
VITO GIANNOTTI: O problema não é só a Globo. São todos os grupos econômicos dominantes. Todos eles vivem de verbas publicitárias públicas. Isto é, do governo, do Estado. O problema é deixar que isso continue, achar isso normal. Nisso tudo, o gigantismo da Globo é um problema adicional para a pluralidade de visões, para uma democracia informacional. É preciso garantir incentivo e apoio financeiro, sem nada a ver com tutela, apadrinhamentos ou interferência, para novos meios "de opinião", diferentes, diversos, plurais.

Jornal dos Economistas: Você acha possível que o Brasil caminhe para a democratização da mídia?
VITO GIANNOTTI: Sem uma mudança radical nas nossas leis sobre qualquer mídia, nos nossos hábitos e na nossa cultura escravagista não haverá democratização alguma. Só enfeites, disfarces e perfumarias. Defendo uma amplíssima discussão sobre a mídia que seja incentivada pelo governo, via inserções maciças na TV, rádio e toda mídia impressa. Precisamos despertar milhões e milhões para esta discussão. E aí pensar em mudar o cenário que só mudará com mobilizações de milhões para este fim. A mudança não virá do Congresso ou mesmo do governo. Só depois de milhões nas ruas, quem sabe.

Jornal dos Economistas: Que experiências internacionais podem servir de parâmetro para o Brasil?
VITO GIANNOTTI: Experiências e modelos temos que inventar. O Brasil pode criar seu modelo. A questão da neutralidade é piada. Não existe jornalismo neutro. Jornal tem dono, dono tem classe e interesse de classe, então...? É legítimo um veículo ter sua linha política. Mas que seja declarada, que se diga claramente. Isso não acontece no Brasil. É a hipocrisia da Veja, panfleto da extrema-direita brasileira, se declarar neutra. Exemplos no mundo de passos rumo à democratização da mídia? Sim, um: a Lei dos Meios da Argentina e do Uruguai. Mais isso para nós é sonho. Só com milhões nas ruas.

Jornal dos Economistas: Como se dá o controle da informação apresentada aos brasileiros? A definição da linha editorial sobre cada questão cabe diretamente ao proprietário do grupo de mídia? Ou ele delega a jornalistas-editores de confiança? O patrocinador interfere diretamente na linha editorial? Qual é papel dos think tanks, como o Instituto Millennium?
VITO GIANNOTTI: A mídia impressa tem dono. É ele quem decide a linha editorial e coloca nos postos chaves pessoas de sua absoluta confiança. Normal. Qual a linha? A que classe o dono pertence? Certamente não é a dos trabalhadores. Então é a dos donos do capital, do poder e da mídia. O Instituto Millennium é hoje o comitê central da direita, da reação, do conservadorismo. E ele cumpre otimamente seu papel. Cadê outro Instituto? Cadê nosso Instituto Biênio, ou Triênio?

Jornal dos Economistas: No caso do jornalismo econômico, teses da doutrina neoliberal são apresentadas aos leitores e espectadores como dogmas consagrados da Economia. Qual é a influência do sistema financeiro e grandes grupos econômicos nesta linha editorial? É justo afirmar que só os jornalistas que comungam desta linha têm colunas, programas e espaço na mídia?
VITO GIANNOTTI: Pra começo de conversa o jornalismo econômico é uma parte do todo. Ele tem um papel centralíssimo na criação do pensamento único neoliberal. Mas ao seu lado há mil outros tipos de jornalismo, o político, o comportamental, o cultural, e de entretenimento. Cada um cumpre seu papel para o tal pensamento único. Para criar, divulgar, ampliar e perpetuar uma visão de mundo. Qual visão? A da classe dominante. A do capital, hoje neoliberal.

Jornal dos Economistas: O "economês" e a falta de conhecimentos básicos sobre Economia facilitam a manipulação da informação no jornalismo econômico?
VITO GIANNOTTI: Sim claramente. Se você escreve e o leitor não entende, então para que serve teu maravilhoso texto? O economês é um grande problema para quem não é versado em economia. É uma barreira a ser removida. Mas o problema é muito maior. Há muitas Muralhas da Linguagem. Eu já escrevi vários livros sobre esta tragédia que é a linguagem: economês, juridiquês, intelectualês, informatiquês, politiquês e a síntese disso tudo que é o sindicalês. Essas pragas são uma desgraça. É como escrever em chinês ou árabe e distribuir teu jornal na estação da Central do Brasil. É preciso derrubar todas estas muralhas para conquistar corações e mentes.

Jornal dos Economistas: O cidadão brasileiro acredita no que lê nos jornais e revistas e assiste na televisão? Qual é o real poder de influência dos grupos de mídia? Este poder vem decaindo nas últimas décadas?
VITO GIANNOTTI: O poder da mídia está cada dia mais presente na nossa sociedade. Dez anos atrás, o mundo todo, ou quase, acreditou na balela que o Iraque com Saddam Hussein tinha armas de destruição em massa. E cadê estas armas? Nunca ninguém viu. E quem montou a farsa? Quem a divulgou? Pergunte sobre os valores da novela Salve Jorge e vai saber. Quem mandou umas turistas brasileiras andar de balão para morrer na tal Capadócia? A novela também exaltou e defendeu toda forma de repressão do Estado. Em Salve Jorge, os representantes do Exército e da polícia são os protagonistas, os heróis, os que garantem o bem na sociedade.

Jornal dos Economistas: Como você analisa a política dos governos Lula-Dilma em relação à democratização dos meios de comunicação? Houve uma opção por não confrontar os grandes grupos de mídia? Houve avanços?
VITO GIANNOTTI: Sim, ao final do governo Lula foi feita uma tal Conferência Nacional de Comunicação. Um avançozinho, sim. Mas e daí? O que mudou de lá pra cá? Também foi um avanço a política de criação dos Pontos de Mídia Livre. Sim, mas cadê hoje? Havia um certo incentivo à mídia regional. Mas isso já se foi. O que continua é o fechamento de centenas de rádios comunitárias e nenhum avanço na redistribuição de canais de TV e rádio (salve uns casos especialíssimos). O professor Dênis de Moraes, da UFF, repete em toda aula e palestra: "No campo da democratização das comunicações, o Brasil está na vanguarda do atraso na América Latina". Tristeza.

Jornal dos Economistas: Qual é a sua visão sobre o trabalho feito por Julian Assange e o papel do Wikileaks? Assange é um mártir da liberdade de expressão?
VITO GIANNOTTI: Simples: Quem quer Assange calado? Na prisão ou preferivelmente com a boca cheia de formigas? Os EUA, a Inglaterra e toda a Europa? Então o que ele faz serve à humanidade. Precisaríamos de cem mil Assange. Precisaríamos que o que ele descobre pudesse passar no Jornal Nacional, no Fantástico e nas novelas. Mas isso só daqui a 100 anos.

Jornal dos Economistas: O discurso midiático utiliza termos com teor positivo para escamotear o significado de certos conceitos econômicos. Por exemplo, "superávit primário", a redução do orçamento para a saúde, educação e infraestrutura, é expresso por uma bela palavra, "superávit". Quem cria estes termos?
VITO GIANNOTTI: Esses termos são úteis, claros, necessários, para um economista. Legítimos. O problema é usar isso num artigo ou fala que se pretende ser para o povo, para o trabalhador com o nível de escolaridade médio do nosso país. Para os normais, há problemas. Quem são "os normais"? São os que não são economistas, nem doutores, nem engenheiros. Quantos economistas há no Brasil? Para eles, dá-lhe superávit, âncora cambial, capital volátil etc. Pra aos outros, "os normais"? A dica é traduzir tudo sempre.

Atualidade do pensamento de Gramsci

Por Carlos Nelson Coutinho

REVOLUÇÃO PASSIVA OU CONTRA-REFORMA?

Uma caracterização sistemática de nossa época — ou seja, a época da globalização ou mundialização do capital, caracterizada pelo predomínio de políticas neoliberais — é uma tarefa ainda não concluída por parte dos marxistas. Para levá-la a cabo, é necessária uma ampla análise de natureza teórica e empírica, que traga até nosso tempo, atualizando-as e revisando-as quando preciso, as categorias da crítica da economia política iniciada por Marx e continuada por muitos de seus principais seguidores. Uma tal análise certamente já começou a dar os seus primeiros frutos; mas, em minha opinião, eles são ainda insuficientes para fornecer uma visão marxista global — que se me permita o jogo de palavras— da globalização.

Por me saber incompetente para tanto, não tenho a menor intenção de fazer, nem aqui nem alhures, sequer um breve esboço desta análise; nem mesmo tenho a pretensão de apresentar um balanço da já extensa literatura marxista sobre este tema. Contudo, creio que pode contribuir para esta obra ainda em gestação uma discussão — de resto, já em curso na literatura gramsciana — sobre a possibilidade de compreender características essenciais da contemporaneidade à luz do conceito gramsciano de revolução passiva. Antecipo minha conclusão, certamente provisória e, portanto, sujeita a correções: sou cético em face desta possibilidade. Creio que, antes de falar em revolução passiva, seria útil tentar compreender muitos fenômenos da época neoliberal através do conceito de contra-reforma, que — como veremos — também faz parte, ainda que só marginalmente, do aparato categorial de Gramsci.

1. REVOLUÇÃO PASSIVA

Antes de mais nada, recordemos brevemente as principais características da revolução passiva, termo que Gramsci recolhe do historiador napolitano Vincenzo Cuoco, mas atribuindo-lhe um novo conteúdo. Trata-se de um instrumento-chave de que Gramsci se serve para analisar inicialmente os eventos do *Risorgimento*, ou seja, da formação do Estado burguês moderno na Itália. Mas o conceito é também utilizado por Gramsci como critério de interpretação de fatos sociais complexos e até mesmo de inteiras épocas históricas, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo.

Essa possibilidade de generalização foi assumida mais tarde por autores que se inspiraram nas reflexões gramscianas. Recordo aqui só poucos exemplos. Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn realizaram uma análise da ação da socialdemocracia européia e da construção do *Welfare State* com base no conceito de revolução passiva ***(1)***. Dora Kanoussi, após transformá-lo no conceito central da reflexão gramsciana ***(2)***, afirma até mesmo a possibilidade de compreender toda a modernidade como revolução passiva ***(3)***. E, mais recentemente, Giuseppe Chiarante valeu-se do conceito para definir a democracia pós-fascista na Itália como um caso particular de revolução passiva ***(4)***. A noção de revolução passiva foi também utilizada entre nós para tentar conceituar momentos fundamentais da história brasileira ***(5)***. Sem discutir aqui a justeza (ou não) destes e de outros usos do conceito, devemos admitir que eles são metodologicamente autorizados pelo próprio Gramsci, já que foi ele mesmo o primeiro a estender a noção de revolução passiva para inteiras e diferentes épocas históricas.

Mas quais são, segundo Gramsci, os traços principais de uma revolução passiva? Ao contrário de uma revolução popular, "jacobina", realizada a partir de baixo — e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social —, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da "restauração" (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente "de baixo") e da "renovação" (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas "pelo alto", através de "concessões" das camadas dominantes). Neste sentido, falando da Itália mas expressando características universais de toda revolução passiva, Gramsci afirma que uma revolução deste tipo manifesta o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de 'restaurações' *que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo*; trata-se, portanto, de 'restaurações progressistas' ou 'revoluções -restaurações', ou, ainda, 'revoluções passivas' ***(6)***.

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contra-revolução e nem mesmo de contra-reforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo "pelo alto" ***(7)***.

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva

(e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações (*CC*, 5, 317).

Mais tarde, sobretudo em sua polêmica com o Croce de *Storia d'Europa nel secolo XIX*, Gramsci amplia o seu conceito e afirma que o *Risorgimento* se insere numa revolução passiva mais ampla, de alcance europeu, que caracteriza toda uma época histórica, iniciada com a Restauração pós-napoleônica. Nesta época, as novas classes dominantes, formadas agora na seqüência do comporomisso entre os vários segmentos da burguesia e as velhas camadas de grandes proprietários fundiários, reagem contra as conseqüências mais radicais da Revolução Francesa, mas ao mesmo tempo introduzem pelo alto — ainda que contra as massas populares — muitas das conquistas desta revolução (cf., p. ex., *CC*, 1, 298-300). Trata-se da época na qual o liberalismo se consolida e se expande, mas em aberta oposição à democracia. Gramsci não hesita em dizer que o liberalismo antidemocrático de Croce não é mais do que uma ideologia que busca legitimar e justificar a revolução passiva.

Uma outra época de revolução passiva, sempre segundo Gramsci, seria aquela na qual a burguesia reage contra a Revolução de Outubro, buscando adotar, na tentativa de neutralizá-la, algumas de suas conquistas, como, por exemplo, elementos de economia programática. Esta nova época se manifestaria em dois dos principais fenômenos do primeiro pós-guerra, ou seja, o fascismo e o americanismo. Sobre o fascismo, considerado como uma mescla de conservação e mudança, Gramsci é claro:

Ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país *modificações mais ou menos profundas* para acentuar o elemento "plano de produção", isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, *sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro* (*CC*, 1, 299; grifos meus).

Com relação ao americanismo, Gramsci é mais cauteloso:

> *Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática [...]. Questão de saber se o americanismo pode constituir uma "época" histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo [...] das "revoluções passivas" [...], ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma "explosão", ou seja, uma revolução de tipo francês (CC, 4, 241-2).*

No caso do americanismo, portanto, Gramsci fala de revolução passiva, mas expressa uma dúvida; parece-me, porém, que o desdobramento subseqüente de sua argumentação se dirige no sentido de conceber o americanismo precisamente como uma "época histórica" de revolução passiva. Uma época, de resto, que — como o demonstraram de modo convincente Buci-Glucksmann e Therborn — atinge seu ponto mais elevado no *Welfare State*, no qual se expandem características que Gramsci já havia indicado no americanismo, como, por exemplo, o crescimento do consumo de massa e a intervenção direta do Estado na economia (cf. *CC*, 4, 272 s.).

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva:

1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu "subversivismo esporádico, elementar", ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução "jacobina", a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes;

2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de "uma certa parte" das reivindicações provindas de baixo;

3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução,* de *conservação* e *modernização*.

2. CONTRA-REFORMA

Ao contrário de "revolução passiva", Gramsci emprega muito pouco nos *Cadernos do cárcere* o ter-

mo "contra-reforma". Além do mais, na esmagadora maioria dos casos, o termo se refere diretamente ao movimento através do qual a Igreja Católica, no Concílio de Trento, reagiu contra a Reforma protestante e algumas de suas conseqüências políticas e culturais. Mas pode-se também registrar que Gramsci não apenas estende o termo a outros contextos históricos, mas busca ainda extrair dele algumas características que nos permitem, ainda que só aproximativamente, falar da criação por ele de um conceito.

Sobre a possibilidade de estender historicamente o termo, pode-se constatar que Gramsci, num parágrafo onde fala do Humanismo, refere-se a uma "contra-reforma antecipada". Resta assim claro que, para ele, pode ocorrer uma contra-reforma também diante de fenômenos históricos outros que não a Reforma protestante: no caso, diante do florescimento das comunas na Itália pré-renascentista. Diz Gramsci:

> *Assim, não lhe agrada [a Arezio] que Toffanin considere todo o Humanismo como fiel ao cristianismo, embora reconheça que até os céticos ostentavam religiosidade. A verdade é que se tratou do primeiro fenômeno "clerical" no sentido moderno, uma Contra-Reforma por antecipação (de resto, era Contra-Reforma em relação à época comunal). Eles se opunham à ruptura do universalismo medieval e feudal que estava implícita nas Comunas e que foi sufocada no nascedouro, etc. (CC, 2, 157).*

Em outro parágrafo, no qual caracteriza as utopias como reações "modernas" e "populares" à Contra-Reforma, Gramsci apresenta um dos traços definidores desta última como sendo próprio de todas as restaurações:

> *A Contra-Reforma, [...] de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo (CC, 5, 143; grifos meus).*

Parece-me importante sublinhar que, nesta passagem, Gramsci caracteriza a contra-reforma como uma pura e simples "restauração", diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma "revolução-restauração". Apesar disso, porém, ele admite que até mesmo neste caso tem lugar uma "combinação entre o velho e o novo". Podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma resida no fato de que, enquanto na primeira certamente existem "restaurações", mas que "acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo", como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado.

Uma outra importante observação de Gramsci refere-se ao fato de que a contra-reforma não se define como tal, como um movimento restaurador, mas — tal como o faz o neoliberalismo de nossos dias — busca apresentar-se também ela como uma "reforma". Lembremos o que diz ele:

> *Os católicos (e especialmente os jesuítas, que são mais cuidadosos e conseqüentes inclusive na terminologia) não querem admitir que o Concílio de Trento tenha apenas reagido ao luteranismo e a todo o conjunto das tendências protestantes, mas sustentam que se tratou de uma "Reforma católica" autônoma, positiva, que se teria verificado em qualquer caso. A pesquisa da história destes termos tem um significado cultural não desprezível (CC, 4, 90; grifo meu).*

3. O WELFARE STATE COMO REVOLUÇÃO PASSIVA

Uma vez esboçadas as principais determinações que as duas noções assumem em Gramsci, podemos retornar à questão formulada no início desta intervenção: a época neoliberal, iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima-se mais de uma revolução passiva ou de uma contra-reforma?

A pergunta, evidentemente, não tem nenhum sentido para a própria ideologia neoliberal. Nem mesmo os seus primeiros defensores — doutrinários duros e puros, mas que tinham pelo menos o mérito da sinceridade — diziam-se "conservadores" ***(8)***. Hoje, os ideólogos do neoliberalismo gostam de se apresentar como defensores de uma suposta "terceira via" entre o liberalismo puro e a socialdemocracia "estatista", apresentando-se assim como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade (ou, mais precisamente, da chamada pós-modernidade) e, portanto, ao progresso ***(9)***. A versão atual da ideologia neoliberal faz assim da reforma (ou mes-

mo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma "revolução liberal") a sua principal bandeira.

A palavra "reforma" foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a idéia de "reforma". É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como "reformas", isto é, como algo progressista em face do "estatismo" que, tanto em sua versão comunista como naquela socialdemocrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra "reforma": o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições, supressão destes direitos e deste controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem sucedida.

Vimos que a noção de revolução passiva pode ser ligada — como o fazem Buci-Glucksmann e Therborn, na trilha aberta por Gramsci — à idéia de reforma, ou mesmo de reformismo, embora se trate em última instância de um reformismo conservador e "pelo alto". Como vimos, um verdadeiro processo de revolução passiva tem lugar quando as classes dominantes, pressionadas pelos de baixo, acolhem — para continuar dominando e até mesmo para obter o consenso passivo por parte dos subalternos — "uma certa parte das exigências que vinham de baixo", nas palavras já citadas de Gramsci.

Foi precisamente o que aconteceu na época do *Welfare State* e dos governos da velha socialdemocracia ***(10)***. Com efeito, o momento da *restauração* teve um papel decisivo no *Welfare*: através das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais. Mas esta *restauração* se articulou com momentos de *revolução*, ou, mais precisamente, de *reformismo* no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção pelos governos capitalistas de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistar significativas "vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital" ***(11)***.

Deve-se recordar que o *Welfare* surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital. Nem se deve esquecer que a revolução passiva *welfariana* é também uma resposta ao grande desafio ao capital representado não só pela Revolução de Outubro, mas também pela presença da União Soviética, que emergia da Segunda Guerra com um enorme prestígio junto às massas trabalhadoras de todo o mundo.

4. O NEOLIBERALISMO COMO CONTRA-REFORMA

Não creio que se possa encontrar nisso que chamei (um pouco simplificadamente) de "época neoliberal" esta dialética de restauração-revolução que caracteriza, sempre segundo Gramsci, as revoluções passivas. Na conjuntura em que estamos imersos, as classes trabalhadoras — por muitas razões, entre as quais a chamada "reestruturação produtiva", que pôs fim ao fordismo e, portanto, às formas correspondentes de organização dos operários — têm sido obrigadas a se pôr na defensiva: suas expressões sindicais e político-partidárias sofreram assim um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do "socialismo real", diminuiu em muito a força de atração das idéias socialistas, que uma habilidosa propaganda ideológica identificou com o modelo "estatolátrico" vigente nos países da Europa do Leste. A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado.

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de "uma certa parte das exigências que vêm de baixo", que Gramsci considerava — como já vimos — uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos

diante da tentativa aberta — infelizmente em grande parte bem sucedida — de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare*. As chamadas "reformas" da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas, etc. — "reformas" que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como "emergentes") — têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo "selvagem", no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de "vitórias da economia política do trabalho" e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contra-reforma.* (De resto, pelo menos nos países ocidentais, não se trata de uma *contra-revolução*: em tais países, o alvo da ofensiva neoliberal não são os resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo que caracterizou o *Welfare State*.)

Decerto, a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do *Welfare*, o que se deve sobretudo à resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais ligados à chamada "terceira via" (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma "preocupação" em face das conseqüências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam malgrado isso a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas esta "preocupação" — que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do "Fome Zero" aqui no Brasil — não anula o fato de que estamos diante de uma indiscutível contra-reforma.

Lembremos que Gramsci nos adverte, como vimos antes, para o fato de que "as restaurações [não são] um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*" (*CC*, 5, 143). O que caracteriza um processo de contra-reforma não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades.

5. TRANSFORMISMO

Como se sabe, Gramsci chamou a atenção para uma importante conseqüência da revolução passiva: a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social. Malgrado se apresente, nas palavras de Gramsci, como uma "ditadura sem hegemonia" (*CC*, 5, 330), o Estado protagonista de uma revolução passiva não pode prescindir de um mínimo de consenso. E Gramsci nos indica o modo pelo qual as classes dominantes obtêm este consenso mínimo, "passivo", no caso de processos de transição "pelo alto", igualmente "passivos". Ele se refere à Itália, mas avança observações válidas, quando devidamente concretizadas, também para outros países e outras épocas:

> *O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a "revolução-restauração" ou "revolução passiva" [...] Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo "molecular", isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à "classe política" conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido "domínio" ditatorial por uma "hegemonia"); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (CC, 5, 286).*

Uma das razões que parecem justificar o uso do conceito de revolução passiva para caracterizar a época do neoliberalismo é precisamente a generalização de fenômenos de transformismo, seja nos países centrais como nos periféricos. Embora não me proponha aqui discutir mais diretamente a questão (que merece, porém, uma atenção especial), creio que o transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contra-reforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época,

marcaram a ação de socialdemocratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contra-reformistas em países europeus, mas também fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil.

O tratamento mais aprofundado desta importante questão, contudo, vai além dos limites desta intervenção.

NOTAS

(1) C. Buci-Glucksmann e G. Therborn. Le défi social-democrate. Paris: Maspero, 1981, p. 138 s., 180 s., etc.

(2) D. Kanoussi e Javier Mena. La revolución pasiva. Una lectura de los Cuadernos de la cárcel. Puebla: Universidad Autônoma de Puebla, 1985.

(3) D. Kanoussi. Uma introducción a los Cuadernos de la cárcel de Antonio Gramsci. Puebla-México: BUAP-Plaza y Valdez, 2000, p. 141.

(4) G. Chiarante. Da Togliatti a D'Alema. Roma -Bari: Laterza, 1997, p. 38 s.

(5) Cf., entre outros, C. N. Coutinho. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In: Id. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219; Luiz Werneck Vianna. "Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira". In: Id. A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 12-27. Muitos outros autores brasileiros usaram o conceito de revolução passiva; recordo, em particular, Marco Aurélio Nogueira, Alberto Aggio, Marcos Del Roio, Milton Lahuerta e Ruy Braga.

(6) A. Gramsci. Cadernos do cárcere. Edição em 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v. 1, p. 393 (grifo meu). Esta edição será a seguir citada, no corpo do texto, como CC, seguido do número do volume e da respectiva página; por exemplo, no caso em questão, CC, 1, 393.

(7) Buci-Glucksmann e Therborn, op. cit., caracterizam o Welfare como "reformismo de Estado".

(8) Refiro-me sobretudo a Friedrich von Hayek, que intitulou o último capítulo do seu famoso The Constitution of Liberty (Londres: Routdledge, 1976) precisamente "Por que não sou conservador". Contudo, comparado aos atuais teóricos da chamada "terceira via", a nova encarnação do neoliberalismo, Hayek não era hipócrita, se pensarmos na brilhante definição de hipocrisia dada pelo moralista francês La Rochefoucauld, ou seja, como "a homenagem que o vício presta à virtude". Hayek jamais escondeu que seu inimigo principal, talvez ainda mais do que o comunismo, era a socialdemocracia reformista que lutava pelo Welfare State. Ele não se considerava um "reformista", mas precisamente alguém que lutava pela restauração da velha ordem, ou seja, a de um suposto mercado inteiramente livre.

(9) Cf., entre muitos outros, Anthony Giddens. A terceira via. Rio de Janeiro: Record, 1999.

(10) Não posso aqui desenvolver o tema, mas me parece que algumas (ainda que não muitas) das conquistas do Welfare State foram asseguradas aos trabalhadores urbanos, na América Latina, durante o chamado período populista. Talvez isso explique o fato de que hoje, em nosso subcontinente, o termo "populismo" seja utilizado pelos neoliberais para desqualificar qualquer tentativa de escapar dos constrangimentos impostos pelo fetichismo do mercado.

(11) A expressão é de Marx ("Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores". In: K. Marx e F. Engels. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Vitória, 1956, v. 1, p. 354), referindo-se à limitação legal da duração da jornada de trabalho e ao movimento cooperativista.

*Por Arthur William**

SOMOS TODOS MÍDIA! COMUNICAR É DIREITO E TAREFA DE TODOS

* Arthur William é jornalista multimídia do NPC.

A comunicação é fundamental nas mobilizações de movimentos sociais e sindicatos. Armados com câmeras digitais e celulares, os trabalhadores ampliam o alcance de suas reivindicações, antes limitadas ao tamanho do cartaz e à potência do carro de som. As informações são publicadas imediatamente pela própria categoria. De outro lado, a velha mídia conservadora acompanha tudo de longe, sem conseguir mostrar o que realmente acontece. Por isso a importância de cada um fazer sua própria comunicação. Seja publicando fotos nas redes sociais, transmitindo tudo ao vivo ou até mesmo fazendo um vídeo de convocação. Comunicar é uma tarefa de todas as pessoas. Só assim, conseguiremos as vitórias desejadas.

Muitos sindicatos e movimentos sociais ainda trabalham sua Comunicação dentro de uma ideia industrial. Dentro dessa visão, o setor de imprensa seria o único responsável por divulgar ações e realizar campanhas. O restante do grupo apenas faria sugestões e cobraria resultados. Essa dinâmica foi imposta pelo capitalismo nas linhas de produção gerando alienação da mão de obra e padronização de produtos. Mas nossa comunicação não é nada parecida com um carro ou um refrigerante. Ela deve ser colaborativa e móvel, bem diferente do cenário de uma fábrica de séculos atrás.

E não precisa inventar a roda. Na verdade, precisamos aproveitar mais o comportamento das pessoas. Vou dar um exemplo: neste curso do NPC, centenas de pessoas tiram fotos, fazem vídeos e escrevem textos em sites, blogs e perfis nas redes sociais. Imaginem se a equipe do NPC tivesse que produzir todo esse conteúdo. Impossível! Ao invés de concorrer, os jornalistas promovem uma cobertura colaborativa, reunindo e organizando os materiais criados pelos participantes.

"Mas aí é o caos", diriam alguns. Para botar ordem no amontoado de informações, elegemos a palavra-chave "#CursoNPC". Essa hashtag deve ser única (para não ser confundida com outra) e pequena (ajudando na publicação). Toda pessoa que publicar fotos, vídeos e textos na internet com a tag #CursoNPC estará contribuindo para a cobertura colaborativa do evento.

Organizados e reunidos pelos jornalistas do NPC em um site especial (piratininga.org.br/curso2013), os conteúdos ficam disponíveis para qualquer movimento social utilizar em seu próprio veículo. Isso ajuda a ampliar o alcance das informações geradas e na construção de um acervo histórico das atividades, o que é muito difícil em redes sociais que trabalham prioritariamente com acontecimentos atuais como Facebook e Twitter.

COMO FAZER UM CONTEÚDO VIRAL?

As mídias sociais são conversas. Ninguém conversa com uma pessoa jurídica, mas sim com uma pessoa física. Resultado disso é que nas redes sociais, pessoas de carne e osso têm muito sucesso que suas entidades. Lula tem mais seguidores que o PT, Luciano Huck mais que o Caldeirão, Marcelo Tas mais que o CQC e William Bonner mais que o Jornal Nacional. Esses exemplos mostram o quanto é importante que diretores, categoria e apoiadores participem da Comunicação de um movimento social.

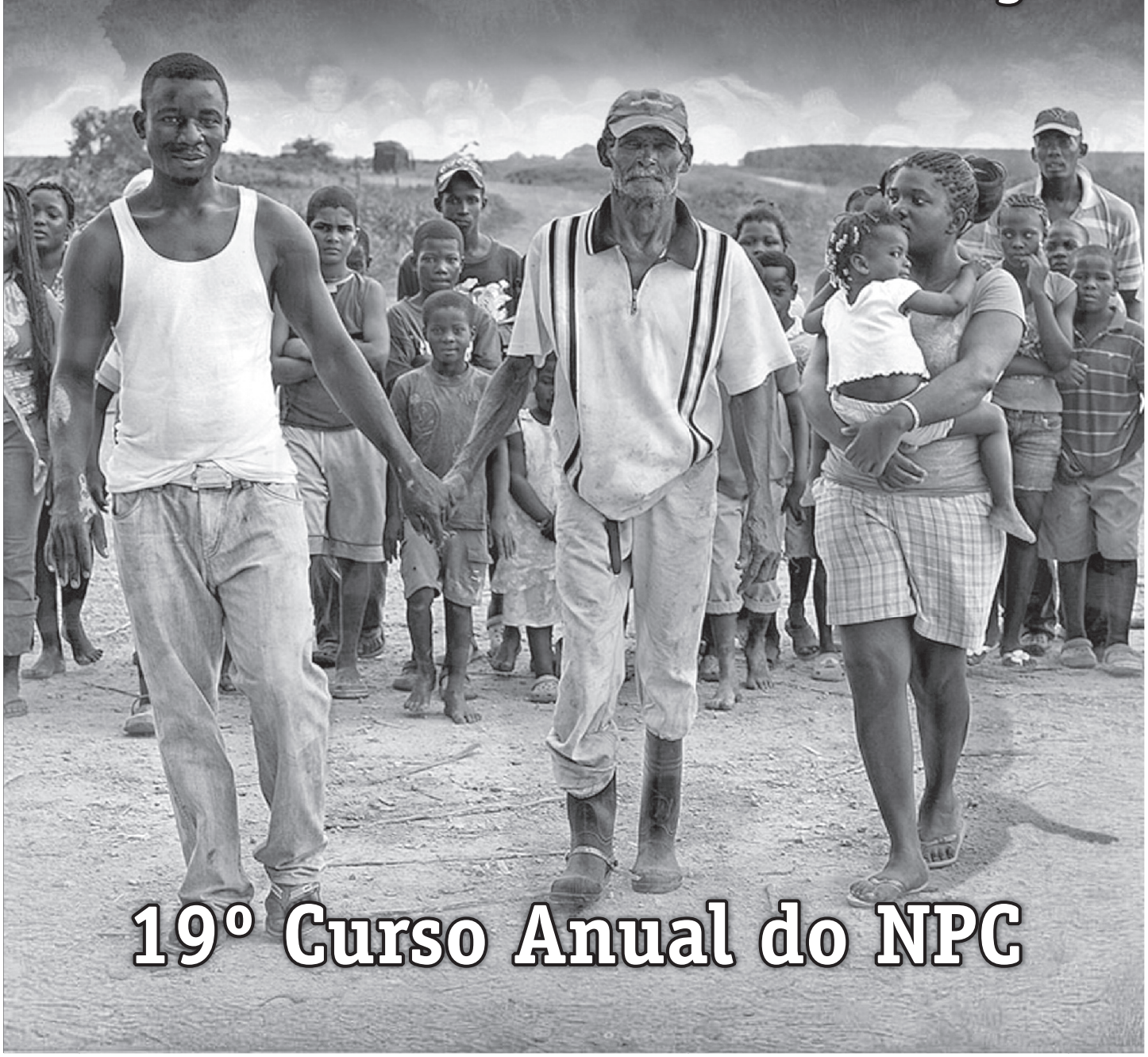
"Mas e a Imprensa não vai fazer nada?", perguntaria alguém. Eu respondo: cabe ao setor de Imprensa planejar as ações de comunicação e fazer com que a rede da entidade funcione. Ou seja, quando um sindicato escrever uma notícia em seu site (reunindo fotos e vídeos produzidos pela categoria), a rede fará o papel de distribuir as informações, já que elas reunidas possuem mais contatos que a instituição sozinha. Uma gripe só passa de uma pessoa para outra se eles tiverem contato. Um conteúdo só se torna viral se houver interação entre os usuários da internet.

Todos e todas somos responsáveis pela Comunicação dos movimentos que participamos. Curtir, compartilhar, comentar e marcar são tarefas diárias. Se cada vez mais ficamos o dia todo no Facebook e no email, que também seja para mobilizar e lutar por um mundo justo e igualitário. Vamos contagiar!

DIA 24

Mídia e poder

no Brasil e no mundo hoje



19º Curso Anual do NPC

Por Tadeu Breda, da Rede Brasil Atual *

ALÍPIO FREIRE: POR QUE RESISTIMOS AO GOLPE DE 64 E À DITADURA CIVIL-MILITAR

* Produzido pelo Núcleo de Preservação da Memória Política e pela TVT, filme vai expor participação de industriais, latifundiários e dos EUA no movimento que levou à ditadura

São Paulo – O permanente processo de reconstrução da história brasileira contemporânea ganhará mais um tijolo no próximo sábado (2), quando estreia o documentário 1964: Um golpe contra o Brasil. Dirigido pelo jornalista, escritor e artista plástico Alípio Freire, o filme pretende lançar olhares militantes – alguns novos, outros nem tanto – sobre o contexto político, econômico, social e internacional que levou à conspiração cívico-militar contra o presidente João Goulart e aos 21 anos de ditadura que vieram depois.

Em aproximadamente 120 minutos, com testemunhos e muita pesquisa, Alípio Freire tentará dar conta de cinco anos da história brasileira que compreendem os antecedentes imediatos e as primeiras consequências do golpe: o filme começa em 1960, com a eleição do presidente Jânio Quadros, e vai até agosto de 1964, com a nomeação do general Castello Branco como chefe do governo.

Alípio levou cerca de um ano para filmar e montar essa narrativa. Produzido pelo Núcleo de Preservação da Memória Política, contou com o apoio da TVT e de uma verba de R$ 80 mil da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, liberada por uma emenda parlamentar do deputado Adriano Diogo (PT), que preside a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva na Assembleia Legislativa.

O diretor de **1964: Um golpe contra o Brasil** atendeu à reportagem da RBA pelo telefone, enquanto realizava os últimos retoques no filme. Segundo Alípio, a principal motivação do documentário é explicar aos jovens brasileiros as origens do golpe a partir do olhar da geração de resistiu à ditadura. "O golpe voltará à tona no ano que vem porque cumprirá 50 anos", lembra. "É importante que prestemos informações sobre o que foi o golpe, qual eram os projetos em jogo, qual foi a participação dos Estados Unidos, dos industriais brasileiros, dos latifundiários, enfim, da direita brasileira articulada com os interesses internacionais. Esse assunto não costuma ser tratado no país."

Na entrevista, Alípio Freire dá mais detalhes sobre o documentário, comenta os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e revela sua esperança de que os criminosos da ditadura respondam pelo que fizeram.

Rede Brasil Atual: Por que mais um documentário sobre o golpe militar?
ALÍPIO FREIRE: Entendemos que as ações que até agora foram tomadas para elucidar os episódios que levaram ao golpe militar são fragmentadas, e a maioria das versões que conhecemos foi divulgada por fontes oficiais ou que ajudaram na articulação do golpe, como os veículos da grande mídia brasileira. Nosso olhar é um olhar de esquerda, de gente que resistiu ao golpe. Quem tem menos de 50 anos, ou seja, todos os que nasceram depois de 1964, poderá agora conhecer nosso olhar sobre essa história e entender porque resistimos ao golpe e ao regime que foi implantado logo depois.

Temos uma Comissão Nacional da Verdade funcionando, a Comissão da Anistia que já tem alguns anos de trabalho. Nesse contexto, o filme se torna ainda mais importante. Os que fomos perseguidos pela ditadura, e sobretudo os que foram assassinados e desaparecidos, vemos que a instalação dessas comissões oficiais como um grande e merecido gesto de solidariedade por todas as atrocidades que aconteceram. No entanto, é preciso que toda a população possa contar também as nossa versão e nossas informações dos fatos. Devem saber quem foram os personagens dessa história, pra que não seja enrolada e compre gato por lebre.

Quando você vê jovens querendo recriar a Arena, partido que deu ares de legalidade institucional à ditadura, isso é assustador. Se estão querendo refundá-lo, tenho certeza de que é por falta de informação. Por isso, precisamos contar. Porém, o que esses jovem vão fazer com essas informações, já não é mais nossa responsabilidade. Mas é preciso que possam ao menos refletir.

RBA: Quais as grandes qualidades do filme?
ALÍPIO FREIRE: O documentário consegue esclarecer alguns pontos obscuros da nossa história, como por exemplo, quais eram os objetivos que levaram à renúncia do presidente Jânio Quadros e como se deu essa renúncia. Outro exemplo: por que João Goulart se retirou pra Montevidéu, no Uruguai? Não somos os primeiros a tentar esclarecer estes e outros episódios, mas essa é parte das nossas intenções com o filme e com o resgate da memória política.

Entrevistamos cerca de 20 pessoas, como Almino Affonso, que era ministro de Trabalho do Jango, a cientista política Maria Victoria Benevides, Aldo Arantes, presidente da União Nacional dos Estudantes em 1961, e João Pedro Stedile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

RBA: Vocês trazem alguma grande novidade sobre a época?
ALÍPIO FREIRE: Há algumas revelações que são

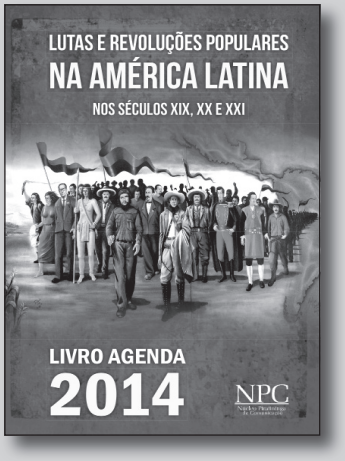
novidade, por exemplo, com relação à estratégia dos aliados do presidente Jango; a participação direta da Casa Branca no golpe, além da CIA, do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa; a retomada dos fundadores e financiadores do Ipes -Ibad; as relações com a Aliança para o Progresso, Peace Corps e outros programas de ajuda solidária de Washington para a América Latina e Brasil.

RBA: Como avalia o trabalho da Comissão Nacional da Verdade até agora?

ALÍPIO FREIRE: A simples instalação da CNV é uma grande vitória de todos que vêm lutando e resistindo desde a instalação da ditadura civil-militar, em 1964, até agora. É a primeira vez que o Estado brasileiro institui um organismo para investigar os crimes da elite brasileira. O fato de ter dois anos de duração não quer dizer nada. Em outros países também foi assim, e os trabalhos foram prorrogados. Espero que a CNV cumpra seu papel. Ela tem se movimentado bem nessa direção. Não tem o papel de punir, mas, uma vez que está líquida e certa a participação de determinadas pessoas nos crimes, você pode entrar na justiça e levá -las aos tribunais para que sejam denunciadas, processadas e, no caso de confirmação dos crimes, punidas nos termos da lei, em processos legais, públicos e com todo direito à defesa. Acho que avançamos bastante. Ainda não chegamos lá, mas chegamos bastante.

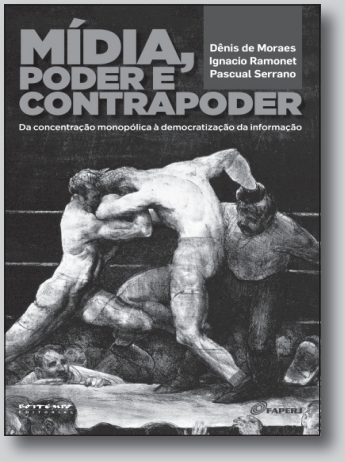
ESPECIAL – 19° CURSO ANUAL DO NPC

Este ano, o nosso tradicional curso anual do NPC está em sua 19ª edição. O tema geral do encontro é "Mídia e poder no Brasil e no mundo hoje". Durante cinco dias, os participantes assistem a palestras de jornalistas, pesquisadores e sindicalistas do Brasil inteiro, interessados em refletir sobre a comunicação como ferramenta de mudança. A livraria Antonio Gramsci estará com uma banca de livros durante o curso, com obras dos expositores ou sobre os temas que serão debatidos. Indicamos aqui alguns desses títulos. Confira!



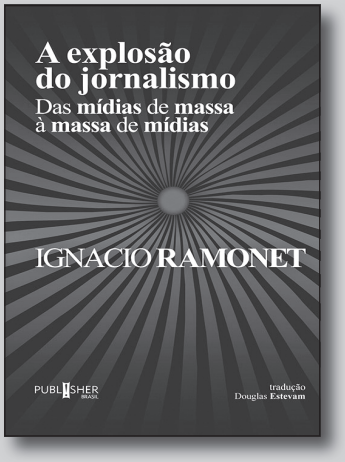
LIVRO AGENDA NPC 2014 – LUTAS E REVOLUÇÕES NA AMÉRICA LATINA (R$ 25)

Este material, produzido pela equipe do NPC com a colaboração de pesquisadores, é uma espécie de livro-agenda. Aborda as histórias das lutas e revoluções que aconteceram na América Latina nos séculos 19, 20 e 21, até os dias atuais. É uma ótima opção de presente; além de prática, ajuda a manter a organização no dia-a-dia e é uma maneira dinâmica de enriquecer seus conhecimentos sobre acontecimentos tão pouco conhecidos. O objetivo é também incentivar o sentimento de integração latino-americana.



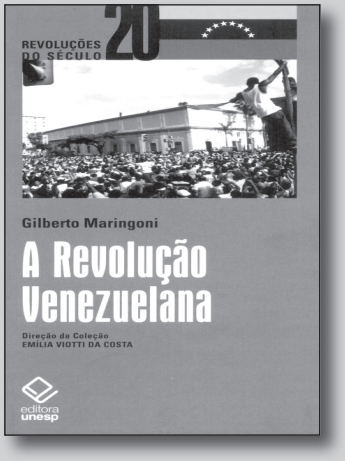
IGNACIO RAMONET
MÍDIA, PODER E CONTRAPODER (R$ 26)

A obra reúne textos que fazem uma reflexão crítica sobre o poder mundial da mídia, a cultura, o jornalismo contra-hegemônico em rede, as políticas públicas de direito à comunicação, a democratização da informação na América Latina, entre outros. A ideia do livro surgiu durante o 17º Curso Anual do NPC, quando os autores Dênis de Moraes, Pascual Serrano e Ignacio Ramonet estiveram na mesma mesa e debateram essas questões.



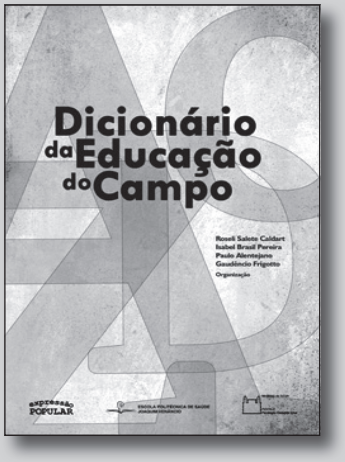
IGNACIO RAMONET
A EXPLOSÃO DO JORNALISMO: DAS MÍDIAS DE MASSA À MASSA DAS MÍDIAS (R$ 27)

O autor trata das mudanças radicais que a Internet tem provocado no jornalismo. Ele ressalta que agora as pessoas que acessam informações por esta via também querem publicar, querem ser lidas e escutadas, acabando com o sentido único que havia antes na comunicação.



GILBERTO MARINGONI
A REVOLUÇÃO VENEZUELANA (R$ 25)

Este livro de Gilberto Maringoni integra a coleção "Revoluções no século 20", dirigida pela profª. Emília Viotti da Costa. Como Hugo Chávez, apesar de toda repercussão negativa que a "grande" imprensa venezuelana se propõe a dar, consegue tanto apelo popular? É justamente desse conflito do governo chavista que o livro trata. O autor também repassa os principais momentos e atores do cenário venezuelano, as alterações na correlação de forças interna e suas consequências no plano internacional, principalmente no latino-americano.

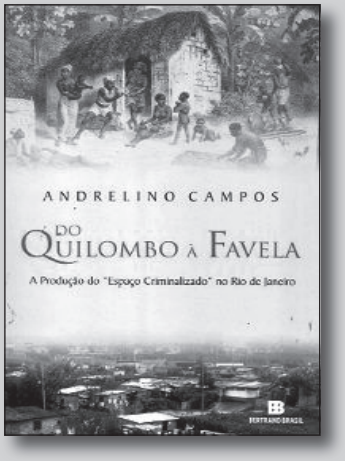


GAUDÊNCIO FRIGOTTO
DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO (R$ 50)

Os vocábulos utilizados neste dicionário referem-se a conceitos ou categorias que expressam os fundamentos filosóficos e pedagógicos da Educação do Campo. Todos são abordados na perspectiva dos movimentos sociais camponeses e de suas lutas.

MÁRIO MAESTRI
BELO MONTE: UMA HISTÓRIA DA GUERRA DE CANUDOS (R$ 15)

O livro situa o contexto histórico da guerra de Canudos, devido à crise econômica e social da época. Também relata os principais fatos ligados à liderança de Antônio Conselheiro.



ANDRELINO CAMPOS
DO QUILOMBO ÀS FAVELAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CRIMINALIZADO NO RIO (R$ 32)

Do tráfico de escravos ao tráfico de drogas e dos navios negreiros aos camburões, este livro traça um profundo e esclarecedor estudo sobre o longo processo que culminou na situação atual dos principais centros urbanos brasileiros. Ao mesmo tempo, aponta caminhos para um futuro mais justo e pacífico.

ORLANDO ZACCONE
ACIONISTAS DO NADA: QUEM SÃO OS TRAFICANTES DE DROGA (R$ 30)

As drogas ilícitas e a forma como a sociedade lida com elas é tema de importância fundamental para pensarmos o tipo de comunidade que desejamos construir e pertencer. Esse livro nos ajuda a refletir sobre o que é e o que não é proibido, e o que está por trás de discursos ultraconservadores em relação às drogas. Através dele percebemos que a posição de umas e outras no campo da legalidade e ilegalidade é o resultado de intensas disputas de interesse.

Realização

NPC

Núcleo Piratininga de Comunicação

Rua Alcindo Guanabara, nº 17 - sala 912
CEP: 20031-130 - Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Site: www.piratininga.org.br / E-mail: npiratininga@piratininga.org.br
NPC no Twitter: http://twitter.com/NPC_
Blog: http://blogdonpc.wordpress.com/
Fones: (21) 2220-5618 e 99973-3249 / Fax: (21) 2220-4895